

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CAEd- CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

FLÁVIO LÚCIO LAMAS

**AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
ANÁLISE DO USO DO RELATÓRIO DESCRITIVO INDIVIDUAL
NA REDE MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA**

**JUIZ DE FORA
2014**

FLÁVIO LÚCIO LAMAS

**AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
ANÁLISE DO USO DO RELATÓRIO DESCRITIVO INDIVIDUAL
NA REDE MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA**

Dissertação apresentada como requisito parcial à conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientadora: Professora Dra. Lina Kátia Mesquita de Oliveira

JUIZ DE FORA
2014

TERMO DE APROVAÇÃO

FLÁVIO LÚCIO LAMAS

AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ANÁLISE DO USO DO RELATÓRIO DESCRITIVO INDIVIDUAL NA REDE MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora designada pela equipe de Dissertação do Mestrado Profissional CAEd/ FAGED/ UFJF, aprovada em 13/10/14.

Profª Drª *Lina Kátia Mesquita de Oliveira*
Orientadora

Profª Drª *Andrea Borges de Medeiros*
Membro da banca

Profª Drª *Núbia Aparecida Schaper Santos*
Membro da banca

Juiz de Fora, 13 de outubro de 2014

Dedico este trabalho aos meus pais e aos meus irmãos Laércio, Edméia e Suellen que durante toda a vida se mostraram pessoas batalhadoras, dignas e me inspiraram a ser uma pessoa melhor. Dedico às minhas filhas trigêmeas, Valentina, Isadora e Ana Flávia, que foram objetos da minha persistência nos momentos difíceis e que souberam compreender os muitos momentos da minha ausência destinados aos estudos e à conclusão do mestrado. À minha esposa Ana Paula que foi pessoa fundamental, me auxiliando e compreendendo a minha ausência para me dedicar aos estudos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me acompanha, ilumina, abençoa e fortalece todos os dias de minha vida para que eu nunca desista.

À Secretaria de Educação de Juiz de Fora, por incentivar a busca do aperfeiçoamento profissional continuada e em serviço dos servidores da educação da sua rede de ensino.

Aos colegas professores e funcionários da *Escola Municipal Pedro Nagib Nasser* que de alguma forma direta ou indiretamente contribuíram para que eu viesse a exercer o cargo de gestor da escola e, conseqüentemente, crescer profissionalmente, realizar e ter êxito nesta pesquisa.

Aos colegas gestores da rede municipal de Juiz de Fora do curso do Mestrado Profissional turma 2012 que juntos souberam unir forças para passarmos pelas inúmeras dificuldades encontradas na realização deste curso.

Às colegas gestoras das escolas de educação infantil da rede municipal de Juiz de Fora pela participação direta e gentil no fornecimento de respostas para essa pesquisa.

À Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora por desenvolver um mestrado voltado para os gestores da educação pública brasileira.

Ao CAEd - Centro de Avaliação da Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, por acreditar e propor um mestrado de enorme significado para a educação pública no Brasil.

À prof. Dr^a Lina Kátia Mesquita que aceitou a difícil missão de abordar a avaliação na Educação Infantil e de prestar orientação para a realização desse trabalho.

Aos tutores Kelmer Esteves, Patrícia Otoni, Maria Cecília, Thamyres Fernandes, que foram figuras importantíssimas para a realização deste trabalho, fornecendo críticas, sugestões, orientações e muito incentivo, sem eles esta tarefa ficaria, de fato, mais árdua e tortuosa.

Não avaliar a criança de uma forma compreensiva e sistemática significa limitar o potencial de desenvolvimento de cada criança, não valorizar o trabalho profissional da educadora de infância, restringir o potencial de comunicação com os pais e com a comunidade educativa e deste modo contribuir para uma menor valorização da educação pré-escolar (PARENTE,2004).

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo descrever e analisar como ocorre a utilização da avaliação e o uso do Relatório Descritivo Individual na Educação Infantil no município de Juiz de Fora pelos professores e gestores escolares, de modo a apontar as dificuldades e a propor um melhor uso desse instrumento. A justificativa se dá pela relevância que a avaliação educacional se encontra no cenário nacional, inclusive para a Educação Infantil, e pela possibilidade de proporcionar um novo direcionamento pedagógico para melhorar a aprendizagem das crianças e a qualidade da Educação Infantil. A metodologia utilizada tem como base a pesquisa documental e bibliográfica, incluído como a LDB nº 9.394/96, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (2009), a Proposta Curricular da Rede Municipal de Juiz de Fora (2010) e no suporte teórico de autores como Kramer (2006), Campos (2006), Rosemberg (2001), Villas Boas (2007), Hoffman (2007), Micarello (2010). Para o levantamento dos dados, foi realizada a aplicação de questionário a seis gestoras das escolas exclusivas de Educação Infantil e a coleta de 18 Relatórios Descritivos Individuais das escolas participantes da pesquisa. Também foi feita uma entrevista estruturada com duas especialistas na temática Educação Infantil, Hilda Micarello (UFJF) e Maria Malta Campos (USP). As análises dos resultados confirmam a hipótese do uso do Relatório Descritivo Individual na avaliação da Educação Infantil como um dos grandes problemas da avaliação na rede municipal de Juiz de Fora, o que foi evidenciado pela falta de padronização na periodicidade das avaliações, pela não exigência do Relatório Descritivo Individual de avaliação nas matrículas de alunos, pela pouca participação da família no processo avaliativo, pela ausência de uma cultura de transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental e pela pouca orientação para a construção da escrita do Relatório Descritivo Individual por parte da Secretaria de Educação. Tendo isso em vista, propõe-se um Plano de Ação Educacional, direcionado à Secretaria de Educação de Juiz de Fora, com orientações para a construção do Relatório Descritivo individual, reforçando a necessidade de inserir a família no processo avaliativo; criar a obrigatoriedade da exigência do Relatório Descritivo Individual nas novas matrículas e transferências, instituir entre as ações pedagógicas nas escolas a cultura da leitura dos Relatórios Descritivos Individuais no início do ano, de modo que o professor tenha conhecimento das dificuldades e conhecimentos dos alunos e, assim, intervir pedagogicamente, realizando um melhor uso do instrumento de avaliação da aprendizagem e do desenvolvimento das crianças.

Palavras-chave: Avaliação. Educação Infantil. Relatório Descritivo Individual. Juiz de Fora - MG.

ABSTRACT

This paper aims to describe and analyze how use of evaluation and the Individual Descriptive Report in Juiz de Fora Childhood Education by teachers and school managers in order to point out the difficulties and to propose a better way to use this instrument. The justification is given by the educational evaluation relevance is on the national scene, including Childhood Education, and by the possibility of providing a new pedagogical guidance to improve children's learning and the quality of this educational segment. The methodology is based on qualitative analysis of legal document as the LDB nº 9.394/96, Childhood Education National Curriculum Guidelines (2009), Curriculum Proposal of Juiz de Fora Municipal System (2010) and Kramer (2006), Campos (2006), Rosemberg (2001), Villas Boas (2007), Hoffman (2007), Micarello (2010) theoretical supports. To gather data, the application of a questionnaire to six managers of exclusive childhood schools was conducted as well as the 18 Individual Descriptive Reports in the schools that were participating in this survey. A structured interview with two experts was also made in the thematic Childhood Education, Hilda Micarello (UFJF) and Maria Campos Malta (USP). Analysis of the results confirms the hypothesis of the use of the Individual Descriptive Report on the evaluation of childhood education as one of the major problems in Juiz de Fora Municipal System, which was evidenced by the lack of standardization in the frequency of evaluations, by not requiring the evaluation Individual Descriptive Report when the effectiveness of students enrollment, the little family participation in the evaluation process, the absence of a culture of transition from Childhood Education to Elementary School and the little guidance for Individual Descriptive Report construction of writing by the Secretary of Education. Keeping this in view, we propose an Educational Action Plan, directed to Juiz de Fora Secretary of Education, with guidelines for the Individual Descriptive Report construction, reinforcing the need for involving the family in the evaluation process; create a mandatory requirement of the Individual Descriptive Report to the new enrollments and transfers, establish between the pedagogical practices the culture of reading Individual Descriptive Reports reading at the beginning of the year so that the teacher is aware of students' difficulties and knowledge and thus he is able to intervene pedagogically, making better use of the instrument for children's learning evaluation and development.

Key-words: Evaluation. Childhood Education. Individual Descriptive Report. Juiz de Fora - MG.

LISTA DE ABREVIATURAS

CAEd – Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CETTP - Centro de Estudos de Testes e Pesquisas Psicológicas
CCH- Complementação de Carga Horária
CENAP- Coordenadoria de Ensino e Apoio Pedagógico
DCNSEI – Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Infantil
EMEI – Escola Municipal de Educação Infantil
EF – Ensino Fundamental
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC- Ministério da Educação
IETS- Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade
INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
PAE – Plano de Ação Educacional
PNE- Plano Nacional de Educação
PPP – Projeto Político Pedagógico
RDI – Relatório Descritivo Individual
SAEB- Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SAERJ-Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro
SECULT- Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
SIMAVE- Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública
SE/JF- Secretaria de Educação de Juiz de Fora
TRI – Teoria de Resposta ao Item
UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Ilustração 1: RDI nº 12	50
Ilustração 2: RDI nº 17	64
Ilustração 3: RDI nº 08	65
Ilustração 4: RDI nº 09	66

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Escolas Municipais da Regional Nordeste	35
Quadro 2: Escolas Municipais da Regional Norte	36
Quadro 3: Escolas Municipais da Regional Centro	37
Quadro 4: Escolas Municipais da Regional Sul.....	37
Quadro 5: Escolas Municipais da Regional Oeste	38
Quadro 6: Escolas Municipais da Regional Sudeste.....	38
Quadro 7: Escolas Municipais da Regional Leste	39
Quadro 8: Escolas Municipais da Regional Rural	39
Quadro 9: Ações e Órgãos Executores do Plano de Ação Educacional	106
Quadro 10: RDI preenchido pelo professor da Educação Infantil da Rede Municipal de Juiz de Fora.....	123
Quadro 11: RDI preenchido pela criança da Educação Infantil da Rede Municipal de Juiz de Fora.....	124
Quadro 12: RDI preenchido pelos pais dos alunos da Educação Infantil da Rede Municipal de Juiz de Fora	125

LISTA DE TABELA

Tabela 1: Instrumentos avaliativos utilizados na Educação Infantil nas escolas pesquisadas	56
Tabela 2: Elementos avaliados através do RDI.....	60

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA: O USO DO RELATÓRIO DESCRITIVO INDIVIDUAL	18
1.1. A Avaliação da Educação Infantil dentro dos Princípios Legais	25
1.1.1. Avaliação da Educação Infantil na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96 e nº 12.796/1325	
1.1.2. Avaliação da Educação Infantil nos Pareceres das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNSEIs)	29
1.2. A Avaliação da Educação Infantil da Rede Municipal de Juiz de Fora	31
1.2.1. Apresentação da organização da Educação Infantil na Rede Municipal de Juiz de Fora	33
1.2.2. Diretrizes Municipais da Rede Municipal de Juiz de Fora para a Educação Infantil (2010)	40
1.2.3. Instrumentos de Avaliação da Educação Infantil	43
1.2.3.1. Portfólios	46
1.2.3.2. Fichas de Avaliações	48
1.2.3.3. Relatórios Descritivos Individuais (RDIs)	49
1.3. Relatório Descritivo Individual na Educação Infantil da Rede Municipal de Juiz de Fora: sua (in) eficácia sob a perspectiva dos gestores	51
1.3.1. Percepções dos Gestores Escolares de Educação Infantil da Rede Municipal de Juiz de Fora Sobre Avaliação na Educação Infantil	54
1.3.2. O Uso do Relatório Descritivo Individual: exemplos de alguns RDIs das escolas de Educação Infantil da SE/JF	59
1.3.3. Contrastes e Convergências da Avaliação e do Uso do Relatório Descritivo Individual	66
2. ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS GESTORES SOBRE O USO DO RELATÓRIO DESCRITIVO INDIVIDUAL COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL NA REDE MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA	70
2.1. Abordagens Sobre a Avaliação na Educação Infantil	70
2.2. Análises do Resultado da Pesquisa com as Gestoras das Escolas de Educação Infantil da SE/JF	73
2.3. Limites Do Relatório Descritivo Individual De Avaliação	83

2.4. Subsídios para a Construção de uma Melhor Avaliação na Educação Infantil	85
2.4.1. Alguns Modelos de Instrumentos Avaliativos da Educação Infantil	86
2.4.2. Avaliação na Educação Infantil da Rede Municipal de Salvador e a Avaliação na Rede Municipal de Juiz de Fora: pontos em comum	91
2.4.3. A Visão de especialistas em Avaliação e/ou Educação Infantil	94
3. PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL – CONTRIBUIÇÕES PARA UMA MELHOR AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA	101
3.1. Estruturação da Secretaria de Educação de Juiz de Fora (SE/JF) para a Educação Infantil: Órgão Responsável Pela Implementação das Propostas do Plano de Ação Educacional	102
3.2. Ações do Plano de Ação Educacional	105
3.2.1. Ação 01: Estabelecer Parâmetros Para a Avaliação Da Educação Infantil	107
3.2.2. Ação 02: Realizar Monitoramento e Orientar as Escolas sobre o Uso do RDI	109
3.2.3. Ação 03: Definir a Periodicidade das Avaliações de Forma Padronizada	110
3.2.4. Ação 04: Criar Estratégias e Projetos Para Incluir a Família no Processo Avaliativo	111
3.2.5. Ação 05: Estabelecer e Exigir a Obrigatoriedade do RDI nas Transferências e Matrículas de Alunos e Elaborar Estratégias de Transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental.	113
3.2.6. Ação 06: Orientar Professores e Gestores para a Construção Do Relatório Descritivo Individual	116
3.2.7. Ação 07: Cursos de Formação de Professores com a Temática Avaliação e RDI na Educação Infantil	118
3.2.8. Ação 08: Implementar a Avaliação Institucional através dos Indicadores da Qualidade da Educação Infantil	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
REFERÊNCIAS	130
APÊNDICES	136
ANEXOS	139

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil é considerada a primeira etapa da Educação Básica no sistema educacional brasileiro. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96), a Educação Básica é estruturada por etapas de ensino e abrange a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. É válido destacar que isso é decorrente da promulgação da Constituição Federal de 1988, sendo, portanto, um fato relativamente novo para a educação no país. A temática educacional, de maneira geral, se fazia presente nas Constituições anteriores a de 1988, porém essas não contemplavam a Educação Infantil como uma etapa de ensino.

No que tange à avaliação da Educação Infantil, não há, no Brasil, um sistema padronizado em larga escala pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) ou em outro modelo utilizado por sistemas municipais que sirva de referência para a verificação da aprendizagem e do desenvolvimento dos alunos. Contudo, a avaliação nessa etapa de ensino é obrigatória pela LDB 9.394/96, a qual estabelece, em sua seção II, Art.31, que a avaliação na Educação Infantil deve ser realizada mediante o acompanhamento e registro do desenvolvimento do aluno sem a preocupação classificatória e de exigência para o acesso ao Ensino Fundamental e não deve ter retenção de modo a impedir o avanço da criança.

Na rede municipal de Juiz de Fora/MG, foco de análise desta pesquisa, há uma cobrança em relação à avaliação interna¹ na Educação Infantil estabelecida pela Resolução Municipal Nº 26/2008². De acordo com a Resolução, a avaliação nessa etapa pode ser realizada através de diversos formatos, modelos, objetivos, contribuindo para verificação do trabalho do gestor escolar e, principalmente, para o docente acompanhar as dificuldades, progressos e necessidades dos alunos. Essa contribuição permite ao professor refletir sobre sua prática pedagógica na busca do desenvolvimento das crianças em todas as suas dimensões.

¹Avaliação interna da escola que busca verificar como ocorre a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças.

² Resolução Municipal Nº 026/2008 da Secretaria de Educação de Juiz de Fora que estabelece normas para organização e funcionamento das escolas municipais e dá outras providências.

A Resolução Nº 26/2008 determina, ainda, que a rede municipal de Juiz de Fora utilize obrigatoriamente o Relatório Descritivo Individual (RDI) como instrumento avaliativo, não desconsiderando, porém, que as escolas realizem a avaliação através de outros modelos, como portfólios, fotos ou registros em fichas individuais.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo geral descrever e analisar como ocorre o processo de avaliação e a utilização do uso do Relatório Descritivo Individual na Educação Infantil no município de Juiz de Fora para os alunos compreendidos na faixa etária de quatro e cinco anos, respectivamente 1º e 2º períodos, com vistas a compreender como o RDI é utilizado pelos professores e pelas gestoras da escola, de modo a apontar as dificuldades e a propor um melhor uso desse instrumento de avaliação.

Parte-se da hipótese de que os professores e gestoras das escolas apresentam dificuldade em lidar com a avaliação por meio do RDI, o que tende a acarretar prejuízo no diagnóstico da aprendizagem, das dificuldades e do desenvolvimento cognitivo das crianças.

A pesquisa empreendida, então, buscou identificar a opinião das gestoras de seis escolas de Educação Infantil da rede municipal de Juiz de Fora sobre a avaliação e uso do RDI. Além disso, coletou-se exemplos de RDI preenchidos pelos professores, de modo a verificar de qual forma o relatório é utilizado e quais elementos precisam ser revistos para que a avaliação esteja adequada ao currículo e ao desenvolvimento da aprendizagem da criança.

A partir da análise dos dados levantados por este estudo, propõe-se um plano de ação com subsídios para a realização de uma melhor avaliação da Educação Infantil na rede municipal de Juiz de Fora, a qual permita identificar as reais necessidades das crianças e fornecer elementos para a intervenção do professor e do gestor.

Isso se justifica pela possibilidade de reorientar a escola e a atuação de gestores e professores da rede municipal de Juiz de Fora para implementação de modelos avaliativos que sejam significativos na área da Educação Infantil, buscando contemplar as crianças em todas as suas possibilidades de desenvolvimento.

Nessa direção, a reflexão sobre o processo avaliativo e o uso do Relatório Descritivo Individual já utilizado parte da forma como as escolas, através da figura do

gestor e do professor, utilizam a avaliação para a verificação dos avanços das crianças no contexto das aprendizagens, o que permite uma melhor identificação dos problemas das escolas e níveis de aprendizagens dos alunos, podendo resultar em adoção de novas práticas pedagógicas para essa área.

É válido destacar a experiência profissional do pesquisador que, exercendo o papel de gestor educacional de Educação Infantil de uma escola da rede municipal de Juiz de Fora, vivencia, no dia-a-dia em contato direto com os docentes, suas aflições, questionamentos, ponderações e dificuldades sobre o processo avaliativo para alunos de quatro e cinco anos.

Por isso, a busca da consolidação de um modelo avaliativo que considere as possibilidades dos alunos e que envolva escola e família como elementos responsáveis pelo desenvolvimento das aprendizagens relaciona-se à apropriação adequada da avaliação e do Relatório Descritivo Individual na Educação Infantil, o que se torna primordial e justificável para se alcançar uma educação com mais qualidade de aprendizagem e de conhecimento para os seus alunos.

Os dados para esta pesquisa foram coletados através de questionários aplicados as seis gestoras das escolas participantes da pesquisa, análise instrumental do PPP e do Regimento Escolar dessas instituições, consulta e apreciação de 18 modelos de Relatórios Descritivos Individuais das escolas participantes e leitura crítica dos documentos legais municipais como Leis, Portarias e Resoluções que tratam e orientam a questão da avaliação na Educação Infantil do município. As escolas participantes do trabalho foram selecionadas com o critério de serem escolas de atendimento exclusivo de Educação Infantil do município de Juiz de Fora, as quais atendem em suas unidades alunos do 1º e 2º período dessa fase de ensino, possuindo, respectivamente, quatro e cinco anos de idade. Com esse perfil foram encontradas seis escolas: Escola Municipal Nilo Camilo Ayupe, Escola Municipal Maria Julia dos Santos, Escola Municipal Maria José Vilela, Escola Municipal Reynaldo de Andrade, Escola Municipal Centenário, Escola Municipal Afonso Maria de Paiva.

O referencial teórico-analítico do presente estudo é composto por Kramer (2006), Hoffman (2007), Micarello (2010), Campos (2006), além da análise documental do Grupo de Trabalho da Educação Infantil criado pelo Ministério da Educação através da Portaria nº 1.147/2011 que trata especificamente sobre a

avaliação na e da Educação Infantil, e documentos legais como a Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB 9.394/1996 e Resolução Municipal nº 26/2008 do Município de Juiz de Fora, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009), Estatuto da Criança e do Adolescente criado pela Lei nº 8.069/1990 e Plano Nacional de Educação (Lei nº 11.494/2007).

O presente trabalho está organizado em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta a pesquisa de campo, evidenciando a percepção dos gestores das escolas de Educação Infantil sobre a avaliação e o uso do Relatório Descritivo Individual dos alunos como instrumento avaliativo obrigatório da rede municipal de Juiz de Fora, incluindo, ainda, alguns exemplos de RDI preenchidos pelos professores nas escolas pesquisadas. O capítulo mostra também a concepção de Educação Infantil e de Avaliação na Educação Infantil no contexto da legislação nacional e municipal.

No segundo capítulo são analisados os resultados da pesquisa de campo e, em seguida, são apresentados subsídios para a proposta de uma melhor avaliação da Educação Infantil na rede municipal de Juiz de Fora, abordando, assim, alguns modelos avaliativos utilizados em outros países e em outras cidades brasileiras.

No terceiro capítulo é apresentado o Plano de Ação Educacional, o qual aponta direcionamentos à Secretaria de Educação de Juiz de Fora, no sentido de (re) orientar os professores e gestores na construção de seus Relatórios Descritivos Individuais e, dessa forma, realizar uma melhor avaliação da Educação Infantil da Rede Municipal de Juiz de Fora.

1. AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA: O USO DO RELATÓRIO DESCRITIVO INDIVIDUAL

O ato de avaliar é uma característica do ser humano e está presente no dia-a-dia, nas diversas atividades desempenhadas pelo homem. A todo instante são avaliados comportamentos, produtos, filmes, atos políticos, políticas públicas, prefeitos, presidente, enfim, as mais variadas ações. As decisões e atitudes são, quase sempre, fruto daquilo que se avalia e julga ser o melhor para aquele momento e para aquela decisão. A avaliação é, portanto, um papel importante e valioso e que deve ser considerado em tudo aquilo que é realizado e/ou decidido, tanto na vida pessoal como na profissional.

De acordo com Weiss (1998, p.7) o conceito de avaliação aparece como:

O julgamento sistemático das operações e ou dos resultados de um programa ou política, comparado com um conjunto de padrões explícitos ou implícitos, como um meio de contribuir para o aperfeiçoamento desse programa ou política.

A autora mostra que a avaliação deve ter como princípio o retorno para aquilo que foi avaliado de modo que possa ocorrer transformações no objeto, material ou instrumento que passou pelo processo avaliativo. Assim, fazendo a transposição do conceito de avaliação exposto por Weiss (1998) para o sistema educacional, a avaliação interna da escola com o intuito de melhorar o trabalho do docente e de servir como instrumento que refaça a sua própria prática e de voltar para o sujeito que participou da avaliação, deve sim acontecer na escola e na sala de aula, que é um ambiente dinâmico, com muitas variedades de classes socioeconômicas e culturais num mesmo espaço.

No contexto educacional, a avaliação é uma invenção dos colégios do século XVIII e no século XIX como parte inseparável do ensino de massa da escolaridade obrigatória. Naquele cenário, a avaliação mostrava o sucesso de uns e o fracasso de outros, demonstrando um caráter altamente seletivo e excludente, não existindo nenhuma unanimidade nos critérios de se avaliar (PERRENOUD, 1999). No século XX, a avaliação continuava a ser direcionada e específica para o desempenho escolar dos estudantes na perspectiva de atender as demandas impostas pelas necessidades do mercado de trabalho que exigia uma mão de obra mais qualificada,

o que levou a substituição dos termos testes e provas pelo de avaliação (BARRIGA, 2003).

A partir do momento em que as escolas começaram a ter a avaliação como um fim em si mesmo e não como um meio pedagógico, as práticas educativas passaram a ser direcionadas para a obtenção de resultados e não mais pelo processo ensino-aprendizagem, resultando daí a “Pedagogia do Exame” que favorece a manutenção de uma sociedade sem perspectivas de mudanças, mantendo o *status quo* (LUCKESI, 2005).

No Brasil foi na década de 60 que surgiram os primeiros trabalhos sobre os processos avaliativos escolares. Alguns profissionais passaram por treinamento na área de avaliação do rendimento escolar e a Fundação Getúlio Vargas criou em 1966 o Centro de Estudos de Testes e Pesquisas Psicológicas (CETTP) desenvolvendo testes educacionais para os últimos anos do ensino médio, abordando as áreas de Linguagem, Matemática, Ciências Físicas e Naturais e Estudos Sociais. Essa talvez possa ser considerada a primeira experiência mais ampla para a verificação dos conhecimentos e sua relação com outras variáveis como cor, sexo e nível socioeconômico. Nos anos 70, o Programa de Estudos Conjuntos de Integração Econômica Latinoamericana (ECIEL) desenvolveu um estudo sobre o nível do rendimento escolar e nível de escolaridade de alunos do Brasil e de outros países da América Latina. Esses alunos responderam a questionários sobre condição socioeconômica, aspirações e o que desejavam alcançar com a escola, e realizaram exame para verificação da leitura e de ciências.

Nessa época, outros testes foram realizados na busca de constatar a aprendizagem dos alunos da primeira série do ensino fundamental, sendo aplicado em várias regiões do país. Após esses ensaios não se observou do poder público uma continuidade no trato com a avaliação do rendimento dos alunos dos sistemas de ensino. Essa preocupação veio a tona novamente nos anos 80 e se consolidou posteriormente em 1990 no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB). A exceção a esse caso pode ter sido o município de São Paulo que realizou no ano de 1980 a avaliação da rede municipal de ensino no intuito de verificar o nível de escolaridade dos alunos das series iniciais do ensino fundamental e de alunos do terceiro estágio da educação infantil. Com a mudança política de governo

no município de São Paulo, esses dados não foram aproveitados e o trabalho não teve sequência (GATTI, 2009).

Pelas considerações de Gatti (2009), observa-se que a questão da avaliação há muito tempo está presente em nosso sistema educacional seja através de testes, provas escritas ou orais, mas ganhou importância e destaque somente no final dos anos 80, o que resultou na criação do SAEB e posteriormente de outros sistemas de avaliação como, por exemplo, o Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro (SAERJ) e o Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (SIMAVE).

O processo de criação do SAEB se inicia com a primeira avaliação em 1990 e, a partir de 1992, o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) assumiu as avaliações, passando a ser o órgão coordenador do SAEB. Tal sistema conta com a participação e apoio das Secretarias Estaduais e Municipais das 27 unidades da federação do Brasil.

A partir de 1993, as avaliações passaram a ser realizadas a cada dois anos e, desde 1995, é usada uma nova metodologia estatística conhecida como TRI (Teoria de Resposta ao Item).

De acordo com Castro (2009), essa metodologia estatística, cujo foco é o item, permite uma medida mais apropriada da proficiência do aluno pela possibilidade de construção de uma escala e também a comparabilidade entre os resultados. A avaliação do Saeb possibilitou coletar dados por meio de uma amostra probabilística de todos os estados e distrito federal. O principal objetivo deste programa na atualidade é avaliar os sistemas de ensino e oferecer informações para aprimoramento das políticas educacionais. A amostra engloba aproximadamente 700 municípios, três mil escolas públicas e privadas, 25 mil professores, três mil diretores e 220 mil alunos do Ensino Básico. Com os resultados levantados pelo Saeb é possível identificar o desempenho dos alunos e os fatores intervenientes na aprendizagem e, em posse desses dados, estabelecer políticas que visem a melhorias na qualidade da educação do país.

O SAEB pode ser considerado como o grande programa de avaliação da educação em larga escala no Brasil servindo de referência para a criação de outros modelos avaliativos, no entanto não apresenta dados da Educação Infantil, a qual também veio a fazer parte da Educação Básica a partir da Constituição Federal de

1988, conforme já exposto. Esse programa fez com que aumentassem os investimentos em avaliação externa e colocou em foco o processo de avaliação educacional.

Corroborando esse argumento da importância da avaliação na área educacional e na Educação Infantil, o Grupo de Trabalho do Ministério da Educação (MEC, 2012) ³ instituído pela Portaria nº 1.147/2011 define que a avaliação é fundamentada como a prática de ações que buscam a melhoria constante da Educação Infantil. No documento, a avaliação aparece da seguinte forma:

A avaliação institucional também carrega a perspectiva formativa, pois possibilita a valorização dos contextos em que os resultados foram produzidos, os processos, os programas, o conjunto de ações, o projeto pedagógico, comparando o que foi executado com o que estava previsto, identificando os resultados não previstos, os fatores que facilitam ou são obstáculos a qualidade da educação; possibilita a reflexão fundamentada em dados, visando desencadear mudanças; põem em diálogo informações de fontes variadas (das crianças, dos docentes, das famílias, das condições objetivas de trabalho, das avaliações externas). Assim a avaliação institucional pode ser instrumento potente para reconstrução das práticas, resultantes do confronto e da negociação de posições, de interesses, de perspectivas; e ainda para o fortalecimento das reações internas e das relações com as demais instâncias decisórias da rede de ensino (GRUPO DE TRABALHO nº 1.147/2011, MEC, 2012, p.16).

No campo educacional, a avaliação, embora apresente estudos e métodos específicos, pode aparecer subdividida em vários contextos ou subáreas, podendo ser investigativa, para verificar o trabalho do professor, o desempenho da escola, o rendimento dos alunos, servir como avaliação de programas ou políticas públicas implantadas na escola e pode também sofrer várias abordagens teóricas como a participativa, sistêmica e outras. Tudo vai depender do objetivo para qual se realiza a avaliação (GATTI, 2009).

Dessa maneira, pelas considerações de Gatti (2009), subtende-se que a aplicação do conceito de avaliação em relação à sala de aula independente da etapa de ensino, da Educação Infantil ao Ensino Médio, não é diferente e avaliar se constitui uma das formas utilizadas para verificar a aprendizagem dos alunos e,

³Grupo de trabalho que produziu o documento, Educação Infantil: Subsídios para a construção de uma sistemática de avaliação. Contou com a coordenação da professora Dr. Sandra Maria Zakia Lian Sousa.

acima de tudo, fornecer elementos para refazer a prática pedagógica dos professores.

No que se refere à avaliação, de acordo com Rosemberg (2001):

Uma análise da literatura internacional evidencia de imediato, duas grandes tendências contemporâneas quanto aos objetivos da educação infantil: uma para os países desenvolvidos; outra para os em desenvolvimento. Para os países em desenvolvimento, particularmente para a América Latina dos anos 90, o principal objetivo que vem sendo proposto à educação infantil é o da prevenção do impacto da desigualdade econômica (mortalidade, desnutrição infantil), especialmente prevenção do fracasso escolar no ensino fundamental, uma estratégia para o aumento de sua eficiência (ROSEMBERG, 2001, p.23).

Analisando a citação anterior de Rosemberg, é possível perceber que a avaliação pode apresentar muitas intencionalidades e pode servir a muitos objetivos, o que resulta numa importância muito grande por parte das escolas para se apropriarem de modo satisfatório de suas aplicações dentro do ambiente escolar e delas tirarem bons proveitos para a própria instituição e para as crianças.

Diante da importância da avaliação no cenário nacional e da valorização da Educação Infantil como direito das crianças, para se efetivar uma educação de qualidade é fundamentalmente necessária a existência de uma avaliação no sentido de diagnosticar e saber como é realizado o trabalho nas instituições de Educação Infantil, de modo a verificar o que as crianças aprendem e como ocorre o seu desenvolvimento, suas aprendizagens, uma vez que já foi constatado que as crianças que frequentam a pré-escola apresentam rendimentos escolares melhores e menores índices de repetências nas etapas seguintes do ensino fundamental (ARAÚJO, 2006).

Dessa maneira, a Educação Infantil, além de ser um direito institucionalizado e garantido por lei, é um componente essencial para a vida das crianças, pois garante a elas enormes aprendizagens afetivas, físicas, psicológicas, sociais e cognitivas.

A Educação Infantil por si só já é um campo de enormes possibilidades de conhecimentos, vivências e pode influenciar as demais etapas da educação. Por conta dessas possibilidades é que a avaliação deve ocorrer também nesse período, podendo prover informações daquilo que os alunos aprendem, vivenciam ou

deveriam aprender (CASTRO, 2009). Assim, a realização da avaliação na Educação Infantil e nas demais etapas de ensino não deve ter o propósito somente de avaliar por avaliar: é preciso saber como avaliar e saber o que fazer com essa avaliação, e ainda como ela é trabalhada pela escola e pelos professores em conjunto com os pais e família, na intenção de proporcionar que os seus resultados voltem para os próprios alunos.

Outra importância da ocorrência da avaliação nessa etapa de ensino é a possibilidade de realização no sentido de contemplar as potencialidades dos alunos, as condições estruturais e pedagógicas das escolas, a formação dos professores e a possibilidade de intervenção por parte da escola, para que o aluno seja o centro do processo de avaliação. Os argumentos legislativos como a LDB n.º 9.394/96 e os de cunhos pedagógicos referenciados anteriormente no texto por Castro (2009) e Araújo (2006) se mostram favoráveis à avaliação nessa etapa da educação para que a escola intervenha em seu processo pedagógico e em sua prática, ressaltando que a mesma não deve ter a intenção de retenção ou de apontamento das fragilidades e rotulação dos alunos, mas de mostrar caminhos para que as crianças se desenvolvam em todos os seus potenciais.

No entanto, um dos grandes problemas dessa etapa de ensino é a falta da existência de um modelo de avaliação em larga escala ou outro formato em nível nacional, estadual ou municipal que seja referência para identificar e acompanhar o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos. A avaliação, conforme aponta Piotto *et al* (1988), é um dos indicadores para verificar a qualidade na educação (assim como formação de professores e salário dos profissionais). A inexistência de avaliação de como se dá o trabalho na Educação Infantil e o que se ensina pode provocar, muitas vezes, a desvalorização dessa fase e etapa de ensino, dando a entender para pais, famílias e sociedade que nesse nível de escolaridade, não há aprendizagem, mas somente brincadeira. A brincadeira, na verdade, é parte fundamental do currículo da Educação Infantil.

De acordo com Micarello (2010, p.12), apropriando-se de Vygotsky (1991), ao brincar:

A criança passa a operar no plano dos significados, libertando-se de restrições que a situação imediata lhe impõem. Essa liberdade permite o alcance de novos patamares em seus processos de aprendizagem que impulsionam o desenvolvimento infantil.

Verifica-se dessa maneira pelas afirmações de Vygotsky que através do ato de brincar é possível transmitir e receber inúmeras aprendizagens. Ainda sobre a importância da brincadeira nessa fase, Micarello (2010) coloca que os docentes são profissionais conhecedores do valor do brincar e que esses momentos se constituem em ótimas oportunidades para intervenções pedagógicas e para a aquisição de novas aprendizagens.

Nesse sentido, ainda segundo as considerações de Micarello (2010), a avaliação nesta fase não deve ser utilizada como instrumento punitivo, mas compreendida como estímulo para provocar mudanças nos processos educacionais e deve ser importante ferramenta que permita ao professor e a escola acompanhar o desenvolvimento dos alunos.

É válido destacar que, na Educação Infantil, a prática avaliativa é exigida tanto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96), como pelas Diretrizes Municipais para a Educação Infantil da rede municipal de Juiz de Fora, estabelecida através da Resolução nº 26/2008. Nessa etapa de ensino, a avaliação tem de ser realizada de modo diferenciado aos propostos pelas demais etapas da Educação Básica, em que, de acordo com a LDB nº 9.394/96, no Ensino Fundamental e Ensino Médio podem ocorrer a retenção do aluno e existir a realização de avaliações que mostrem o desempenho e a aprendizagem dos alunos, situação esta que não acontece na Educação Infantil.

Tendo em vista o objetivo geral deste trabalho, este capítulo apresenta o estudo realizado sobre a avaliação na Educação Infantil na Rede Municipal de Juiz de Fora. Inicialmente, faz-se a conceituação sobre a etapa da Educação Infantil dentro dos preceitos legais e tecem-se considerações gerais referentes à avaliação educacional. Com enfoque específico na avaliação da Educação Infantil, esclarece-se o que é estabelecido na LDB nº 9.394/96 e em sua atualização na Lei nº 12.796/13. Aborda-se, também, o que consta nos Pareceres das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEIs). Posteriormente, detêm-se à Rede Municipal de Juiz de Fora e apresenta-se o que determina a Resolução Municipal nº 26/2008, a qual trata da avaliação e do uso do Relatório Descritivo Individual dos alunos na Rede Municipal de Juiz de Fora e as Diretrizes Municipais da Rede Municipal de Juiz de Fora para a Educação Infantil. Além disso, são

descritos os instrumentos de avaliação utilizados e focalizado o Relatório Descritivo Individual. Após esse panorama, é exposta a pesquisa realizada para o presente trabalho, evidenciando a perspectiva dos gestores sobre Avaliação na Educação Infantil e sobre o uso do Relatório Descritivo Individual e são trazidos alguns exemplos de relatórios já preenchidos pelos professores. Ao final, são apontados os problemas atrelados à avaliação e ao uso do Relatório Descritivo Individual como principal instrumento de avaliação da Educação Infantil na Rede Municipal de Juiz de Fora.

1.1. A Avaliação da Educação Infantil Dentro dos Princípios Legais

O ato de avaliar não pode acontecer simplesmente por acontecer, servindo a burocracia estatal, mas deve permitir que a escola faça uma boa apropriação desse instrumento de modo a mudar a sua prática na efetivação de uma melhor educação para os alunos. Diante disso é que se torna importante reconhecer o que diz a legislação e as diretrizes sobre a avaliação na Educação Infantil dentro das esferas federais, estaduais e municipais de educação. Contudo, faz-se necessário, antes disso, elucidar a concepção e a constituição da Educação Infantil no cenário educacional brasileiro. Dessa maneira, serão apresentados os documentos legais que especificam como deve ser o trabalho e a avaliação dentro da etapa da Educação Infantil, ou seja, a LDB nº 9.394/96 e sua atualização na Lei nº 12.796/13, as Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Infantil – DCNSEIs (2009) e as Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação Infantil do município de Juiz de Fora (2010). Todas essas leis e diretrizes são fundamentais para o reconhecimento do trabalho que deve ser desenvolvido na Educação Infantil e para verificação de como deve ser realizada a avaliação nessa fase de ensino.

1.1.1. Avaliação da Educação Infantil na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96 e nº 12.796/13

Nos anos 1980, o Brasil começou a viver um novo ciclo em sua política. Após um longo período de ditadura militar, foram realizadas eleições diretas para

presidente da república e o país caminhou em direção a novas conquistas políticas, econômicas, sociais e culturais. Pode-se dizer que o marco inicial dessa caminhada foi a promulgação da Constituição Federal de 1988. Sofrendo influências das políticas internacionais, a educação passou a ter um papel fundamental para o desenvolvimento econômico do país.

Pela nova Constituição a Educação Básica ficou estabelecida, no art. 21, como sendo o nível da educação que abrange a educação infantil, o ensino fundamental e ensino médio. Para Cury (2002, p. 294), “educação básica é um conceito mais do que inovador para um país que, por séculos, negou, de modo elitista e seletivo, a seus cidadãos o direito ao conhecimento pela ação sistemática da organização escolar”.

Ainda conforme Cury (2002, p.170), a "educação infantil é a raiz da educação básica, o ensino fundamental é o seu tronco e o ensino médio é o seu acabamento". Assim, subtende-se que um componente da educação básica quando não contemplado pode afetar todas as demais que estão por vir. Nessa perspectiva, observa-se que a etapa em maior desvantagem foi a Educação infantil que passou a fazer parte da Educação básica após a Constituição de 1988 e, apenas com a LDB 9.394/96, passou a contar com recursos específicos para o seu financiamento e para sua manutenção. De qualquer modo, destaca-se que, após a Constituição Federal de 1988, os alunos da Educação Infantil passaram a ter seus direitos reconhecidos e garantidos por Lei.

No que concerne à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o projeto de construção participativa foi resultado de intensas reivindicações que contou com a participação de intelectuais, sindicatos de professores, educadores, demais membros da sociedade que lutaram para que seus anseios derivassem na aprovação de uma lei exclusiva para a educação, fato esse que se concretizou em 1996 com a promulgação da LDB nº 9.394/96, representando, assim, as transformações políticas, sociais e econômicas pelas quais o Brasil passou ao longo desses oito anos após a Constituição Federal de 1988.

Com a aprovação da Lei nº 9.394/96, políticas educacionais como o FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento Do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Lei nº 9.424/1997), substituído posteriormente pelo FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de

Valorização dos Profissionais da Educação – Lei nº 11.494/2007) e programas educacionais como PDDE (Programa Dinheiro Direto Na Escola – criado em 1995) passaram a ser colocadas em práticas com vistas a promover uma maior articulação entre os entes federados, estados, municípios, Distrito Federal e União, buscando ao mesmo tempo proporcionar melhores resultados na educação do país e de promover maior integração na execução das políticas educacionais (CURY, 2002).

Em 04 de abril de 2013 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) sofreu alterações através da Lei nº 12.796/2013, ficando a definição da Educação Infantil apresentada em seu art.29 e art. 31 da Seção II da seguinte maneira:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 31. A educação infantil será oferecida em:

I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade. Art. 31. A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: I - avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental; II - carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional; III - atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral; IV - controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas; V - expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança.

Em relação à sua finalidade e organização, a Educação Infantil se encontra bem definida através da Lei nº 12.796/2013 que alterou a LDB 9.394/96. No que se refere à obrigatoriedade da Educação infantil, o Art. 4º da referida Lei estabelece a educação básica como obrigatória dos quatro aos dezessete anos, oferecida em formato de pré-escola, ensino fundamental e ensino médio. No que diz respeito a competência dessa oferta, a Constituição Federal de 1988 através do Art.30, parágrafo VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) define a Educação Infantil como competência dos municípios e que o mesmo deve contar com a cooperação técnica e financeira da União e dos Estados no desenvolvimento de programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental.

Com a Educação Infantil integrante da Educação Básica, consolidada pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei nº 12.796/13 que alterou a LDB nº 9.394/96, cabe verificar, dentro dos princípios legislativos como se dá o atendimento para essa fase de ensino e como ocorre a avaliação para crianças de quatro e cinco anos.

De acordo com a LDB nº 9.394/96, a avaliação para a etapa da Educação Infantil é obrigatória e deve acontecer de acordo com o estabelecido no PPP das escolas, bem como nas orientações da proposta curricular de cada instituição, ou seja, cada escola pode optar por qual instrumento avaliativo será realizada a avaliação. Na Educação Infantil existem diversas maneiras de se realizar a avaliação, como, por exemplo, através de portfólios, fichas individuais dos alunos que são preenchidas pelos professores, fotos, desenhos, relatórios ou pareceres descritivos.

No ano de 2013, a LDB nº 9.394/96 sofreu alterações e, a partir da Lei nº 12.796/13, ficou estabelecido que a avaliação na Educação Infantil seja organizada de acordo com a seguinte regra comum do art.31, parágrafo I “avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental”, ou seja, a avaliação na Educação Infantil visa acompanhar o desenvolvimento dos alunos, não podendo ser utilizada como meio de promoção ao ensino fundamental, nem com o propósito de reter o aluno na pré-escola impedindo-o de avançar nos estudos subsequentes.

Para Ciasca e Mendes (2009), pela interpretação da lei se compreende que a avaliação será de responsabilidade da escola na figura do professor, que deve ter amplo conhecimento sobre o registro dos alunos e trabalhar como intermediador para a aquisição de novas aprendizagens. As mesmas autoras ainda discutem sobre o verdadeiro papel da avaliação na Educação Infantil e os instrumentos mais propícios para acompanhar os alunos e se a mesma não é para promover ao ensino fundamental, para que serviriam e a quem interessaria a avaliação nessa etapa?

1.1.2. Avaliação da Educação Infantil nos Pareceres das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNSEIs)

As Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Infantil (DCNSEIs, 2009) são orientações construídas pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação com o objetivo de orientar as políticas públicas na elaboração de propostas pedagógicas e curriculares para essa etapa de ensino. Essas compreendem a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica, oferecida em formato de creche e pré-escola para crianças de zero a cinco anos de idade, em um período diurno com jornada mínima de quatro horas, regulados por órgão competente do sistema de ensino, sendo de competência do Estado garantir a oferta de modo gratuito, com qualidade e sem seleção.

Assim dentro dessas orientações e da compreensão do que é Educação Infantil, a avaliação é definida da seguinte maneira:

Art. 10. As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo:

I - a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;

II - utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.);

III - a continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/ Ensino Fundamental);

IV - documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;

V - a não retenção das crianças na Educação Infantil

De acordo com as DCNSEIs (2009), a avaliação nessa fase deve ser realizada de várias maneiras, objetivando sempre o olhar sobre a criança, de modo a não caracterizá-las em ser capaz ou incapaz, competente ou sem competências para fazer determinadas atividades ou trabalhos. A criança nessa fase se encontra em processo de formação e por isso necessita de incentivos e de olhares diferenciados por parte dos professores, dos adultos e das famílias que atuarão

como elementos essenciais para que elas alcancem o seu amplo conhecimento no processo de desenvolvimento no qual se encontram.

Por opção da escola, os instrumentos que farão parte da avaliação podem ser de modelos e formatos variados e o mais importante é que a parte pedagógica seja considerada além de orientadora para as ações desencadeadas pelos professores, profissionais que estão em contato diretamente com as crianças. A concepção de criança e de Educação Infantil por parte de quem avalia também será primordial para a direção que se dá ao processo avaliativo, pois quem avalia se baseia em suas convicções e modo de ver a criança e do seu entendimento dessa etapa de ensino. Como já afirmado anteriormente, nenhuma avaliação é ingênua e imparcial, por isso se faz necessário cautela em sua realização para que não se crie rótulos e estereótipos nesse processo. Pelas DCNEIs (2009) a criança é considerada como sendo:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona, e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade. Produzindo cultura (DCNEIs, 2009, p.12).

Pelas DCNEIs (2009), a avaliação na Educação Infantil deve permitir que a família conheça o trabalho da instituição e os processos de desenvolvimento e aprendizagem das crianças, assim a participação da família nesse processo avaliativo necessita ser ativa de modo a conhecer como é o trabalho da unidade de ensino. Devem participar na construção do Projeto Político Pedagógico, pois é ele que permite uma reflexão sobre tudo àquilo que acontece na escola e também identifica qual o significado que se dão as crianças. Família e escola precisam atuar juntas como parceiras buscando sempre o melhor para o desenvolvimento das crianças.

A documentação específica a qual se refere às diretrizes em seu artigo X inciso IV são os registros de tudo o que as crianças fazem. Esses apontamentos necessitam ser trabalhados em conjunto entre escola, família e alunos. Serão esses registros os documentos apresentados aos pais, encaminhados para outros professores e escolas de Educação Infantil e para as instituições de ensino fundamental. Através do acesso a essas informações os professores terão um

melhor conhecimento do aluno que fará parte da sua turma na própria Educação Infantil ou no Ensino Fundamental e assim terão maiores chances de organizar o trabalho em função das reais necessidades dos alunos. Para Micarello (2010) a comunicação entre os gestores das escolas é importante para a consolidação de uma cultura de integração entre as instituições e entre as práticas pedagógicas, facilitando um melhor acompanhamento dos saberes e das relações dos alunos que mudam de escolas.

As DCNSEIs (2009), em seu inciso V, também reforça a ideia de que o aluno não deve ser retido nessa modalidade de ensino, portanto não pode ser impedido de avançar nas fases posteriores ou de ingressar no Ensino Fundamental.

1.2. A Avaliação Da Educação Infantil Da Rede Municipal de Juiz de Fora

A estruturação da Educação Infantil na Rede Municipal de Juiz de Fora possui algumas particularidades que merecessem ser elucidadas antes do enfoque na sua forma de compreender e praticar a avaliação nessa etapa de escolarização. Nessa direção, uma consideração importante e que merece ser explicitada para o bom entendimento do que venha a ser a fase de Educação Infantil dentro do município de Juiz de Fora e como na prática se efetiva esse atendimento diz respeito à data limite de nascimento das crianças para as matrículas, também chamado de corte etário.

As escolas de Juiz de Fora seguem a Lei Estadual de Minas Gerais de nº 20.817, de 29 de julho de 2013, que coloca como data limite de nascimento para matrícula na Educação infantil e para o Primeiro Ano do Ensino Fundamental a data de 30 de junho. Até o ano de 2013 a data base para a efetivação das matrículas era 31 de março e a partir de 2014 por orientação da Secretaria de Educação de Juiz de Fora que segue a Lei Estadual citada acima essa data de corte etário passou para 30 de junho. Ou seja, os alunos para terem sua matrícula efetivada na pré-escola da rede municipal devem estar com quatro e cinco anos completos até o dia 30 de junho de 2014, para matricularem, respectivamente, no primeiro período e segundo período da Educação Infantil.

As crianças que completarem quatro anos após essa data deverão ser matriculadas na etapa denominada creche, as que tiverem cinco anos após essa

data farão a matrícula no primeiro período da Educação infantil e as que fizerem seis anos após o dia 30 de junho serão matriculadas no segundo período da Educação Infantil. Esses dados se referem somente a matrículas novas, pois os alunos que já se encontram matriculados e frequentes na escola deverão seguir o fluxo normal, ou seja, essa data de corte etário está relacionada a matrículas novas. Para as crianças que já se encontram matriculadas, os pais deverão ser informados dessas alterações e optarem pelo avanço ou não dos alunos. Ou seja, caso um aluno complete cinco anos antes de 30 de junho de 2014 e se encontre matriculado na escola no ano de 2013, o pai poderá optar por colocá-lo no próximo ano no primeiro ano do ensino fundamental, pois a criança completará seis anos antes de 30 de junho de 2014. Em todos os casos de avanço, os pais ou responsáveis terão de assinar um termo de estar ciente da Lei Estadual nº 20.817 que trata sobre a data de corte etário para matrícula. Essas orientações de assinatura de conhecimento da alteração da Lei são exclusivas para a rede municipal no que se refere a alunos que se encontram matriculados e que os pais optem pelo avançar do aluno, as demais escolas particulares e escolas estaduais seguirão a data limite estabelecida pela Lei Estadual nº 20.817 e avançarão automaticamente os seus alunos.

A Creche, segundo a LDB nº 9.394/96, faz parte da Educação Infantil e acolhe crianças de zero a três anos, não sendo considerada, portanto, como etapa escolar e sim como fase da Educação Infantil, e o seu atendimento pode ocorrer não só em creches, mas também em instituições equivalentes. As Escolas de Educação Infantil da rede municipal de Juiz de Fora antes denominadas de EMEIs (Escolas Municipais de Educação Infantil), em sua maioria, atendem também alunos do 1º Ano do Ensino Fundamental. Isso tem relação com a organização anterior da Educação Infantil, que contemplava o 3º período e que, com a mudança legislativa estabelecida pela Lei nº 11.274/2006, a qual passou o Ensino Fundamental para nove anos e tornou a matrícula obrigatória a partir dos seis anos de idade, transformou o terceiro período – que era a última etapa da Educação Infantil – no 1º Ano do Ensino Fundamental.

Mesmo com essas mudanças na legislação, muitas EMEIs ainda atendem, ao mesmo tempo, a Educação Infantil e ao 1º Ano do Ensino Fundamental, pois o município de Juiz de Fora ainda está se adequando. De acordo com a LDB nº 9.394/96 a obrigatoriedade de matrícula na atualidade se aplica a crianças a partir

de quatro anos de idade, o que aumenta a necessidade de expansão de atendimento para essa fase de ensino. Entretanto, não basta que só ocorra aumento no número de vagas e de novas escolas, é necessário que esse atendimento que é um direito público, seja acompanhado de boas escolas com estruturas físicas apropriadas, que os professores sejam capacitados e que o conjunto de todas essas ações se transforme em melhor aprendizagem para os alunos. As novas escolas de Educação Infantil que estão sendo construídas pelo município de Juiz de Fora já não estão obedecendo a esse antigo formato que possuíam no mesmo estabelecimento alunos da Educação Infantil e do 1º Ano do Ensino Fundamental, uma vez que vem prestando atendimento exclusivo para alunos de quatro e cinco anos de idade, ou seja, pertencentes somente à etapa da Educação Infantil.

No entanto, esse atendimento só será melhor observável após conclusões do programa “Expansão no atendimento da Educação Infantil” da Prefeitura de Juiz de Fora que prevê a inauguração de obras previstas para o ano de 2014, onde está incluída a entrega de mais quatro escolas de Educação infantil e de duas creches para atendimento de crianças de zero a três anos. Dessas quatro escolas previstas para serem entregues, duas serão do tipo C e duas do tipo B, essa classificação de tipo se refere ao número de alunos que podem ser atendidos, ficando o tipo B com possibilidade para atender 60 alunos e o tipo C para atendimento a 120 alunos. Outros seis pedidos de construção de escolas de Educação Infantil já foram encaminhados ao MEC e estão aguardando a regularização de terrenos para o início das obras (SE/JF, 2013).

No momento atual, o quadro de escolas para o atendimento à Educação Infantil ainda é complexo e, por isso, dedica-se a próxima seção para apresentá-lo.

1.2.1. Apresentação da organização da Educação Infantil na Rede Municipal de Juiz de Fora

A Rede Municipal de Juiz de Fora possui em seu quadro de escolas um total de 101 (cento e uma) instituições distribuídas por oito regionais, a saber: Regional Norte, Regional Sul, Regional Leste, Regional Oeste, Regional Sudeste e Regional

Rural. Essas escolas atendem da Educação Infantil, etapa também denominada de pré-escola e que recebem alunos de quatro anos no primeiro período e de cinco anos no segundo período, até o 9º ano do Ensino Fundamental.

Para atendimento aos alunos da Educação Infantil, as escolas da rede municipal de Juiz de Fora contam em seu quadro de funcionários e em sua grade curricular com um professor denominado “Referência I”. Esse professor é aquele que possui mais módulos de aulas com a turma e, portanto, passa um maior número de horas com os alunos. Também há outros dois professores chamados “Referência II” e “Referência III” ou “Professores de Complementação de Carga Horária”, os quais, geralmente, são professores de educação física e professores de artes/literatura ou de música. Essas disciplinas de complementação de carga horária visam aumentar a formação cultural, intelectual, motora e social dos alunos e preenchem os horários vagos pelo professor de Referência I nos seus dias de extraclasse, que é um dia em que o professor possui para a preparação de suas aulas, correção de atividades e de trabalhos ou para dedicação aos estudos, conforme determinação da lei do piso salarial para o magistério. Fica a critério da escola a opção por qual conteúdo ou disciplina será adotada como complementação de carga horária e, conforme citado, essas disciplinas são geralmente a educação física e artes/literatura. Em muitas escolas os alunos ainda têm aulas de informática que acontecem em projetos extracurriculares ou intracurriculares com professora específica desse conteúdo junto com a professora de Referência I. Outros projetos extracurriculares também são desenvolvidos através de aulas de capoeira, dança, xadrez, jogos de alfabetização, música ou iniciação esportiva e que são realizadas em horários de contraturno.

A apresentação da grade curricular e dos projetos desenvolvidos na Educação Infantil da rede municipal de Juiz de Fora é de fundamental importância para que se possa compreender o trabalho que se desenvolve com as crianças na Educação Infantil da rede municipal de ensino e do tipo de avaliação que se realiza. Através da proposta curricular para essa fase de ensino também se pode verificar uma preocupação da Secretaria de Educação de Juiz de Fora em valorizar a Educação Infantil e prestar um bom atendimento perante os alunos, a família, pais e comunidade. A realização de um bom trabalho por parte das escolas rompe com a ideia que muitos indivíduos e pessoas apresentam de que nessa fase da educação

as crianças “só brincam” e nada aprendem. Contudo, é sabido que a brincadeira é uma ferramenta importantíssima para desenvolver a aprendizagem das crianças, como defende Vygotsky (1991), reforçado por outros estudos (cf. MICARELLO, 2010).

Até o ano de 2013, a rede municipal possuía somente seis escolas exclusivas para atendimento a alunos da Educação Infantil – as quais serão o objeto investigativo desse trabalho. Essas instituições são distribuídas por cinco regionais, a saber: Regional Centro, Regional Leste, Regional Nordeste, Regional Sudeste e Regional Norte, o que corresponde a muitas das regionais existentes e a aproximadamente 6% do total de escolas da rede municipal de Juiz de Fora.

Abaixo segue o Quadro1 das Escolas Municipais do município de Juiz de Fora de acordo com suas oito regionais e etapas de ensino, lembrando que muitas escolas de Educação Infantil também atendem ao 1º Ano do Ensino Fundamental e somente seis prestam atendimento exclusivo a Educação Infantil. As demais atendem do 1º Ano do Ensino Fundamental ao 9º Ano Ensino Fundamental. Para facilitar a identificação, estão marcadas aquelas escolas que são exclusivas para a Educação Infantil, as quais, como já informado, serão objeto da presente pesquisa.

Quadro 1: Escolas Municipais da Regional Nordeste

ESCOLAS		BAIRRO
01	CESU – Custódio Furtado de Souza	Teixeiras
02	E.M. Arlete Bastos Magalhães	Parque Independência
03	E.M. Cássio Vieira Marques (Dr.)	Vila Montanhesa
04	E.M. Fernão Dias Paes	Bandeirantes
05	E.M. Georg Rodenbach	Grama
06	E.M. Marcos Freesz (vereador)	Eldorado
07	E.M. Maria Julia dos Santos (Educação Infantil)	Parque Guarani
08	E.M. Marília de Dirceu	Filgueiras
09	E.M. Paulo Japyassu (Dr.)	Parque Guarani
10	E.M. Theodoro Frederico Mussel	N. Sr ^a . das Graças
11	E.M. União da Betânia	Granjas Betânia

Fonte: Secretaria de Educação de Juiz de Fora

A Regional Nordeste tem unicamente em seu quadro a Escola Municipal Maria Julia dos Santos como opção para a Educação Infantil e que também atende ao Primeiro Ano do Ensino Fundamental e se situa no Bairro Parque Guarani.

Quadro 2: Escolas Municipais da Regional Norte

ESCOLAS		BAIRRO
01	CAIC Prof ^a Núbia Pereira Magalhães	Santa Cruz
02	CAIC Rocha Pombo	Amazonas
03	E.M.Afonso Maria de Paiva (Educação Infantil)	Santa Cruz
04	E.M. Almerinda de Oliveira Tavares	Chapéu D'uvas
05	E.M. Álvaro Lins	São Judas Tadeu
06	E.M. Amélia Pires	Monte Castelo
07	E.M. André Rebouças (eng.)	Milho Branco
08	E.M. Antônio Carlos Fagundes	Francisco Bernardino
09	E.M. Áurea Nardelli (prof ^a .)	Vila Esperança II
10	E.M. Carlos Augusto de Assis	Barreira do Triunfo
11	E.M. Carlos Drummond de Andrade	Nova Era
12	E.M. Cecília Meirelles	Nova Era
13	E.M. Prof. ^a Eunice Alves Vieira	Barbosa Lage
14	E.M. Henrique José de Souza	Cidade do Sol
15	E.M. Jerônimo Vieira Tavares	Chapéu D'uvas
16	E.M. Joao Evangelista de Assis (Ed. Infantil e 1º Ano do Ensino Fundamental)	Barreira do Triunfo
17	E.M. Maria Aládia Santana (Ed. Infantil e 1º Ano do Ensino Fundamental).	Varginha
18	E.M. Maria Catarina Barbosa	Ponte Preta
19	E.M.Prof ^a Maria das Dores Lizardo (Ed. Infantil e 1º Ano do Ensino Fundamental).	Benfica
20	E.M.Prof. Paulo Rogério dos Santos	Monte Castelo
21	E.M.Pedro Nagib Nasser	Bairro Industrial
22	E.M. Prof. Thereza Falci	Santa Lúcia
23	E.M. Tia Glorinha	Jóquei Clube

Fonte: Secretaria de Educação de Juiz de Fora

De acordo com as tabelas de distribuição de escolas por regionais a Regional Norte apresenta cinco escolas para atendimento a Educação Infantil e Primeiro Ano do Ensino Fundamental, distribuídas por cinco bairros diferenciados.

Quadro 3: Escolas Municipais da Regional Centro

ESCOLAS		BAIRRO
01	E.M. Álvaro Braga de Araújo	Dom Bosco
02	E.M. Cosette de Alencar	Santa Catarina
03	E.M. Santa Cecília	Santa Cecília
04	Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEM)	Centro
05	Centro Educacional de Referência Herval da Cruz Braz	Centro
06	E.M. Maria Jose Vilela (Educação Infantil)	Centro
07	E.M. Nilo Camilo Ayupe (Educação Infantil)	Centro
08	E.M. Santa Catarina Labouré	São Mateus

Fonte: Secretaria de Educação de Juiz de Fora

Na Regional Centro se localizam três escolas de atendimento a Educação Infantil, sendo duas delas, para atendimento exclusivo a essa etapa de Ensino e que funcionam em horário de tempo integral devido à alta demanda e a outra atende a Educação infantil e também ao Primeiro ano do Ensino Fundamental.

Quadro 4: Escolas Municipais da Regional Sul

ESCOLAS		BAIRRO
01	E.M. Dr. Antonino Lessa	Santa Efigênia
02	E.M. Bela Aurora	Ipiranga
03	E.M. Bom Pastor	Bom Pastor
04	E.M. Dilermando Martins (Dr.)	Teixeiras
05	E.M. Gabriel Gonçalves	Ipiranga
06	E.M. Lions Centro	Graminha
07	E.M. Prof. Oswaldo Veloso	Santa Luzia
08	E.M. Quilombo dos Palmares	Sagrado Coração
09	E.M. São Geraldo	Previdenciários
10	E.M. Ipiranga (Ed. Infantil e 1º ano do Ensino Fundamental)	Ipiranga
11	E. M. Jardim de Alá (Ed. Infantil e 1º ano do Ensino Fundamental)	Jardim de Alá
12	E.M. Jose Homem de Carvalho (Ed. Infantil e 1º ano do Ensino Fundamental).	Santa Efigênia
13	E.M. Jesus de Oliveira	Ipiranga

Fonte: Secretaria de Educação de Juiz de Fora

A Regional Sul possui três escolas para atendimento a Educação Infantil dentro das treze escolas pertencentes a sua regional.

Quadro 5: Escolas Municipais da Regional Oeste

ESCOLAS		BAIRRO
01	E.M. Dr. Adhemar Rezende de Andrade	São Pedro
02	E.M. Augusto Gotardelo (prof.)	Caiçaras
03	E.M. João Guimarães Rosa	Cruzeiro do Santo Antônio
04	E.M. José Calil Ahouagi	Marilândia
05	E.M. Santos Dumont	Santos Dumont
06	E.M. Presidente Tancredo Neves	São Pedro
07	E.M. Carlos Alberto Marques (Ed. Infantil e 1º Ano do Ensino Fundamental)	São Pedro
08	E. M.Maria Aparecida Sarmiento (Ed. Infantil e 1º Ano do Ensino Fundamental).	Jardim Casablanca
09	E. M. Santana do Itatiaia (Ed. Infantil e 1º Ano do Ensino Fundamental)	Cidade universitária
10	E.M.Elpidio Correa Faria (Ed. Infantil e 1º Ano do Ensino Fundamental)	Borboleta

Fonte: Secretaria de Educação de Juiz de Fora

A Regional Oeste apresenta quatro escolas de Educação Infantil que também prestam atendimento simultâneo para o Primeiro ano do Ensino Fundamental em um total de dez escolas.

Quadro 6: Escolas Municipais da Regional Sudeste

ESCOLAS		BAIRRO
01	E.M. Belmira Duarte Dias	JK
02	E.M. Carolina de Assis	Floresta
03	E.M. Dante Jaime Brochado	Santo Antônio
04	E.M.Pref. Dilermando Cruz Filho	Vila Ideal
05	E. M.Reynaldo de Andrade (Educação Infantil)	Vila Olavo Costa
06	E.M. Menelick de Carvalho	Retiro
07	E.M. Olinda de Paula Magalhães	Jardim Esperança
08	E.M.EdithMerhey (Ed.Infantil e 1º Ano do Ensino Fundamental)	Santo Antônio

Fonte: Secretaria de Educação de Juiz de Fora

A Regional Sudeste apresenta em sua regional somente duas escolas para atendimento a Educação Infantil, sendo uma exclusiva para atendimento a Educação Infantil e outra que atende também ao 1º Ano do Ensino Fundamental.

Quadro 7: Escolas Municipais da Regional Leste

ESCOLAS		BAIRRO
01	CAIC Prof. Helyon de Oliveira	Linhares
02	E.M. Amélia Mascarenhas /Alfredo Ferreira da Silva	São Bernardo
03	E.M. Antônio Faustino da Silva	Três Moinhos
04	E.M. Áurea Bicalho	Linhares
05	E.M. Clotilde Peixoto Hargreaves	Linhares
06	E.M. Prof. João Panisset	Progresso
07	E.M. Manuel Bandeira	N. Srª Aparecida
08	E.M. Profª Marlene Barros	Bom Jardim
09	E.M. Murilo Mendes	Grajaú
10	E.M. Prof. Oscar Schmidt	Santa Rita
11	E.M. Vereador Raymundo Hargreaves	Bom Jardim
12	E.M. Santa Cândida	Santa Cândida
13	E.M. Bonfim (Ed. Infantil e 1º Ano do Ensino Fundamental)	Bonfim
14	E.M. Centenário (Educação Infantil)	Centenário
15	E.M. Helena de Almeida Fernandes (Ed. Infantil e 1º Ano do Ensino Fundamental)	Alto Grajaú
16	E.M. Clotilde Peixoto Hargreaves	Linhares
17	E.M. Ilva Mello Reis (Educação Infantil e 1º Ano do Ensino Fundamental)	Marumbi
18	E.M. Tarcisio Glansman (Ed. Infantil e 1º Ano do Ensino Fundamental).	N. Srª Aparecida

Fonte: Secretaria de Educação de Juiz de Fora

A Regional Leste conta com o oferecimento de seis escolas de Educação infantil no seu quadro de 18 escolas.

Quadro 8: Escolas Municipais da Regional Rural

ESCOLAS		BAIRRO
01	E.M. Camilo Guedes	Valadares
02	E.M. Dom Justino José de Sant'Ana	Torreões
03	E.M. Gilberto de Alencar	Náutico
04	E.M. Helena Antipoff (profª.)	Rosário de Minas
05	E.M. Nagib Felix / Tiradentes / Luzia Tente	Penido
06	E.M. Padre Caetano Anexas: Monsenhor Nogueira e João Cândido Mota	Monte Verde
07	E.M. Padre Wilson	Igrejinha
08	E.M. Pedro Marques (Dr.)	Caeté
09	E.M. Victor Belfort Arantes	Sarandira

Fonte: Secretaria de Educação de Juiz de Fora

E por último a Regional Rural não apresenta em seu quadro nenhuma escola exclusiva para atender a fase de Educação infantil e seu atendimento se dá pelas respectivas escolas pertencentes a sua regional e acontece junto as demais etapas

de ensino, com o atendimento do 1º Período da Educação infantil até o 9º ano do Ensino Fundamental, já que compete ao município a obrigatoriedade de atendimento para essa fase de ensino.

Diante da caracterização das escolas de Educação Infantil da rede municipal de Juiz de Fora, a seguir serão apresentadas as Diretrizes Municipais da Rede Municipal de Juiz de Fora para a Educação Infantil.

1.2.2. Diretrizes Municipais da Rede Municipal de Juiz de Fora para a Educação Infantil (2010)

Na rede municipal de Juiz de Fora, as linhas orientadoras para a Educação Infantil são feitas através do seu caderno temático intitulado “Educação Infantil: A Construção da Prática Cotidiana”⁴. Esse caderno, na verdade, é a proposta curricular para a Educação Infantil do município e funciona como um guia de orientação para o desenvolvimento dos trabalhos. O processo de formulação desse material foi fruto de muitos estudos e aspirações coletivas de diversos profissionais da área, que durante muito tempo lutaram para a valorização da Educação Infantil no município. Contou com grande participação de professores da rede, todos convidados a participarem do grupo de estudos, o que demonstra uma participação voluntária nessa ação.

No caderno pode ser verificada a concepção de currículo, que é entendido como todas as vivências e aprendizagens que acontecem dentro da instituição de educação e não somente as listagens de conteúdos. Dessa maneira, a criança é levada a uma série de experiências que foi construída historicamente pela humanidade, devendo ser consideradas também como diretrizes os conhecimentos que a criança possui e que chega com ele a escola (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE JUIZ DE FORA, 2010).

O documento aponta também a compreensão do que vem a ser “criança” e “infância”. A criança é compreendida como um sujeito que participa ativamente do seu processo de conhecimento, produzindo e recebendo informações e cultura.

⁴ Caderno de proposta curricular construído pela Secretaria de Educação de Juiz de Fora em 2010 e contou com auxílio de professores participantes do grupo de estudos da educação infantil.

Corroborando essa ideia de criança ativa, de acordo com Howard Gardner, citado por Hoffman (2007), as crianças até os seis anos de vida, independentes de escolarização, apresentam um grande repertório de mundo através de sua exploração regular e ativa, desenvolvendo sentidos das dimensões físicas, dos organismos vivos e dos seres humanos, de modo bastante relevante.

A infância pode ser percebida como uma construção social que aparece de diferentes modos em diversas sociedades e em distintos momentos históricos. De acordo com as Diretrizes Educacionais para a Rede Municipal de Juiz de Fora (2008):

A infância é uma construção social influenciada pelo contexto histórico, psicológico, político e social. As crianças são sujeitos históricos, construtores e produtores de cultura e que devem ser vistas como seres ativos e participativos respeitando suas necessidades e especificidades (Diretrizes Educacionais Para a Rede Municipal de Juiz de Fora, 2008, p.21).

São esses princípios que fundamentam o trabalho da Educação Infantil do município de Juiz de Fora que trabalhados de forma articulada resultarão em uma prática pedagógica que leva as crianças a serem o verdadeiro foco de atenção do planejamento curricular.

Como principal elemento desencadeador das Diretrizes Municipais está o ato de brincar. Baseando-se na teoria de Vygotsky (1996) de que não brincamos porque somos crianças, brincamos porque somos humanos e de que a brincadeira é um dos modos pelos quais constituímos nossa humanidade, a Secretaria de Educação enfatiza os direcionamentos para essa fase de ensino no lúdico. A brincadeira é então considerada parte integrante e principal do processo de construção do conhecimento das crianças e essa visão necessita ser refletida para e todos os atores envolvidos na responsabilidade de educar. As diretrizes educacionais da rede municipal de Juiz de Fora em sua proposta curricular de 2010 sinalizam que crianças, escola, professores e família devem ter conhecimento sobre o papel da brincadeira, de forma bem clara em suas percepções e, principalmente, em suas ações, para que não ocorram interpretações equivocadas sobre o trabalho realizado pelas escolas de Educação infantil, o que pode levar ao rompimento com as visões reducionista sobre o olhar para as brincadeiras e para as crianças.

Dentro do currículo municipal de Juiz de Fora, o trabalho com o conhecimento pode originar do pensamento das próprias crianças. É um trabalho desenvolvido a partir de projetos em que ideias aparecem de uma situação vivenciada pelas crianças, pelas suas curiosidades e das observações do professor que desencadeará ações para o planejamento de modo a atender aos anseios dos alunos de modo individual e coletivo.

A importância desses conhecimentos de concepção de criança, de currículo da Educação Infantil, da valorização da brincadeira na aprendizagem nessa etapa de ensino, constitui peça fundamental para a compreensão do processo avaliativo na rede municipal. Sabemos que nenhuma avaliação é imparcial, pois sempre apresenta traços dos sujeitos que as realizam. No caso da educação infantil os professores fazem as avaliações baseados na observação do comportamento, das interações, das atitudes e dos trabalhos realizados pelas crianças. De acordo com as Diretrizes Educacionais da rede municipal de Juiz de Fora a avaliação deverá ser feita através dos Relatórios Descritivos Individuais dos alunos e caberá ao coletivo da escola definir e estabelecer as formas e os modos de registro das atividades desenvolvidas nas instituições, o que garante e permite a participação de todos no processo avaliativo. Ainda de acordo com a Secretaria de Educação de Juiz de Fora (2010, p.50), avaliação é um:

[...] processo contínuo de reflexão sobre a prática pedagógica, possibilitando ao educador repensar suas ações, servindo como referência para o (re) planejamento do trabalho com as crianças. Como instrumentos avaliativos são apresentados os registros que podem ser coletivos ou individuais como, por exemplo, fotos, portfólios, desenhos, álbuns, relatórios, textos e outros.

Conforme constam nas Diretrizes Educacionais Municipais, a avaliação da aprendizagem das crianças não pode ser interpretada de forma fragmentada como partes a serem vencidas, mas carece ser vista de maneira geral. Isso porque esse processo ocorre de forma descontínua e com rupturas, ou seja, a criança aprende, avança, retrocede e volta a assimilar novos conhecimentos não de forma sequencial. Assim, o registro com essa perspectiva busca uma compreensão de todo o processo de constituição e formação das crianças e suas interações no espaço, tempo e grupos sociais.

Ao fazer a reflexão sobre a avaliação a mesma deve ser pensada como algo que tenha significado, seja dinâmica e que exponha experiências verdadeiras, grupais e individuais vivenciadas pelas crianças dentro do contexto integral e que acompanhe o desenvolvimento dentro dos aspectos: cognitivo, físico, psicológico, emocional, afetivo, linguístico e social. A avaliação deve ser acompanhada de uma sistematização das aprendizagens devendo pautar-se no conhecimento e compreensão da criança que se avalia, na observação de todos os aspectos, no saber ouvir e interpretar as crianças, na consideração de que a avaliação faz parte de um procedimento de registros que acontece na instituição e que aparece como uma prática investigativa e mediadora. Dessa maneira, entende-se pelas Diretrizes Municipais que a avaliação pode ser realizada em diferentes formatos, contemplando os registros realizados pelos adultos e crianças, possuindo um caráter reflexivo abarcando o trabalho de modo geral e não exclusivamente das ações das crianças, o que possibilita também uma participação das famílias em estarem conhecendo o trabalho da escola e o desenvolvimento cognitivo dos alunos (SE/JF, 2010).

Na busca de se conhecer os diversos modelos avaliativos permitidos pelas diretrizes municipais e utilizados na Educação Infantil da Rede Municipal de Juiz de Fora, serão apresentados, a seguir, quais são esses instrumentos.

1.2.3. Instrumentos de Avaliação da Educação Infantil

Dentro da rede municipal de Juiz de Fora as escolas são cobradas e orientadas a realizarem as avaliações para a Educação Infantil seguindo os princípios da Resolução da Secretaria de Educação nº 26/2008 que estabelece as normas e diretrizes para o sistema de avaliação do processo ensino-aprendizagem no Sistema Municipal de Ensino e que cobra o Relatório Descritivo Individual de cada aluno como documento oficial de avaliação. As escolas podem ainda adotar outros modelos avaliativos complementares como o portfólio ou fichas individuais, sem descartar o Relatório Descritivo Individual do aluno.

O Relatório é um documento importante e obrigatório segundo a LDB nº 9.394/96 e pela Legislação Municipal, Resolução nº 26/2008. Esse documento

avaliativo acompanha os alunos quando da mudança de etapas dentro da própria instituição, ou seja, do 1º para o 2º período ou do 2º período da Educação Infantil para o 1º Ano do Ensino Fundamental ou quando encaminhados para outras escolas de Educação Infantil ou de Ensino Fundamental.

A avaliação na Educação Básica do município de Juiz de Fora segue as orientações da Resolução nº26/2008 em seu Capítulo I e Seção I que a trata em suas Disposições Preliminares da seguinte maneira:

Art.1º A avaliação, processo diagnóstico e formativo, é parte do Projeto Político Pedagógico e do Regimento Escolar, que deverá ser reavaliado anualmente.

Art.2º Os princípios legais que norteiam a avaliação da aprendizagem, definidos no Projeto Político Pedagógico e no Regimento Escolar incluem:

I - avaliação contínua e sistemática do desempenho de cada aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos;

II - possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;

III - possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante avaliação do aprendizado

IV - aproveitamento de estudos concluídos com êxito.

Art. 3º A avaliação tem por finalidade acompanhar, aperfeiçoar e redefinir, quando necessário, o processo ensino-aprendizagem na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, visando a qualidade social da educação.

Nos três primeiros artigos da Resolução citada acima a avaliação é tratada como componente da Educação Básica, que abrange desde a Educação Infantil ao Ensino Médio, devendo, portanto, existir em todas as modalidades de ensino. Essa obrigatoriedade busca consolidar a avaliação como componente essencial para a verificação de como se encontra a educação, a aprendizagem dos alunos, o sistema educacional brasileiro, além de funcionar como instrumento para a construção de uma educação com qualidade, devido a suas inúmeras possibilidades ao invés de seguir uma visão voltada para o quantitativo.

Ainda de acordo com a Resolução nº 26/2008 em sua Seção II que trata especificamente da Avaliação na Educação Infantil, a mesma é considerada e deve ser realizada da seguinte forma:

Art. 10 o processo de avaliação do desempenho escolar será previsto no Projeto Político Pedagógico e no Regimento Escolar com

indicação dos instrumentos de avaliação, de registro e dos critérios que serão adotados.

Art. 13 Para fins de organização do processo de avaliação, o Projeto Político Pedagógico e o Regimento Escolar deverão especificar os períodos avaliativos, nunca sendo inferiores a 03 (três).

Art.22 A avaliação na Educação Infantil, que tem por finalidade o acompanhamento da aprendizagem do desenvolvimento do aluno face aos objetivos propostos nos planos curriculares, levará em consideração as características da faixa etária, com registros descritivos, de acordo com os objetivos traçados pela escola para a faixa etária de zero a cinco anos.

Art. 23 A avaliação na Educação Infantil não terá objetivo de promoção, levando em conta o desenvolvimento dos alunos nos aspectos: cognitivo, físico, psicológico, emocional, afetivo, linguístico e social, a fim de planejar as ações a serem desenvolvidas.

Art. 24 Nenhum instrumento de avaliação na Educação Infantil seguirá escala numérica ou sistema educacional.

§1º A escola organizará os instrumentos de registro na Educação Infantil dentro dos princípios estabelecidos em seu Projeto Político Pedagógico e Regimento Escolar, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil.

§2º Os instrumentos de registro serão apresentados aos pais ou responsáveis, em cada período avaliativo, através de relatórios descritivos,

§3º Em hipótese alguma haverá retenção na Educação infantil.

Dentre os artigos citados acima, que discorrem de modo específico sobre a avaliação na Educação Infantil para o município de Juiz de Fora, há de se atentar para o artigo 22 que é o orientador para a realização do registro descritivo pelas escolas, pois é ele que exige e cobra que as instituições escolares sigam tal modelo e formato de avaliação de acordo com o que foi estabelecido em sua proposta pedagógica e Regimento Escolar para essa fase de ensino – que se configura como o Relatório Descritivo Individual. O artigo 24 também estabelece que é esse o documento que deve ser apresentado aos pais para que estes tenham conhecimento do desenvolvimento e aprendizagem de seus filhos, daí a enorme importância que este relatório representa para escola, pais, professores e crianças, já que é fundamental para todos.

Observa-se que na atualidade a Educação Infantil e a avaliação da Educação Infantil na rede municipal de Juiz de Fora tem sido tratada com relevância e responsabilidade por parte da Secretaria de Educação que disponibiliza um

currículo⁵ próprio para a Educação Infantil e uma legislação específica para tal etapa. A Resolução nº 26\2008 aponta direcionamentos para o desenvolvimento do trabalho nas escolas e para a avaliação na Educação Infantil.

A SE/JF possui um grupo de estudos que se reúne mensalmente para tratar de assuntos exclusivos da Educação Infantil. O acesso a esse grupo é gratuito, buscando a participação voluntária de todos os professores e de todas as escolas da rede municipal. O grupo ainda presta atendimento às escolas com visita de Técnicas de Educação da Secretaria de Educação que orientam como deve acontecer as avaliações para essa fase de ensino e assim direcionar políticas públicas para a efetivação de sua melhora e de promover melhores resultados para os alunos.

Mesmo com a cobrança e exigência do Relatório Descritivo Individual por parte da SE/JF junto as escolas da rede, a própria SE/JF permite que as instituições de ensino também façam outros tipos de avaliações. Diante dessas possibilidades e situações é que se faz jus à apresentação desses outros modelos avaliativos como forma de verificação e conhecimento daquilo que é permitido tanto pela LDB nº 9.394/96 como pela SE/JF. E isso será apresentado na sequência desse trabalho com a exposição do que venha a ser portfólios, fichas individuais, Relatórios Descritivos Individuais, já que estes são os modelos avaliativos mais presentes na fase da Educação Infantil.

1.2.3.1. Portfólios

O portfólio é uma forma de avaliação por meio de registros, gravuras, desenhos e fotos dos trabalhos desenvolvidos pelos alunos. De acordo com Ramires (2008) o termo portfólio origina-se da:

Composição de dois vocábulos latinos-o verbo portáre, cujo significado é 'portar, trazer, transportar' e o substantivo folium, cujo significado é folha'. A justaposição de ambos tem dois resultados possíveis: porta-fólio e portfolio; o primeiro utilizado no italiano – portafoglio -, no frances –porte-feuille e também no português

⁵ A proposta curricular da rede municipal foi elaborada com a consultoria do professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) Jader Jane Moreira Lopes no ano de 2011 e contou com a participação de grande número de profissionais como, professores, coordenadores pedagógicos e técnicos de educação da SE/JF.

portafolio- e o segundo em inglês. A forma inglesa tem prevalecido em virtude da marcada influência norte-americana nos campos do comércio, das finanças e da publicidade, onde o termo é mais comumente empregado. (RAMIRES, 2008, p.76)

Conforme Villas Boas (2007) o portfólio é um trabalho onde “o professor e o aluno avaliam as atividades executadas durante um longo período de trabalho levando em conta toda a trajetória percorrida. Não é uma avaliação classificatória e nem punitiva” (p. 294).

Outra definição do termo e significado de portfólio vem de acordo com a consideração de Parente (2004) onde esse instrumento avaliativo aparece como “uma coleção sistemática e organizada de evidências que pode ser usada por professores e crianças para apreciarem as aquisições e o desenvolvimento e identificarem e planejarem as etapas seguintes no processo educacional”. (p.56).

Segundo Ramires (2008) o portfólio é também identificado como um registro do processo de aprendizagem dos alunos em suas variadas dimensões.

Nas considerações dos autores citados acima sobre o significado do termo portfólio, o mesmo pode ser entendido como uma forma de se registrar o desenvolvimento da aprendizagem das crianças por meio de diferentes maneiras e ferramentas.

Para Lusardo (2007), vários elementos como planejamento, modalidades de aprendizagem, participação das crianças e dos pais devem ser considerados na construção do portfólio. Os alunos, pais e professores devem juntos trabalhar nesse processo de modo a não limitar a autonomia das crianças e de forma a permitir que a família tenha efetiva participação e não fique restrita somente ao recebimento dessas avaliações em reuniões de pais.

Para a SE/JF (2010) o portfólio tem sido muito utilizado como ferramenta de avaliação na Educação Infantil que permite registrar as produções das crianças, o que elas sabem, seus aprendizados e o seu desenvolvimento.

Dentro dessas possibilidades que o portfólio apresenta, a escola que o utilizar como instrumento de avaliação deverá fazê-lo em cima de critérios estabelecidos no PPP. Nesse documento subteve-se que em sua construção teve a participação de todos os atores envolvidos no ambiente escolar como direção da escola, professores, coordenadores pedagógicos, funcionários, alunos, familiares e

comunidade, o que dará um respaldo maior para a consolidação desse mecanismo como prática avaliativa.

1.2.3.2. Fichas de Avaliações

As fichas de avaliações são documentos individuais em que os professores registram se as crianças atingiram determinados níveis de conhecimento. Podem ser escalonadas, em numeração geralmente de zero a dez, ou por palavras como ótimo, bom, excelente, fraco, regular, sempre, quase sempre, algumas vezes, raramente, ainda não. Nessas fichas dentro de um determinado aspecto a ser avaliado o professor responderá se a criança alcançou ou não aquele objetivo. Por exemplo, dentro do aspecto social terá a seguinte pergunta: a criança sabe brincar e trabalhar em grupo. O professor responderá de acordo com os critérios de cada ficha se a criança alcançou ou não aquele objetivo.

Hoffman (2007) salienta que a ficha de avaliação na Educação Infantil apresenta uma série de equívocos em sua utilização. Primeiro, pelo fato da mesma ficha ser aplicada a várias etapas e para diferentes faixas etárias, o que implica em concepções e entendimentos diferenciados para cada fase. Essas fichas costumam ser subdivididas por áreas de conhecimento, abordando aspectos afetivos, sociais, motores e cognitivos de modo fragmentado, como se o conhecimento adquirido e vivenciado pela criança pudesse ser compreendido de maneira independente e distante um do outro. Ainda segundo a autora as fichas tendem também a considerarem as crianças como padronizadas a partir de um modelo ideal de obediência, respeito, carinho, o que resulta em comparações entre elas e quando não se segue a esse padrão estereotipado, as crianças são desrespeitadas nas suas características individuais e criticadas duramente pelos professores em suas fichas de avaliações.

1.2.3.3. Relatórios Descritivos Individuais (RDIs)

Os Relatórios Descritivos Individuais (RDIs) utilizados como avaliação na Educação Infantil são documentos escolares oficiais descritos pelos professores em relação às atividades, comportamentos, trabalhos e todas as demais situações vivenciadas e desenvolvidas pelos alunos em sala de aula e dentro da escola, como por exemplo, se a criança apresenta independência para ir ao banheiro, se merenda ou não sozinho, se participa das rodinhas das brincadeiras e contação de histórias. Esses relatórios descrevem também como ocorre a interação com os outros colegas, se a criança possui conhecimento das letras do nome, se escreve o nome sozinho ou com auxílio da ficha, se faz atividades de recorte e colagem de figuras com desenvoltura, diz respeito também a identificação de quais são as atividades que a criança mais gosta e participa, se a criança consegue se expressar com clareza e corporalmente, sendo compreendida naquilo que pensa e naquilo que deseja e expressa.

Para Hoffman (2007, p.43) “o relatório trata-se de um registro de extrema importância, mas que deve romper com os métodos classificatórios de avaliação presentes nas fichas avaliativas”. Deve-se, então, segundo a autora buscar a elaboração de um relatório que contemple o dinamismo peculiar das crianças e que o professor saiba acompanhar a história de vida da criança e que consiga ser o elo das ligações educativas dos educadores dentro dos diferentes níveis das instituições de Educação Infantil. Isso significa, na visão da autora, que a avaliação deve ter como fundamento uma concepção de educação que respeite o tempo da criança ser e se desenvolver e seja contrária aos mecanismos que rotulem em julgamentos de atitudes estigmatizando e julgando-as de forma precoce em seres capazes ou incapazes.

Na rede municipal de Juiz de Fora, o relatório é um documento que acompanha os alunos em suas séries seguintes dentro da própria instituição de Educação Infantil, ou seja, do primeiro período para o segundo período ou do segundo período para o 1º Ano do Ensino Fundamental e, caso o docente se interesse pela leitura e seja ciente da importância desse documento, isso lhe permitirá que consiga obter determinado conhecimento sobre as condições de desenvolvimento do aluno que está chegando para sua sala de aula e para o seu

ambiente de trabalho. O RDI apresenta uma configuração bastante ampla, sem critérios de avaliação previamente expostos nele, conforme se pode observar no exemplo a seguir.

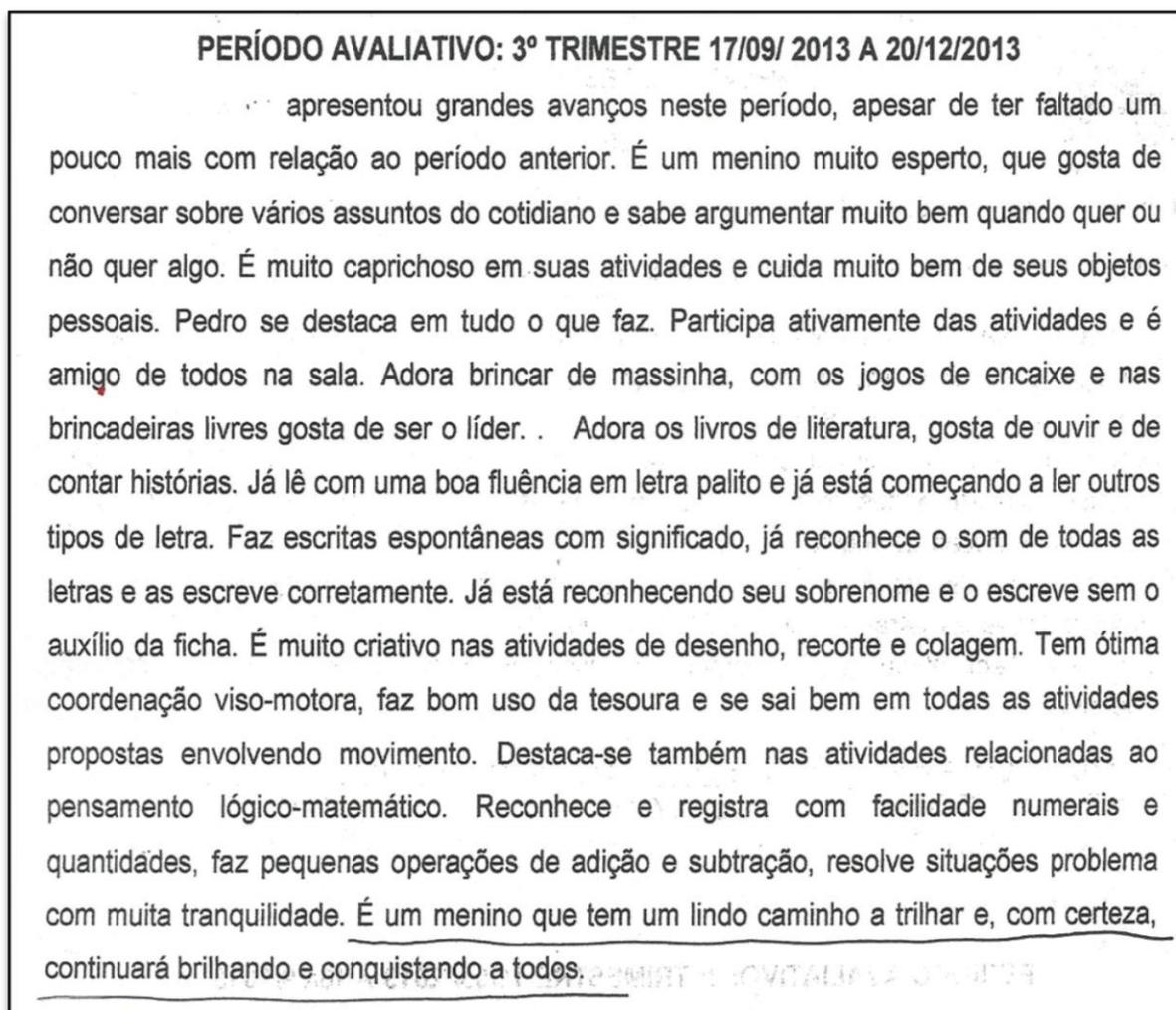


Ilustração 1: RDI nº 12

A cobrança para o preenchimento do Relatório Descritivo Individual de avaliação dentro das escolas se dá pela direção e coordenação pedagógica das unidades de ensino, de acordo com o período avaliativo de cada calendário escolar que tem data estipulada para a entrega desse documento. Conforme definição no calendário escolar, cada escola possui um momento específico para realizar as avaliações e, posteriormente, fazer a discussão, esclarecimentos, encontros e reunião com pais para tratar sobre o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos.

Existe ainda a fiscalização por parte das Técnicas de Educação⁶ da SE/JF que, em visita às escolas, constatam se, de fato, está havendo o seguimento dessas orientações por parte das instituições. Essas visitas não acontecem de modo regular e rotineiro, mas sim de forma esporádica, geralmente uma visita no primeiro semestre e outra no segundo semestre e em muitos casos as escolas passam o ano inteiro sem receber qualquer visita das técnicas de educação da Secretaria de Educação do município.

Quando da realização dessas vistorias muitos assuntos são abordados pelas Técnicas de Educação da SE/JF como: a frequência de alunos, a adaptação de novos professores à escola, a aplicação ou não da proposta curricular da Educação Infantil e se está havendo implementação de projetos orientadores para o desenvolvimento dos trabalhos, se ocorre o registro adequado dos diários de classe dos professores, o número de alunos pertencentes em cada sala de aula, não podendo nessa fase de ensino passar de vinte e cinco alunos por turma, em salas que possuem alunos com deficiências o número não deve ultrapassar de vinte. Outro ponto da vistoria e de análise se refere à verificação da matrícula na etapa correta de acordo com a faixa etária da criança. Nas visitas, não são tratados assuntos exclusivos e relacionados à avaliação na Educação Infantil e ao preenchimento dos Relatórios Descritivos Individuais – que, como já tratado, é o documento oficial de avaliação da Educação Infantil da rede municipal de ensino de Juiz de Fora.

Tendo em vista que o Relatório Descritivo Individual é o instrumento oficial de avaliação da Educação Infantil no município pesquisado, apresenta-se, a seguir, a investigação realizada sobre o uso desse instrumento com as gestoras de seis escolas.

1.3. Relatório Descritivo Individual na Educação Infantil da Rede Municipal de Juiz de Fora: sua (in) eficácia sob a perspectiva das gestoras

⁶ Funcionárias da Secretaria de Educação que trabalham no Departamento de Educação Infantil da rede municipal de Juiz de Fora.

Atuando como gestor de instituição de Educação Infantil da rede municipal de Juiz de Fora é possível verificar no cotidiano dos professores, quer seja de maneira indireta com conversas informais ou formais ou diretamente em reuniões pedagógicas escolares, o relato que eles apresentam das dificuldades para descreverem e transporem o desenvolvimento dos alunos para o preenchimento da escrita do Relatório Descritivo Individual (RDI). A própria SE/JF, que é o órgão responsável por orientar e direcionar o processo avaliativo nas escolas de Educação Infantil, reconhece que esse processo de construção do Relatório Descritivo Individual não é simplório e que devem haver algumas considerações para a sua efetivação como mecanismo oficial de avaliação nas escolas.

Em reunião⁷ de diretores realizada pela Secretaria de Educação de Juiz de Fora em 28 de agosto de 2013 foram repassadas algumas orientações sobre a Lei nº 12.796/13, lei que altera a LDB 9.394/96, que em sua Seção II, Art.31 dispõe sobre a avaliação da Educação Infantil, devendo essa ser organizada de acordo com as seguintes regras comuns e no que tange a avaliação.

I- avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças sem objetivo de promoção mesmo para acesso ao ensino fundamental.

[...]

V- expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança.

A Secretaria de Educação reafirma através do inciso I da Lei nº 12.796/13 que a avaliação não terá caráter de retenção para alunos da Educação Infantil e que deverá ser realizada de modo a acompanhar e registrar o desenvolvimento das crianças.

Sobre o parágrafo V que trata sobre a expedição de documentação a SE/JF apresenta a seguinte orientação:

Entendemos que “expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança”, na prática oficializa os RELATÓRIOS avaliativos individuais já construídos pelos professores atualmente. Os relatórios passarão a circular entre as escolas como documento oficial. Solicitamos atenção redobrada quanto a correção dos textos e um olhar crítico em relação a expressões dúbias ou pejorativas, que por ventura

⁷ Documento da reunião de diretores realizada nesse dia se encontra em anexo (ANEXO B).

apareçam. É importante que os textos sigam os princípios éticos e apresentem o desenvolvimento da criança. Contamos com a colaboração das coordenadoras pedagógicas para esta tarefa. É preciso deixar claro que as alterações na Lei não indicam que teremos uma lógica similar a do ensino fundamental. Não teremos notas, conceitos, boletins e grade curricular engessada na educação infantil.

Diante das orientações da Secretaria de Educação de Juiz de Fora para as avaliações na Educação Infantil verifica-se a confirmação do uso do Relatório Descritivo Individual como o documento oficial avaliativo como instrumento de registrar e confirmar o processo de desenvolvimento das crianças. Percebe-se também através da orientação da SE/JF a existência de situações e erros que podem comprometer o preenchimento dos Relatórios Descritivos Individuais realizados pelos professores, o que dá a entender que as escolas na pessoa dos gestores, coordenadoras pedagógicas e das professoras e professores devam ter um olhar apurado, crítico e dar uma importância muito grande para a resolução desse problema, de modo que esse documento não venha estereotipar os alunos, que não fujam dos parâmetros éticos, que se concentrem no desenvolvimento dos alunos e que não coloquem expressões imprecisas e duvidosas que pode rotular as crianças de quatro e cinco anos pertencentes a essa etapa da Educação Básica.

Quando a própria SE/JF faz essa orientação é porque admite e reconhece a existência de erros na construção da escrita do Relatório Descritivo Individual, e que essas falhas podem comprometer o entendimento que se tem sobre os alunos, sobre o processo de aprendizagem das crianças. Outra consideração que pode ser apontada baseada nas orientações é a necessidade de ter cautela com a forma e o que se escreve no Relatório Descritivo Individual, pois este que é o documento que é apresentado aos pais em reuniões de pais e conselhos de classe e podem colocar a escola e professores e a própria Secretaria de Educação em situações constrangedoras e comprometedoras diante dos responsáveis pelas crianças.

1.3.1. Percepções das Gestoras Escolares de Educação Infantil da Rede Municipal de Juiz de Fora Sobre Avaliação na Educação Infantil

As percepções que serão apresentadas nesta seção são oriundas das respostas dos questionários aplicados a seis gestoras, de seis escolas de Educação Infantil da rede municipal de Juiz de Fora. As escolas participantes da pesquisa, como destacado nos quadros da seção 1.2.1, são: Escola Municipal Nilo Camilo Ayupe e Escola Municipal Maria José Vilela, localizadas na Regional Centro; Escola Municipal Reynaldo de Andrade que se encontra na Regional Sudeste; Escola Municipal Centenário que fica na Regional Leste; Escola Maria Julia dos Santos que pertence a Regional Nordeste e Escola Municipal Afonso Maria de Paiva que está situada na Regional Norte.

A verificação de duas escolas de Educação Infantil na Regional Centro se deve a alta demanda existente nessa localidade, visto ser uma área comercial e residencial e com grande número de trabalhadores onde constata que muitos pais dos alunos dessas instituições são trabalhadores do comércio na região central ou em casas de família. Essas duas escolas funcionam em horário de tempo integral de 07h00min da manhã até as 17h00min horas, o que resulta em grande ocupação dessas vagas pelos filhos da classe trabalhadora, que os deixam nas escolas e seguem para o trabalho.

Para verificar a percepção das gestoras das escolas de Educação Infantil da rede municipal de Juiz de Fora sobre a avaliação, foi aplicado um questionário com 13 perguntas (Apêndice A) com o intuito de que as gestoras relatassem as principais dificuldades encontradas por elas e pelos professores para a construção e para um melhor uso do Relatório Descritivo Individual como instrumento avaliativo oficial adotado pela SE/JF.

Antes do envio do questionário para as seis gestoras, as mesmas foram contactadas em reunião de diretores e diretoras da SE/JF, e a elas foram repassadas as informações de que se tratava de uma pesquisa de um Programa de Pós Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública – CAED-UFJF, cujo tema se relacionava à avaliação na Educação Infantil e ao uso do Relatório Descritivo Individual como ferramenta avaliativa da rede municipal de Juiz de Fora. De imediato, todas se prontificaram a participar. Após essa etapa, o

questionário foi enviado para as gestoras através do correio eletrônico e as respostas foram enviadas em curto prazo, visto que esse sistema de serviço online já faz parte da rotina dos gestores, e a maioria das solicitações e serviços das escolas quando direcionadas à SE/JF acontece dessa forma.

As perguntas do questionário⁸ buscaram conhecer a forma e os instrumentos avaliativos utilizados pelas escolas de Educação Infantil, além de identificar a existência de cobrança e orientação pela SE/JF a respeito da construção do Relatório Descritivo Individual. Os questionários apresentaram também considerações sobre a periodicidade das avaliações, a participação da família no processo avaliativo, eficiência do Relatório Descritivo Individual e se esses acompanham os alunos da Educação Infantil para as séries seguintes ou para as escolas de Ensino Fundamental, as quais os alunos serão encaminhados. Buscou-se ainda com o instrumento questionário levantar as dificuldades encontradas pelos professores na descrição do desenvolvimento e dificuldades dos alunos no Relatório Descritivo Individual.

As percepções das gestoras das escolas selecionadas apontaram resultados importantes para o presente estudo, os quais serão aprofundados e analisados no Capítulo II. Esses resultados serão apresentados a seguir, com a abordagem de cada questionamento feito e das respostas encontradas.

Em relação à primeira pergunta, a qual abordou a realização do Relatório Descritivo Individual para avaliação dos alunos de todas as turmas, o resultado mostrou que todas as escolas utilizam o Relatório Descritivo Individual como instrumento oficial de avaliação da Educação Infantil.

A segunda questão refere-se à existência de cobrança por parte da Secretaria de Educação de Juiz de Fora a respeito da realização do Relatório Descritivo Individual, como prevê a Resolução 26/2008, e mostrou que quatro gestoras responderam que existem orientações por parte da SE/JF para preenchimento do relatório e duas responderam que não existem orientações.

Na pergunta nº 03 foi abordado como a gestora considera esse mecanismo (os Relatórios Descritivos Individuais) de avaliação na etapa da educação infantil. Duas gestoras consideraram ser o Relatório Descritivo muito eficiente e quatro

⁸ Essas perguntas foram elaboradas visando responder os problemas identificados pelo pesquisador na avaliação da Educação Infantil.

consideraram o Relatório Descritivo como eficiente. Não houve nenhuma consideração negativa, ou seja, como pouco eficiente ou indiferente.

A quarta pergunta buscou verificar quais instrumentos são utilizados para a avaliação da Educação Infantil da rede municipal de Juiz de Fora e conforme quadro 9, foram apontados como instrumentos avaliativos os portfólios, as fichas individuais, os cadernos de registro individual e os Relatórios Descritivos Individuais, que, como já exposto, é o documento obrigatório e oficial de avaliação da SE/JF e aparece como instrumento utilizado por todas as seis escolas de Educação Infantil da SE/JF. Assim, esses outros instrumentos avaliativos que são citados são realizados simultaneamente com os RDI, já que esses são obrigatórios pela SE/JF.

Tabela 1: Instrumentos avaliativos utilizados na Educação Infantil nas escolas pesquisadas

instrumentos avaliativos	Fichas Individuais	Caderno de Registro Individual	Portfólios	RDI
escolas que utilizam	2	2	4	6
total de escolas	6	6	6	6

Fonte: Elaboração do autor baseado na pesquisa “Avaliação na Educação Infantil: Análise e Uso do Relatório Descritivo na Rede Municipal de Juiz de Fora”.

No que se refere à quinta pergunta, questionou-se sobre a periodicidade das avaliações. Quatro gestoras responderam que realizam as avaliações bimestralmente, e duas disseram que as utilizam trimestralmente. Vale ressaltar que a definição de cada período avaliativo se faz presente no calendário escolar de cada instituição e é definido dentro do Projeto Político Pedagógico de cada estabelecimento de ensino, de modo que cada um tenha autonomia para estabelecer a periodicidade da avaliação.

Em relação à sexta pergunta, foi feita a indagação sobre a família ser convidada a participar desse processo avaliativo. Todas as seis gestoras disseram que a família participa do processo avaliativo e argumentaram que isso se dá em grande parte através das reuniões de pais e, algumas vezes, por meio de reuniões individuais em que os pais são chamados para que a escola obtenha ou transmita alguma informação da criança para a família.

A sétima questão estava relacionada à forma como a escola utiliza os resultados das avaliações. De acordo com as respostas fornecidas pelas gestoras, a escola utiliza a avaliação para planejar, para apresentar aos pais para troca de

informações com a família, reformular o PPP, acompanhar o desenvolvimento da criança e para o professor rever sua prática pedagógica de maneira que saiba atender as necessidades dos alunos. Uma gestora não soube responder a essa pergunta.

A oitava pergunta buscou identificar a dificuldade relatada por parte dos professores para a realização do registro no Relatório Descritivo Individual. Quatro gestoras responderam que os professores apresentam dificuldades e duas disseram que não existem dificuldades, pois os professores são bem preparados para essa função e que nas reuniões pedagógicas existe o momento de formação. As dificuldades relatadas pelos professores foram relacionadas ao intervalo de tempo muito curto entre uma e outra avaliação, apontam sugestões para que seja realizada semestralmente ou de três em três meses, gostariam que as avaliações fossem objetivas de marcar X, que ainda se encontram em processo de construção dos relatórios e necessitam de estudos e orientações por parte da coordenação pedagógica e por parte da direção da escola. Responderam também que aproveitam o relato de professoras mais experientes no sentido de ajudar e crescer com o coletivo da escola.

Em relação à nona pergunta que diz respeito ao encaminhamento dos relatórios sobre os alunos para as suas respectivas turmas em anos posteriores, as seis gestoras afirmaram que o relatório é um documento que acompanha os alunos. Vale ressaltar que esse acompanhamento está relacionado à dinâmica da própria escola, ou seja, o relatório segue com o aluno do 1º para o 2º período.

Entretanto, na décima pergunta para verificação de que se os relatórios acompanham os alunos da Educação Infantil para uma nova escola de Educação Infantil em caso de transferência, cinco gestoras apontam que, em caso de transferências, os relatórios acompanham os alunos para uma nova escola, enquanto uma gestora afirmou que não há esse acompanhamento. Nessa direção, é importante considerar que, no nível prático, esse acompanhamento do Relatório Descritivo Individual se dá em grande parte quando os alunos terminam a fase de Educação Infantil e são transferidos para escolas do Ensino Fundamental ou quando são transferidos para outras escolas de Educação Infantil (como foi perguntado na questão de número 12 do questionário, que será explorada mais à frente).

Na verificação de que se os professores têm acesso aos Relatórios Descritivos para conhecimento desses novos alunos quando da chegada deles à escola, questão 11, duas gestoras responderam que sempre solicita da escola de origem do aluno, mas não recebe retorno quanto aos relatórios. Essas mesmas duas gestoras disseram que as escolas retornam dizendo não fazer um registro formal. Duas gestoras disseram que os professores tem acesso somente quando a escola de origem envia esse relatório. Uma respondeu que os professores não têm acesso aos relatórios e outra respondeu que sempre são solicitados.

A décima segunda pergunta mostra que cinco gestoras responderam que o Relatório Descritivo Individual acompanha os alunos quando estes vão para outras escolas e uma gestora respondeu que não, numa equivalência aos resultados do questionamento da décima pergunta.

A última questão veio investigar como é feita a utilização do Relatório Descritivo Individual na transição do aluno do segundo período para o Ensino Fundamental. As gestoras apresentaram uma variedade de respostas, apontando que: i) a transição acontece normalmente como em todas as etapas, com descrições da vida escolar do aluno; ii) na escola não há o Ensino Fundamental e, por isso, a gestora não possui condições de responder a essa questão; iii) passam o documento para a família juntamente com a declaração de escolaridade; iv) a cópia do Relatório Descritivo Individual é anexada à declaração de escolaridade; e v) o Relatório Descritivo Individual acompanha a declaração de transferência do aluno.

Os resultados da pesquisa de campo com as seis gestoras de escolas de Educação Infantil mostrou que os problemas na avaliação dessa etapa da educação estão relacionados à elaboração do RDI pelos professores e ao seu uso interno e externo à escola (a periodicidade com que as avaliações são realizadas, a falta de exigência do relatório como documento obrigatório para efetivação de matrícula, o que ocasiona falta de conhecimento dos novos alunos que chegam à escola, pois não trazem consigo o Relatório Descritivo de avaliação e problemas existentes na transição dos alunos da Educação Infantil para o Ensino Fundamental).

Como se pode observar, tais problemas relacionados ao uso do RDI são de organização da gestão escolar. Entretanto, o apontamento da dificuldade dos professores no que se refere à elaboração torna-se merecedor de um aprofundamento, uma vez que não adianta pensar no “uso” do RDI sem que ele

esteja preenchido de forma coerente com o que se apresenta nas Diretrizes Curriculares Nacionais Da Educação Infantil e na proposta curricular da rede municipal. Em função dessa constatação, buscou-se uma amostra de três Relatórios Descritivos Individuais de cada escola participante da pesquisa, que totaliza um total de 18 RDI de avaliação e que foram escolhidos pelas próprias gestoras das escolas. Os Relatórios Descritivos foram coletados diretamente pelo pesquisador nas visitas às escolas de Educação Infantil, após contato com as gestoras. Após os esclarecimentos para quais fins se destinavam os RDI, as gestoras se prontificaram a selecionar e fornecer a cópia dos documentos. Na entrega dos Relatórios foi explicado que não havia a necessidade de conter a identificação da escola, nem o nome das crianças e que o sigilo sobre a identificação dos documentos seria mantido. Além disso, solicitou-se que fosse uma amostra aleatória, sem seleção entre RDIs considerados, por elas, como bons ou ruins. Mesmo orientando que os Relatórios fossem escolhidos aleatoriamente, não foi possível ter controle sobre tal aspecto.

1.3.2. O Uso do Relatório Descritivo Individual: exemplos de alguns RDIs das escolas de Educação Infantil da SE/JF

Os Relatórios Descritivos Individuais exemplificados são referentes ao quantitativo de dezoito Relatórios Descritivos Individuais de avaliação, sendo três de cada escola. Dos Relatórios avaliados oito são do 1º Período e dez do 2º Período da Educação Infantil. O ano de realização desses relatórios compreende-se ao ano de 2012 (seis Relatórios Descritivos Individuais) e de 2013 (doze Relatórios Descritivos Individuais).

Os RDIs foram analisados de forma qualitativa-interpretativista e, a seguir, apresenta-se a descrição dos dados encontrados, com o agrupamento dos aspectos avaliados e a comparação entre a forma de preenchimento do Relatório Descritivo Individual pelos professores das seis escolas. Os nomes apresentados nos relatórios por questões éticas são nomes fictícios e também não há separação de análise entre 1º e 2º períodos, pois os critérios e orientações para essas duas fases da Educação Infantil são as mesmas, não ocorrendo distinção entre elas.

Foram encontrados vários elementos avaliados pelos Relatórios Descritivos Individuais, que vão desde as interações pessoais entre os alunos e das crianças com os adultos, a aspectos cognitivos de aprendizagem da escrita e da leitura, da linguagem oral, expressão corporal, participação em atividades físicas, uso da tesoura como coordenação motora, chegando até as condições de higiene, saúde e alimentação.

Tabela 2: Elementos avaliados através do RDI

Aspectos Avaliados no RDI	Total de ocorrências	%
Aprendizagem da escrita, letras e nome	34	17,0
Comportamento com colegas, professor e adaptação à escola	24	12,0
Coordenação Motora/Esquema Corporal/Conhecimento do Corpo/ Uso da Tesoura	23	11,0
Artes/Desenhos/Pintura/Colorir/Usado Massa de Modelar	22	11,0
Participação em Jogos e Brincadeiras livres	21	10,0
Matemática/Conhecimento de Números/Quantidade/Figuras Geométricas/Tamanho	18	9,0
Linguagem Oral	18	9,0
Concentração/Atenção nas Atividades	09	4,0
Frequência ou Infrequência às Aulas	09	4,0
Alimentação	08	4,0
Conhecimento de Cores	07	3,0
Atividades Físicas/Movimento/Dança	07	3,0
Hábitos de Saúde	06	3,0
TOTAL	206	100%

Fonte: Elaboração do autor baseado na pesquisa “Avaliação na Educação Infantil: Análise e Uso do Relatório Descritivo na Rede Municipal de Juiz de Fora”.

Dentro dos aspectos elencados no registro de avaliação do Relatório Descritivo Individual de avaliação (RDIs)⁹ observa-se que o maior percentual está relacionado à aprendizagem da escrita, da letra e do nome, e que esses itens aparecem com 17% de presença na avaliação. Esses aspectos constam nos RDIs da seguinte maneira:

- *reconhece o nome de alguns colegas, reconhece as letras e escreve seu nome sem auxílio de fichas (RDI-16)*
- *ela gosta de realizar desenhos e copiar palavras e brincar com as fichas dos nomes, bingo de letras e alfabeto. Escreve corretamente seu nome, reconhece o nome dos colegas de turma (RDI-18)*
- *no início do ano letivo não escrevia seu nome nem com apoio da ficha. Atualmente já consegue escrever (RDI-01)*
- *está em desenvolvimento na escrita das letras, reconhece o nome e está iniciando o processo de escrita (RDI-08)*

O segundo aspecto com maior ocorrência nos RDIs são referentes a questões comportamentais, envolvendo a relação pessoal entre alunos e dos alunos com professores e a adaptação à escola, o que representa 12% dos dados elencados. Seguem alguns exemplos:

- *neste trimestre o Antônio está bem mais tranquilo, convivendo melhor com os colegas e professores, não fica mais **emburrado**, ao contrário, escuta e atende prontamente o que foi pedido (RDI-05)*
- *Marcelo é um aluno muito discreto e muitas vezes **arredio**, ainda não compreende a dinâmica da sala de aula e a rotina diária. É uma criança muito **inquieta**, tem dificuldade de sentar e realizar qualquer proposta de trabalho. Na roda de conversa não para e se distrai com pequenos detalhes. Na hora da história se mostra disperso e **desinteressado** na maioria das vezes (RDI-01).*
- *Micaela é uma aluna muito falante, gosta de contar casos e falar de sua família. É muito curiosa e está sempre perguntando as coisas para a professora (RDI-10).*

O terceiro elemento mais presente nos RDIs com 11% de participação se refere à Coordenação Motora/Esquema Corporal/Usos da Tesoura/Conhecimento do Corpo conforme descrição a seguir:

⁹ Os Relatórios Descritivos Individuais apresentam os mesmos elementos a serem avaliados tanto para o 1º Período como para o 2º Período.

- o esquema corporal está em desenvolvimento, usa corretamente a tesoura e recorta sobre linhas (RDI-03).

- gosta de desenhar e produz traços figurativos bem elaborados demonstrando coordenação motora fina adequada para a idade (RDI-08).

Os conteúdos e aspectos de Artes/Desenhos/Pintura/Colorir/Usos da Massinha de Modelar também foram itens presentes na avaliação com 11% de participação, conforme demonstrado abaixo:

- a aluna Graciele é uma aluna tranquila, educada e esperta, conhece todas as letras do alfabeto. Seus desenhos são ainda bem **primitivos** (tipo **batatinha** para representar o corpo humano). Às vezes demonstra vontade de ficar em casa em vez de vir para a escola (RDI-08).

- Miguel é muito criativo nas atividades de desenho, recorte e colagem. Sai-se bem em todas as atividades. **“É um menino que tem um lindo caminho a trilhar e, com certeza, continuará brilhando e conquistando a todos”** (RDI-12).

A participação em jogos e brincadeiras livres também se faz presente com 10% de presença na avaliação, segundo os registros abaixo:

- não gosta de obedecer a regras, gosta de brincadeiras livres e de ler histórias (RDI nº17).

- adora brincar e é líder nas brincadeiras, principalmente as de mais movimentos (RDI nº12).

Os conhecimentos de Matemática e Linguagem Oral aparecem ambos com 9% de presença na avaliação e da seguinte forma:

- reconhece graficamente os numerais até o 19 e faz contagem oral até o 29 (RDI nº 08).

- expressa e verbaliza as suas necessidades até fazer-se entender (RDI nº 04).

Os elementos relacionados a Concentração/Atenção nas Atividades e a Frequência/Infrequência estão presentes com 9% de apresentação e se encontram registrados nos Relatórios da seguinte maneira:

- é uma criança, inteligente, alegre, criativa, solidária, compreensiva e concentrada nas atividades dentro e fora da sala (RDI nº 08).

- esteve mais frequente nesse período e desenvolveu-se muito (RDI nº12- 2º trimestre).

- neste período esteve bastante infrequente (RDI nº 12 -1º trimestre).

A verificação da alimentação dos alunos também aparece como item avaliado e tem 8% de aparição nos Relatórios e se encontram:

- continua se alimentando bem e se desenvolve satisfatoriamente (RDI nº 18).

Os conhecimentos de Cores, as Atividades Físicas e os Hábitos de Saúde estão apresentados nos Relatórios com um índice de 3% de apresentação e seguem dentro dos registros da seguinte forma:

- reconhece as cores já estudadas (RDI nº 15).

- gosta de atividades como correr, jogar bola e brincar de pique (RDI nº 07).

- tem bons hábitos de higiene (RDI nº 03).

Analisando a descrição dos trechos de Relatórios Descritivos Individuais de avaliação apresentada acima é possível constatar de que a linguagem empregada na escrita sinaliza uma dificuldade dos professores, conforme demonstrado no RDI – nº 08 quando o professor em sua avaliação indica que a criança apresenta um desenho bem primitivo, do tipo “batatinha” para representar o corpo humano; e também pelo RDI – nº 05 que coloca a criança como emburrada e que já convive melhor com as crianças e com os professores. O uso de palavras destacadas anteriormente como arredo, emburrada, inquieta, desinteressado e primitiva, os quais rotulam crianças que se encontram em fase de formação e de conhecimento de mundo também confirmam a construção da escrita do RDI como o grande problema da avaliação na Educação Infantil.

Esses relatos vão contra as proposições da SE/JF que orientam para que as avaliações não rotulem as crianças e que sigam a princípios éticos. Do modo como os Relatórios têm sido construídos, fica evidenciado que está ocorrendo justamente o contrário, o que deixa traços negativos para as crianças como sendo emburrada e com dificuldades na relação social. O trecho anteriormente citado do RDI – nº05 em

que o professor descreve que o desenho da criança é bem primitivo demonstra que o que está sendo avaliado não é o processo de desenvolvimento da criança no conhecimento da arte e do desenho, pois o professor deve compreender que aquele trabalho que foi construído pela criança deve ser valorizado e respeitado, pois é resultado da interação da criança com a cultura, com o ambiente e com as relações com as quais convive e se relaciona.

Outra importante consideração que se obtém após análise dos Relatórios Descritivos apresentados se refere à verificação de que dentro da mesma escola esses documentos apresentam formatos totalmente diferentes uns dos outros, conforme os Relatórios Descritivos Individuais de números RDI nº16, RDI nº 17 e RDI nº 18 que são pertencentes a mesma escola, onde verifica a falta de critérios na forma de preenchimentos, o que dá no caso do RDI-17 um Relatório muito superficial e vago sobre a aprendizagem e desenvolvimento da criança avaliada. A seguir, o RDI nº 17:

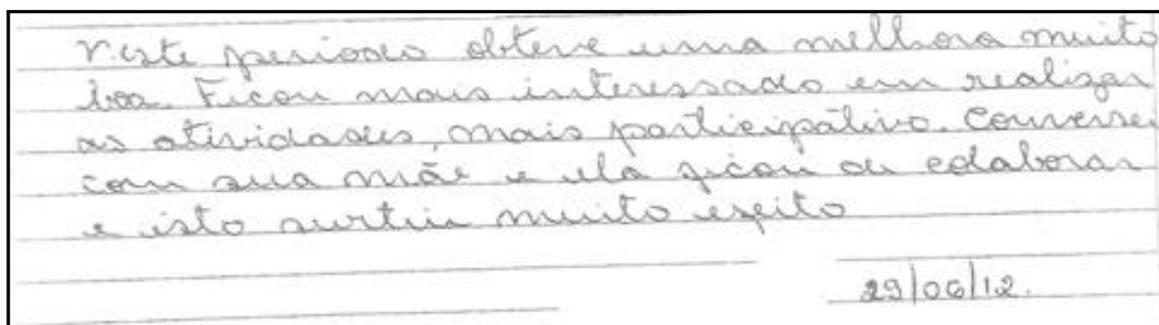


Ilustração 2: RDI – nº 17

O Relatório Descritivo Individual nº 17 diz que a criança obteve uma “melhora muito boa”, mas essa melhora ocorreu em qual conhecimento? E em qual situação? Da forma que está colocado não permite a ninguém saber em qual ponto a criança avançou. A mesma análise se aplica ao restante da avaliação quando o professor relata que a criança está mais participativa e que após conversa com a mãe da criança ela melhorou. O Relatório deixa muitas dúvidas nas várias situações colocadas, e há de considerar que a avaliação nessa escola é bimestral e o que foi exposto não se refere a um trecho do Relatório bimestral, mas sobre a avaliação de todo um trabalho que se desenvolveu durante dois meses, ou seja, trata-se de um relatório sintético e pouco informativo.

O RDI nº 18 que também faz parte da mesma escola do RDI nº 17 apresenta um relato totalmente diferente. Em uma rápida leitura no documento fica evidente que se trata de um melhor registro e escrita, pois o mesmo consegue apontar os pontos em que a criança avançou e quais são as atividades preferidas da criança. A seguir trecho do RDI nº 18:

- durante esse período percebi em Vitória crescente interesse e desenvolvimento da escrita. Ela gosta de realizar desenhos, copiar palavras e brincar com as fichas dos nomes.

Ao analisarmos e compararmos os RDI – nº 08 e RDI – nº 09 que são pertencentes a mesma escola, verifica-se também a existência de formatos bem diferenciados entre eles, tanto nos aspectos de conteúdo, de escrita, quanto nos de formato de modelo, onde um é digitado e o outro é manuscrito. No RDI nº 08 se faz mais presente os aspectos comportamentais de como a criança está na escola, embora apresente também situações da aprendizagem, ao passo que o RDI nº 09 constata-se que a avaliação está mais relacionada à aprendizagem e menos aos aspectos comportamentais.

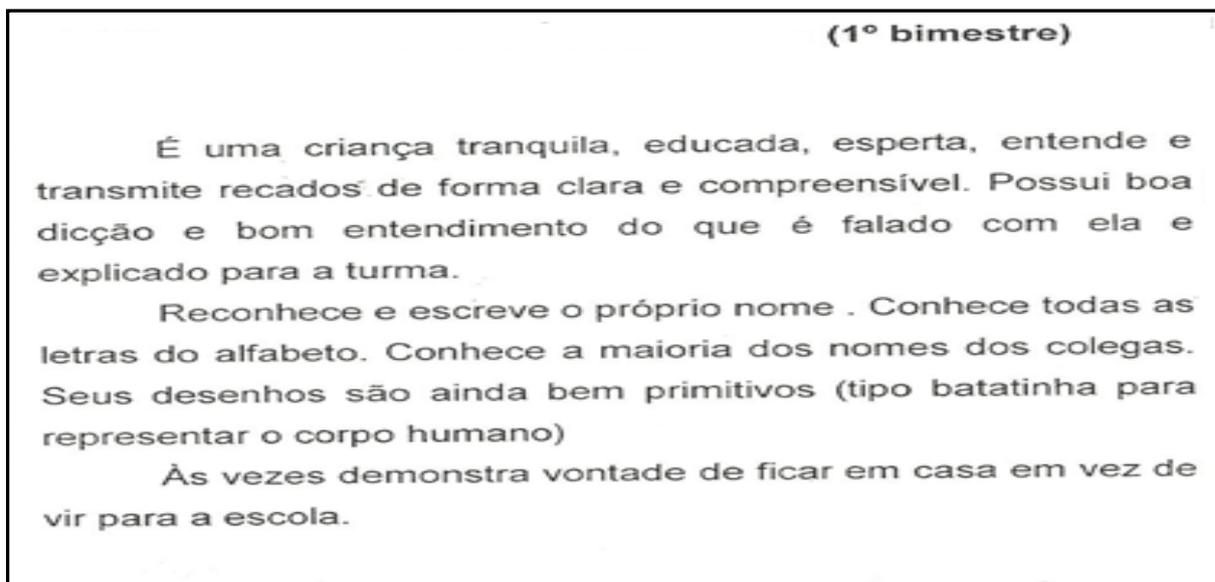


Ilustração 3: RDI nº 08

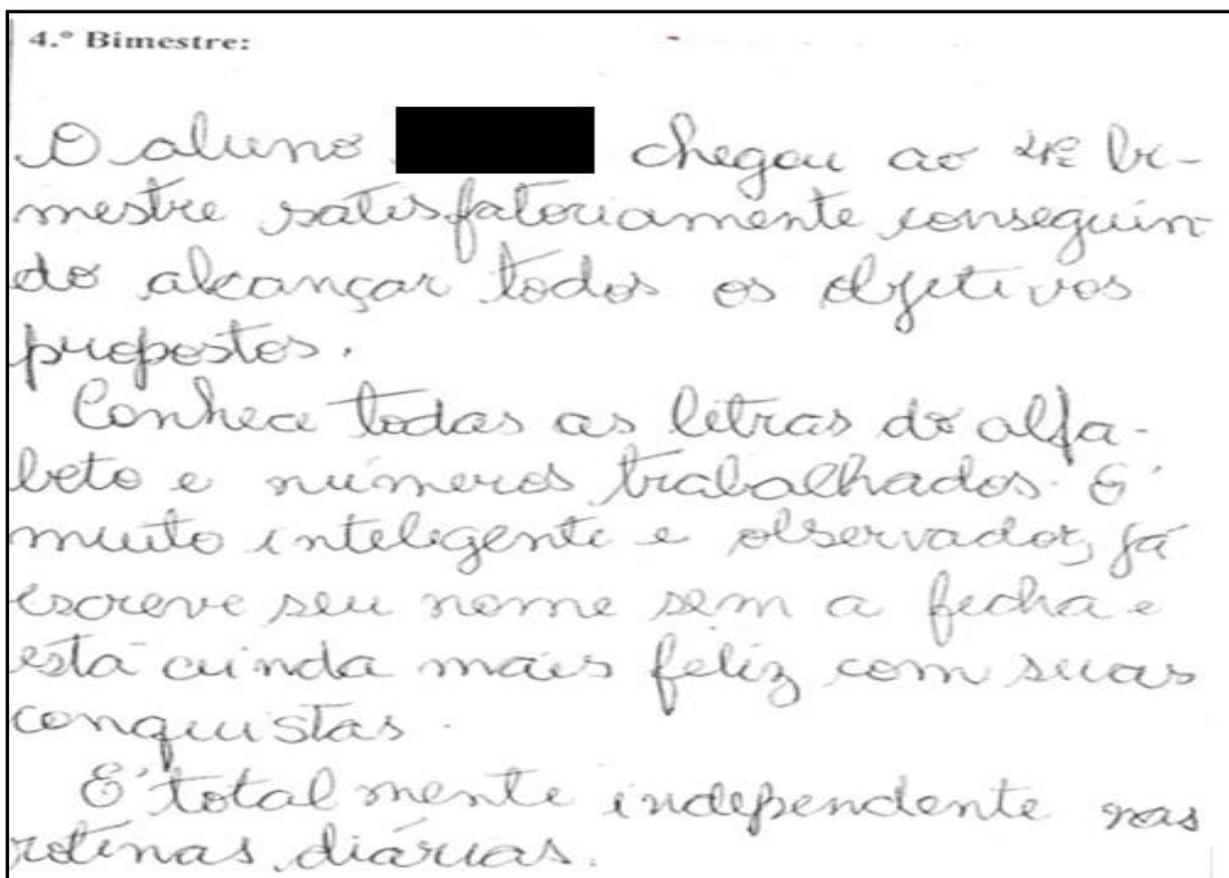


Ilustração 4: RDI nº 09

Assim têm-se evidências de que não existe orientação e cobranças para a construção dos RDIs de avaliação das crianças, nem mesmo dentro da mesma escola. Ao compararmos os formatos, modelos e escritas entre as diferentes escolas se verifica um contraste ainda maior, pois há escolas em que os Relatórios parecem estar bem construídos, conforme RDI nº 10, RDI nº 11 e RDI nº 12 e, mesmo assim, verifica-se enormes diferenças entre eles, o que, novamente, traz evidências da falta de cobrança e de orientações para a construção do Relatório Descritivo Individual de avaliação.

1.3.3. Contrastes e Convergências da Avaliação e do Uso do Relatório Descritivo Individual

Diante do que foi exposto por meio dos exemplos dos RDIs, e considerando os vários aspectos abordados na avaliação da Educação infantil da rede municipal

de Juiz de Fora, observa-se que são muitos os conteúdos e situações a serem avaliados nessa etapa da educação. Sobre esse ponto de vista, a avaliação exigida como oficial na rede municipal de Juiz de Fora está em conformidade com o que é estabelecido nas DCNEIs e em sua proposta curricular.

Pela definição da proposta curricular da SE/JF que aponta currículo como tudo que acontece dentro de uma instituição de Educação Infantil, todas as situações que vivenciadas pela criança proporcionam aprendizagem e desenvolvimento. A ideia inicial para o desenvolvimento do trabalho deve partir daquilo que a criança vivencia, de uma situação problema ou daquilo que o professor observa, ou seja, a proposta curricular da rede municipal de Juiz de Fora é de um currículo dialogado com a criança e para a criança. (SE/JF, 2010).

Fica constatado que a avaliação nas escolas municipais também segue as DCNEIs (2009) no que tange ao currículo, pois as diretrizes curriculares o estabelecem como o conjunto de práticas que relacionam as experiências e os saberes com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico de modo a permitir o desenvolvimento integral das crianças.

Verificou-se, através da leitura e análise das Diretrizes Curriculares Municipais (201), que na Educação Infantil da rede municipal o currículo não é considerado como uma listagem de conteúdos ou de conhecimentos a serem seguidos e trabalhados visando à aprendizagem das crianças. Todas as situações, experiências, interações com colegas, professores e funcionários se constituem em momentos de desenvolvimento e, por isso, faz parte de um currículo que não é fechado, mas dialogado a partir das realidades das crianças.

Dessa maneira, confirma-se que todos os itens apresentados na Tabela 01 podem realmente ser avaliados, pois não existe uma pré-definição de elementos e conteúdos específicos a serem avaliados na Educação Infantil. Assim se averigua que o problema no caso da rede municipal de Juiz de Fora não é o que se avalia, mas a forma como se avalia, pois tudo que a criança realiza no ambiente escolar faz parte da sua construção de cultura e, por isso, pode e deve ser avaliado.

Na análise dos RDIs verificou-se a diferença entre os períodos de avaliação, tendo escolas que realizam de forma bimestral e outras optam por trimestral, o que em caso de transferências pode comprometer o conhecimento da aprendizagem da

criança quando essa se transfere de escola. Identificou-se também a falta de orientação para a construção da escrita, já que foram utilizadas palavras como emburrada, primitivo e arredo, que vão contra os princípios éticos da avaliação orientados pela SE/JF, que pode estar atrelada à falta de cobrança no acompanhamento de como os RDIs tem sido construídos pelos professores. Os RDIs e a pesquisa com as gestoras também não apresentaram a forma como ocorre a transição dos alunos da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, ou seja, não existe esse acompanhamento quando as crianças mudam de etapa da educação básica e essa transição entre Educação Infantil e 1º Ano do Ensino Fundamental se constitui em uma das orientações das DCNEIs (2009).

Um dos graves problemas, portanto, ocorre em um processo inicial do uso do RDI, que é a forma como se constrói a escrita do Relatório Descritivo Individual. Conforme apresentado na seção 1.3.2., alguns registros de avaliação indicam merecer um cuidado e uma orientação específica para a sua construção, de modo a evitar o enfoque em aspectos menos relevantes para o desenvolvimento da criança.

Neste capítulo foi mostrado como a avaliação aparece dentro dos preceitos legais e das Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil. Na leitura desses documentos, foram encontradas similaridades entre eles e os mesmos apontam que para a avaliação deve-se levar em conta a concepção de criança, infância e proposta curricular e não há uma determinação específica para um único modelo avaliativo a ser adotado em suas propostas avaliativas.

Todos os documentos seguem ao estabelecido pela Lei nº 9.394/96 a qual apresenta que a avaliação pode ser realizada por meio de diversos formatos, como portfólios, relatórios descritivos, fichas, fotos e o foco da avaliação deve ser o desenvolvimento cognitivo da criança. O que se diferencia entre os documentos é que a rede municipal de Juiz de Fora exige que a avaliação deva ser realizada pelo Relatório Descritivo Individual, podendo simultaneamente ser feita com outro modelo.

Dessa maneira, na sequência do trabalho, será apresentada uma análise do resultado da pesquisa de campo realizada através da entrevista com as gestoras, de modo a relacionar os dados com reflexões teóricas sobre a temática abordada e, assim, propor um Plano de Ação Educacional que apresente subsídios e contribuições para a Secretaria de Educação de Juiz de Fora rever e modificar a

forma como a avaliação através do uso do Relatório Descritivo Individual na Educação Infantil vem sendo construída e utilizada.

2. ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS GESTORES SOBRE O USO DO RELATÓRIO DESCRITIVO INDIVIDUAL COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL NA REDE MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

O primeiro capítulo desse trabalho retratou a importância da Educação Infantil no cenário educacional deixando claro que essa fase da educação se constitui na primeira etapa da Educação Básica. A avaliação faz parte obrigatória para essa etapa de ensino e se configura como importante ferramenta para fornecer elementos para os gestores e professores refazerem a sua prática pedagógica e melhorar a Educação Infantil. O foco principal do capítulo 1 foi a apresentação do diagnóstico da percepção dos gestores das escolas de Educação Infantil sobre a avaliação e sobre o uso do Relatório Descritivo individual, realizado através de questionário. Neste Capítulo, os resultados desses questionários serão analisados sob uma ótica teórica, a qual dá sustentação para a realização da avaliação na Educação Infantil. Além disso, apresenta-se uma entrevista estruturada com as pesquisadoras Hilda Micarello (UFJF) e Maria Malta Campos (USP) feita exclusivamente para esta pesquisa¹⁰.

2.1. Abordagens Sobre a Avaliação na Educação Infantil

Segundo a LDB nº 9.394/96, a Educação Infantil se confirma como um direito de todas as crianças, desde os primeiros anos de vida até os cinco anos de idade. Essa educação deve ser de modo integral, no que diz respeito às várias possibilidades de conhecimentos possíveis para as crianças, e a ação da escola deve visar a complementação das aprendizagens vivenciadas no ambiente da família e da comunidade. A Lei ainda define regras específicas para esse atendimento, como carga horária, frequência de alunos e direcionamento das avaliações, onde essas não devem ter o objetivo de reter o aluno e nem de servir como promoção para o Ensino Fundamental.

¹⁰ Ambas são pesquisadoras de referência sobre a temática “criança” e “Educação Infantil”.

De acordo com o GT nº 1.147/2011 do Ministério da Educação (MEC, 2012), a Educação Infantil vem ganhando espaço e se concretizando tanto na legislação educacional como nas políticas públicas brasileiras como direito das crianças e dever do Estado em resguardar a efetivação desse direito.

Assim nas considerações do GT nº 1.147/2011 com o direito a essa etapa de educação garantida por lei, para a população já não bastava mais a disponibilidade de atendimento e do oferecimento de vagas. Esses cidadãos agora mais conscientes, com liberdade de expressão, críticos e conhecedores de seus direitos exigiam que seus filhos tivessem acesso à aprendizagem de um conhecimento escolar de boa qualidade disponibilizado por essas instituições, como a iniciação ao processo de alfabetização e não somente uma educação focada no trabalho de cuidar e tomar conta das crianças. Assim, a Educação Infantil deixa de ser considerada uma ação assistencialista, o que faz com que muitos pais de famílias de classes médias comecem a cobrar uma proposta mais pedagógica dessas instituições e, de acordo com Hoffman (2007), a avaliação na Educação Infantil é implantada com a seguinte concepção:

A questão da avaliação insere-se na discussão histórica acerca de uma concepção assistencialista ou educativa para o atendimento às crianças, e a exigência de um processo formal de avaliação parece surgir, mais propriamente, como elemento de pressão das famílias de classe média por propostas verdadeiramente pedagógicas, para além do modelo de guarda e proteção do modelo assistencialista. A prática avaliativa, dessa forma, surge como um elemento de controle sobre a escola e sobre as professoras que se veem com a tarefa de formalizar e comprovar o trabalho via avaliação das crianças. (HOFFMAN, 2007, p.9)

Corroborando essa ideia, Micarello (2010) aponta que uma das funções da avaliação na Educação Infantil deve ser a de permitir identificar elementos que desencadearão ações futuras e que a mesma, para cumprir bem o seu papel deve seguir critérios bem organizados e planejados. Para a autora, a avaliação não deve ser realizada simplesmente pela necessidade de exigência burocrática, mas sim acontecer e funcionar como mecanismo de orientação que permita que os professores tenham melhor conhecimento sobre os seus alunos e a partir daí possam intervir de modo que o estudante seja o maior beneficiado com o resultado da avaliação.

Para Oliveira (2010), a avaliação na Educação Infantil deve servir como instrumento de reflexão sobre o trabalho pedagógico para que o professor encontre caminhos que possam orientar as crianças em seus avanços, dificuldades e desenvolvimento.

O reconhecimento da qualidade e do funcionamento da escola de Educação Infantil é importante, pois possibilita a verificação da realidade das escolas, já que em muitos casos essas instituições funcionam em precárias condições existindo uma péssima qualidade no serviço oferecido as crianças e as famílias que precisam desse atendimento (CAMPOS, 2006).

No Brasil, de modo geral, as condições das escolas de Educação Infantil não são propícias em termos de qualidade de ensino e de estruturas para as famílias e alunos que dela necessitam (CAMPOS, 2006). Por isso a verificação de como são realizados os trabalhos e as avaliações na Educação Infantil, qual a apropriação que a escola faz desse instrumento junto com as famílias, alunos, professores e quais são as suas linhas orientadoras pode contribuir para uma melhor aprendizagem e valorização dessa fase de ensino.

Enquanto gestor de escola de Educação Infantil é possível observar que a avaliação é uma das maneiras e não o único modo de verificar a qualidade da educação e a aprendizagem das crianças e deve sim acontecer nessa fase, para que se identifiquem as necessidades dos alunos, para que o professor saiba refazer seu planejamento, suas atitudes, postura, ter uma nova concepção sobre criança, brincadeira, infância e, acima de tudo, que a avaliação seja utilizada como forma de acompanhamento do avançar e do retroceder dos alunos, onde esses pequeninos seres que pensam, agem e não são adultos em miniaturas sejam os principais elementos a serem considerados no processo avaliativo. Do contrário, a não existência da avaliação nessa etapa seria uma retomada da ideia das instituições funcionarem somente como local de guarda de crianças, o que levaria mais uma vez a escola a desviar da sua função principal que é a transmissão de conhecimentos sistematizados e ser considerada como local que exerce e pratica uma política de assistência social e não educacional.

Assim estabelecida a avaliação como ferramenta valiosa e fundamental para o desenvolvimento de qualquer nível da Educação Básica, inclusive para a Educação Infantil, o próximo passo é analisar os resultados da pesquisa.

2.2. Análises do Resultado da Pesquisa com as Gestoras das Escolas de Educação Infantil da SE/JF

Retomando os principais achados da pesquisa apresentados no Capítulo I, destaca-se que todas as seis escolas investigadas seguem a determinação da LDB nº 9.394/96 que estabelece o Relatório Descritivo Individual como um dos instrumentos para essa fase de ensino e não o único, podendo as escolas utilizar outros modelos. Também se verifica que as escolas municipais seguem o que determina a Resolução Municipal nº 26/2008, a qual estabelece a obrigatoriedade do Relatório Descritivo Individual como instrumento de avaliação na Educação Infantil nas escolas pertencentes à SE/JF.

No entanto, essa constatação sobre o uso do Relatório Descritivo Individual como instrumento avaliativo obrigatório não permite esclarecer se o relatório está sendo utilizado pela sua obrigatoriedade ou pela sua eficiência na avaliação (ou por ambas as razões), uma vez que a presente pesquisa possibilitou a identificação de várias situações e problemas no uso da avaliação e do Relatório Descritivo Individual na Educação Infantil da Rede Municipal de Juiz de Fora¹¹.

De um modo geral, os dados encontrados evidenciam que a transposição da observação para o registro da escrita do Relatório Descritivo Individual é a maior dificuldade, conforme apontado no Capítulo 1.

Nesse sentido, identifica-se que o momento de construção do Relatório Descritivo Individual é complexo para os professores no que se refere ao registro escrito da observação do desenvolvimento cognitivo, dos avanços, da aprendizagem das crianças, e, também, pela periodicidade da avaliação, o que deixa, na visão dos professores, as avaliações repetitivas por haver um intervalo de tempo muito curto entre elas. Há também as dificuldades na seleção dos aspectos a serem focalizados na elaboração do relatório, para a qual necessitam de orientações por parte da coordenação pedagógica, direção da escola e da SE/JF. Verificou-se também a falta de utilização do RDI como instrumento que permite conhecer melhor o aluno quando esse chega transferido de outra escola.

¹¹É importante destacar que, no âmbito da gestão escolar, muitos dos problemas encontrados pela pesquisa já são identificados pelos gestores das escolas exclusivas de Educação Infantil da Rede Municipal de Juiz de Fora.

Outro ponto levantado pela pesquisa refere-se à existência de cobrança por parte da Secretaria Municipal de Educação a respeito da realização do Relatório Descritivo Individual, como prevê a Resolução nº 26/2008. Conforme resultado da pesquisa, quatro gestoras responderam que existem cobranças por parte da SE/JF para preenchimento do Relatório Descritivo Individual e duas responderam que não existem nenhuma cobrança. Esse resultado demonstra imprecisão de que a SE/JF esteja totalmente alinhada em suas diretrizes educacionais com as escolas, pois quatro gestoras afirmaram receber exigências e direcionamentos a respeito do Relatório Descritivo Individual e duas disseram não receber cobrança alguma. Essa situação também se confirma pela falta de visitas mensais às escolas por parte das Técnicas de Educação da SE/JF e pela análise dos 18 RDIs das escolas, em que foi identificada a falta de orientação para a escrita dos RDI devido ao uso de palavras impróprias como arredo, desenho primitivo para representar o corpo humano e do aluno ser considerado desinteressado (palavras essas que vão contra às orientações da SE/JF, a qual solicita, nas reuniões de diretores, que os relatórios evitem rotular e estereotipar as crianças.

Essa falta de alinhamento diretivo entre proposta curricular e pedagógica da SE/JF e escolas pode, de certa maneira, prejudicar a construção do Relatório Descritivo Individual das escolas e a percepção da aprendizagem e do desenvolvimento das crianças, já que dessas instituições são exigidas pela Resolução Municipal 26/2008 a avaliação através do Relatório Descritivo Individual por parte da SE/JF e ao mesmo tempo a própria SE/JF não presta atendimentos, orientações e cobranças para a construção desse documento, conforme relatado por duas gestoras. No entanto, um fato que chama a atenção é que as escolas que disseram não receber orientações sobre a avaliação apresentaram que tal justificativa é em decorrência da SE/JF acreditar e ter conhecimento do trabalho que é desenvolvido pelas escolas de Educação Infantil.

Essa argumentação apresentada pelas gestoras de que a SE/JF acredita no trabalho desenvolvido pelas escolas não ganha consistência, pois a própria SE/JF em reunião de diretores, conforme já citado nesse trabalho, orienta no sentido das escolas terem cautela na construção do Relatório Descritivo Individual, de modo a evitar o uso de palavras que podem rotular ou desqualificar os alunos, e, dessa maneira, evitar certos constrangimentos para a escola e para a SE/JF. Assim a

própria SE/JF não dá mostras de dar liberdade para as escolas realizarem avaliações sem que essas sigam ao que determina a Resolução Municipal 26/2008, o que demonstra e confirma uma falta de alinhamento diretivo e pedagógico entre SE/JF e escolas.

No que se refere à percepção das gestoras sobre a eficiência dos Relatórios Descritivos Individuais, pôde-se constatar que a maior parte considera os relatórios como ferramentas eficientes na avaliação da Educação Infantil, pois quatro gestoras responderam que são eficientes e duas disseram que são muito eficientes. Não houve nenhuma consideração negativa, ou seja, pouco eficiente ou indiferente. As respostas das gestoras de Educação Infantil indicam, assim, que o Relatório Descritivo Individual como instrumento avaliativo se constitui uma importante ferramenta de avaliação e que o mesmo pode ser entendido como capaz de atender às necessidades das escolas já que, para as gestoras, se configura como um instrumento eficiente de avaliação.

Mesmo com esse resultado indicando por parte dos gestores haver uma eficiência, o uso do Relatório Descritivo Individual como instrumento avaliativo deve ser repensado em alguns aspectos, como, por exemplo, na falta de orientação para que ele siga os objetivos para a qual foi criado, como foi apontado anteriormente, e, principalmente, no fato de a SE/JF reconhecer e cobrar dos gestores e professores atenção redobrada quanto à correção dos textos e ter um olhar crítico em relação a expressões dúbias ou pejorativas, que por ventura apareçam (Secretaria de Educação de Juiz de Fora, Outubro de 2013).

Outra análise é sobre a necessidade de se utilizar outros instrumentos avaliativos simultaneamente ao Relatório Descritivo Individual quando os mesmos são considerados eficientes ou muito eficientes pelas gestoras. Aquelas que disseram que o RDI é muito eficiente apontam, na pesquisa, que também utilizam as fichas individuais e os portfólios. Das quatro gestoras que apontaram o RDI como eficiente, somente duas fazem uso do RDI como o único modelo de avaliação e as outras duas gestoras também responderam adotar as fichas individuais e os portfólios como ferramentas avaliativas. Diante disso, é importante refletir: existe algum aspecto da aprendizagem e do desenvolvimento da criança que fica sem ser avaliado pelo Relatório Descritivo Individual e a utilização desses outros modelos seriam para completarem a avaliação das crianças? A princípio, não parece ser essa

a justificativa, uma vez que o RDI permite a avaliação com diversos enfoques. Como essa questão não foi aprofundada, levanta-se, apenas, uma hipótese de que isso se relacione mais com escolhas individuais da gestão escolar e/ou dos professores do que algo estabelecido institucionalmente, no PPP das escolas.

Outro aspecto sobre o qual não há uma padronização é referente à periodicidade da aplicação da avaliação para a etapa da Educação Infantil. Embora a LDB nº 9.394/96 e a Resolução municipal nº 26/2008 determinem a obrigatoriedade da avaliação para essa etapa de ensino, as duas legislações não apontam de quanto em quanto tempo devam ocorrer às avaliações. A LDB 9.394/96 não estipula esse período e a resolução municipal 26/2008 fala da exigência mínima de avaliações no ano, em que essas não podem ser inferiores a três. Assim cada instituição escolar realiza suas avaliações de acordo com o definido pelo seu Projeto Político Pedagógico. Isso é o que possibilita a opção das escolas pesquisadas em avaliar trimestralmente (quatro gestoras) ou bimestralmente (duas escolas), o que vem a confirmar a falta de padronização para as avaliações na Educação Infantil da rede municipal de Juiz de Fora.

A participação da família no processo avaliativo também se configura em um problema no caso estudado. Embora ocorresse 100% de afirmação de que a família participa, essa participação se dá em grande parte em reuniões de pais ou em outras situações quando a escola sente a necessidade do contato com a família para tratar de assuntos relacionados à frequência, aprendizagem, indisciplina ou do comportamento da criança nas suas relações com outras crianças ou com os professores e, assim, chamam os pais para comparecerem. Mais uma vez a pesquisa aponta que mudanças nesse formato devem acontecer, de forma que se consiga introduzir na avaliação o conhecimento que o pai traz do seu filho e, para isso, a escola deve estar aberta a uma maior participação da família permitindo que os pais deem opiniões e relatem situações específicas sobre seus filhos, as quais o professor não consegue identificar na rotina da sala de aula.

Corroborando com essa argumentação, Parente (2004) apresenta que:

[...] os pais são a melhor fonte de informação para ajudar a conhecer a criança, identificar os aspectos mais positivos e as necessidades sentidas pela criança em casa e na comunidade envolvente. Têm conhecimentos e informações sobre a criança individual e sobre o contexto social e cultural da criança relevantes para o processo de

avaliação. Os pais detêm informações exclusivas obtidas através de muitas observações realizadas em situações muito diferenciadas (PARENTE, 2004, p.43).

Família e escola são contextos diferentes, mas são dois locais que predominam na vida das crianças e partilham do mesmo objetivo que é educar as crianças. As informações obtidas através dos pais podem acontecer por meios de comunicações e informações informais e pelo envolvimento dos pais no processo de avaliação. Escola e família como parceiras devem somar forças no sentido de trabalhar por um objetivo comum para favorecer a continuidade educativa entre pais e escola (PARENTE, 2004).

Para Micarello (2010), o compartilhamento dos registros da observação das crianças com os pais é muito importante para que esses se sintam acolhidos pela escola, para que confiem no trabalho pedagógico e para que conheçam situações dos filhos que muitas vezes passam despercebidas no seu dia-a-dia. Além disso, esse contato com os pais enriquece as observações dos professores e professoras.

Em relação à forma como a escola se utiliza dos resultados das avaliações, as gestoras responderam que a avaliação é utilizada para planejar o trabalho, reformular o Projeto Político Pedagógico, para apresentar aos pais para troca de informações, acompanhar a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças e para o professor rever sua prática pedagógica. Uma gestora não respondeu a esse questionamento ou, por algum motivo, não soube interpretar a pergunta de forma adequada. Dessa maneira é possível concluir, de uma forma geral, que a avaliação na rede municipal do ponto de vista das gestoras é realizada com propósitos e objetivos bem definidos, visto que elas afirmam utilizar os resultados para refazerem a prática pedagógica e dar um novo rumo ao trabalho a partir daquilo que os resultados da avaliação apontaram.

Ao encontro dessa afirmativa sobre a clareza de propósito da avaliação, Parente (2004) defende que, no começo de qualquer processo avaliativo, o professor deve saber o porquê do avaliar e para quem avaliar, pois essas duas características da avaliação são básicas, porque saber avaliar implica em saber educar. Para Hoffman (2007) a compreensão daquilo que vai ser trabalhado com os objetivos bem definidos e a reflexão entre proposta curricular e avaliação são inseparáveis da função do professor.

Pelo exposto por Parente (2004) e Hoffman (2007) o professor ao fazer a avaliação deve saber o que está avaliando e quais são os propósitos avaliativos. Esse aspecto parece se encontrar de modo bem claro para as gestoras da pesquisa, já que afirmam que os resultados da avaliação são utilizados para a finalidade as quais se destinam como reformulação da prática pedagógica, acompanhamento da aprendizagem das crianças e identificação daquilo que a criança sabe, do que ela precisa saber e ser usada como mediadora no processo de aprendizagem e no desenvolvimento cognitivo das crianças.

O questionário revela também como a gestão da escola se apropria dos resultados da avaliação para refazer a sua prática pedagógica, já que entre os objetivos da avaliação segundo Micarello (2010) é oferecer subsídios para que professores e gestores:

- a) compreendam melhor as orientações sobre avaliação presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e como tais orientações se relacionam às demais Diretrizes e ao que já acontece no cotidiano das instituições;
- b) percebam novas possibilidades de organização dos processos de acompanhamento e registro das experiências vivenciadas pelas crianças nas creches, pré-escolas e escolas de ensino fundamental que atendem à educação infantil;
- c) reflitam sobre como tem acontecido a inserção da criança nas instituições, sua passagem pelos diversos grupos etários com os quais ela convive e sobre como podem contribuir para que essas transições sejam vivenciadas de forma positiva pelas crianças e pelas famílias. (MICARELLO, 2010, p.2)

Um dado de grande relevância para a presente pesquisa foi o relato das gestoras sobre as dificuldades encontradas pelos professores no que se refere ao uso do RDI. As gestoras apresentaram que as reclamações das professoras se referem aos intervalos de tempo muito curto, com a alegação de que as avaliações ficam repetitivas. As professoras sugerem que os Relatórios Descritivos poderiam ser semestrais, considerando que o primeiro período é de adaptação da criança na escola e do professor com a criança. Outra sugestão é a de que as avaliações sejam objetivas contendo respostas diretas do tipo de marcar X. Uma das gestoras afirma que o Relatório Descritivo Individual ainda está em processo de construção, necessitando de estudos e orientações por parte das coordenadoras e da direção escolar e que aproveitam também o relato de professoras mais experientes no

sentido de ajudar as mais novas a crescerem com o coletivo da escola. Uma gestora respondeu não existir dificuldades, pois os professores geralmente são muito bem preparados para tal função.

Esses resultados diferenciados nas respostas das gestoras vieram a confirmar a hipótese da pesquisa de que os professores apresentam dificuldades na construção do relatório de avaliação, visto que quatro gestoras disseram que existem dificuldades e duas responderam que não existem dificuldades. Outra evidência é a de que o processo de construção do Relatório Descritivo Individual como documento oficial de avaliação da SE/JF não está bem estruturado e claro para os professores e que essas dificuldades levantadas pelos professores e o fato deles sugerirem respostas objetivas pode significar uma falta de conhecimento técnico e teórico da importância pedagógica que o uso do RDI pode proporcionar ao trabalho do professor e também evidenciar a falta de habilidade técnica da linguagem escrita do docente para descrever a observação do desenvolvimento e as dificuldades das crianças.

Verifica-se também que o Relatório não está consolidado como modelo padronizado cobrado pela SE/JF e que as escolas carecem de mais orientação por parte da SE/JF para que caminhem numa mesma direção para a construção dos Relatórios Descritivos Individuais como documento efetivo de avaliação para a Educação Infantil.

Em relação à verificação se o Relatório Descritivo Individual acompanha os alunos dentro das escolas de Educação Infantil, ou seja, do 1º para o 2º período, identificamos que essa é uma situação que está bem definida como prática das escolas, visto que todas as gestoras disseram que os relatórios acompanham os documentos dos alunos.

Em caso de transferências de alunos da Educação Infantil para outras escolas de Educação Infantil ou de 1º Ano do Ensino Fundamental, fica evidenciado que existe o acompanhamento do Relatório Descritivo Individual para outras instituições, mas esse acompanhamento não é verificado como uma prática comum das escolas, pois uma gestora disse que o Relatório Descritivo Individual não acompanha. Assim se confirma que pode haver uma melhora nessa transição do aluno da Educação Infantil para o 1º ano do Ensino Fundamental ou quando a criança da Educação Infantil pede transferência para outra escola de Educação Infantil.

Sobre a questão do Relatório Descritivo Individual acompanhar ou não os alunos, Hoffman (2007) considera ser:

Um absurdo pensar que um professor possa dar continuidade ao trabalho pedagógico, numa instituição, com um grupo de crianças, sem nada a saber a respeito do vivido por elas no ano anterior e sem nada deixar a respeito para o professor do ano seguinte (HOFFMAN, 2007, p.44).

Assim pelas considerações de Hoffman (2007) é importante que os Relatórios Descritivos Individuais acompanhem os alunos, pois esses fornecem elementos preciosos da vida escolar das crianças, como as suas interações com outras crianças, com os adultos, curiosidades, avanços e dificuldades. Analisando que nas escolas municipais de Educação infantil já existe o acompanhamento do Relatório Descritivo Individual como uma prática já bem estabelecida, quando da passagem do 1º para o 2º período é preciso então que as escolas se organizem de modo a criar uma rotina de conhecimento dos novos alunos, de oportunizar aos professores momentos de leitura dos Relatórios e de troca de informações sobre as crianças. Essa rotina se constitui em excelente prática pedagógica para o processo do desenvolvimento infantil e para o conhecimento das crianças.

Nessa linha de pensamento sobre transição de alunos, Pollard (2002), citado por Parente (2004), assinala que a continuidade educativa só poderá ocorrer se a escola e o professor tiver acesso ao processo de avaliação que já fora realizado anteriormente e de que essa informação seja clara, de fácil compreensão e que chegue a tempo para ser utilizada em prol da criança. Para Micarello (2010, p.9) “o conhecimento dos registros cumprem o importante papel de oferecer condições de conforto e segurança às crianças e às famílias e de estabelecer elos entre o ambiente da instituição e da casa”.

No entanto, conforme investigado, o uso dos Relatórios Descritivos Individuais pelos professores no momento da chegada de novos alunos para a escola não se dá, pois, como fica evidenciado pelas respostas das gestoras, já que, no ato da matrícula de novos alunos na escola, não existe a cobrança por parte da SE/JF de exigir o Relatório Descritivo Individual como um dos documentos obrigatórios para a efetivação da matrícula. Dessa forma a efetivação da matrícula pode ocorrer sem a apresentação desse documento e, em consequência, a parte pedagógica pode vir a

ser afetada, visto que o professor não terá acesso ao relatório de avaliação e ao nível de conhecimento e das dificuldades e aprendizagem que se encontra o novo aluno. E como fora colocado anteriormente por Hoffman (2007), o conhecimento do aluno através de documentos que mostrem como se encontra sua aprendizagem e suas fragilidades é uma ferramenta importante para a continuidade pedagógica dos professores.

Nessa direção, compartilhando a visão de Hoffman (2007), não deveria ser admissível a ausência do Relatório de avaliação da criança na escola, pois os mesmos podem ser utilizados nas reuniões pedagógicas, nos momentos de troca de experiências entre professores, uma vez que essas interações enriquecem o olhar do professor sobre os avanços e conhecimento dos seus alunos.

Identificou-se também que esse ato de conhecer os novos alunos através do Relatório Descritivo Individual não faz parte da rotina das escolas, pois duas gestoras responderam que os professores só tem acesso quando as escolas de origem da criança enviam esse documento, ou seja, quando não é enviado os professores não tem acesso e não há cobrança para apresentação desse documento. Duas responderam que solicitam das escolas, mas que não recebem o retorno e que as gestoras retornam dizendo que não existe um registro formal de avaliação. Outra disse que mesmo quando enviado pela escola, o professor não tem acesso ao relatório. A última gestora respondeu que sempre é solicitado o relatório. O fato de pedir o relatório não quer dizer que ele chegue à escola, fato confirmado quando as gestoras apresentam que sempre solicitam da escola de origem, mas não recebem o retorno.

Como as gestoras responderam que só tem acesso quando as escolas enviam, que nem sempre recebem os relatórios, que tem escolas que o professor não tem acesso aos Relatórios, e que existem escolas que não realizam o registro formal, fica evidenciado dessa maneira que falta uma cultura de leitura do Relatório Descritivo Individual dos alunos para que o professor conheça as dificuldades e possibilidades das crianças.

E por se tratar de uma rede municipal, esse trâmite burocrático não parece ser um grande empecilho a ser superado. Considerando também que existe a Resolução Municipal nº 26/2008 que estabelece o uso do Relatório Descritivo Individual como instrumento avaliativo da rede municipal, essa mesma resolução

poderia ser revista, no sentido de apontar para a obrigatoriedade da cobrança desse documento no ato da matrícula, fazendo com que todas as escolas de Educação Infantil da rede trabalhem sobre a mesma proposição e direcionamento no que tange à matrícula ou transferência de alunos. Essa obrigatoriedade deve ser entendida e praticada como uma aliada a favor do aluno, de modo que escola e professores tenham conhecimento preliminar sobre as crianças e não como um mecanismo dificultador para a entrada de novos alunos na escola. Nessa direção, os dados evidenciam a falta de uma maior consistência administrativa por parte da SE/JF em orientar suas escolas sobre a importância de cobrarem o Relatório Descritivo Individual das crianças, quando essas mudam de escolas.

Verifica-se, também, com essa situação que há uma incoerência entre as práticas das escolas investigadas e as não incluídas na pesquisa, uma vez que quando os alunos chegam às escolas pesquisadas eles não apresentam ou não possuem o Relatório Descritivo Individual, mas quando saem eles levam consigo o relatório junto com outros documentos¹². Isso mais uma vez leva a crer que está havendo uma falta de alinhamento diretivo quanto às instruções da SE/JF que determina que o RDI seja o documento oficial de registro dos alunos, sem contar que grande parte desses alunos são encaminhados para as próprias escolas municipais, já que a Educação Infantil e o Ensino Fundamental são etapas de responsabilidade do município.

No entanto a prática do Relatório Descritivo Individual seguir com os alunos para outras instituições de Educação Infantil ou de Ensino Fundamental pode ser construída na rede municipal de ensino de Juiz de Fora mediante determinações da SE/JF e assim colaborar para o trabalho de gestores e dos professores e conseqüentemente favorecer a aprendizagem das crianças. É importante destacar que para Kramer (2006, p.810), “embora educação infantil e ensino fundamental sejam frequentemente separados, do ponto de vista da criança não há fragmentação”. Para a autora, as crianças da Educação Infantil não deixam de serem crianças quando passam para a etapa do Ensino Fundamental, essas duas etapas são indissociáveis e envolvem carinho, afeto, valores, saberes, risadas e

¹² Os documentos que são cobrados para a matrícula das crianças são certidão de nascimento, comprovante de residência, cartão de vacina e em caso do aluno já estar matriculado em outra escola é cobrado uma declaração de transferência.

seriedades e daí a importância do Relatório Descritivo Individual de avaliação acompanhar os alunos (crianças) quando vão para as escolas de Ensino Fundamental.

Outra importante consideração de Kramer (2006) é que crianças são sujeitos da história e da cultura e, por isso, considerá-las como crianças e não alunos implica em ver o pedagógico na sua dimensão máxima, com possibilidade de conhecimento na arte e na vida e não apenas como algo instrucional para só ensinar coisas.

Entende-se, dessa maneira, que o Relatório Descritivo Individual pode em muito colaborar para que os professores do Ensino Fundamental tenham uma melhor visão sobre a criança com a qual irão trabalhar e assim a transição e acompanhamento do Relatório Descritivo Individual de avaliação pode ser uma boa prática para que o professor tenha esse conhecimento e utilize do relatório como aliado a sua prática pedagógica.

2.3. Limites Do Relatório Descritivo Individual De Avaliação

Diante do que foi exposto anteriormente na análise do resultado da pesquisa, verifica-se que a forma como tem sido utilizado e construído o modelo de Relatório Descritivo Individual adotado para a avaliação na Educação Infantil de Juiz de Fora não tem sido suficiente para que a avaliação cumpra o seu objetivo, visto que os problemas encontrados na pesquisa se deram em vários aspectos, como os relacionados aos aspectos abordados, à periodicidade da avaliação, a pouca participação da família, à utilização simultânea de outros modelos avaliativos como fichas de avaliação e portfólios e à falta da exigência da cobrança da apresentação do Relatório Descritivo Individual dos alunos nas matrículas. Apareceram problemas também de acompanhamento do Relatório Descritivo Individual do 2º período para o 1º Ano do Ensino Fundamental ou quando a criança é transferida para outras escolas de Educação Infantil ou de Ensino Fundamental. Dessa maneira há evidências de que não existe na rede municipal uma cultura de transição e acompanhamento das crianças da Educação Infantil para as escolas de Ensino Fundamental.

A pesquisa partiu da hipótese de que o maior problema na avaliação para essa fase de ensino se encontra na construção e na escrita dos Relatórios Descritivos Individuais pelos professores, embora os resultados do ponto de vista dos gestores contradissem a hipótese do trabalho e indicassem que o relatório é um instrumento avaliativo eficiente e muito eficiente. A análise da percepção dos gestores também vai contra o que apresentaram os professores, isso fica evidenciado quando as próprias gestoras relatam no questionário as dificuldades e sugestões que os professores apresentam, como as de que gostariam que o Relatório Descritivo Individual fosse com respostas objetivas diretas do tipo de marcar X para que não fiquem repetitivas, de que carecem de estudos e orientações da coordenação pedagógica e da direção da escola para construir os Relatórios Descritivos Individuais. Outro ponto é o de que o Relatório se encontra em processo de construção e de que contam com o auxílio de professoras experientes para que possam construí-lo juntas. Esses argumentos e questionamentos dos professores que foram apresentados pelos próprios gestores demonstram que a escrita para construção do Relatório Descritivo Individual dos alunos é o grande problema da avaliação na rede municipal de Juiz de Fora. Esse fato pode ser comprovado quando o professor dá a sugestão de que as avaliações sejam com respostas objetivas diretas, que dão indícios de que querem uma maior facilidade e agilidade nas respostas, ou de possuírem dificuldades de escrita de suas observações das crianças ou de não terem ciência dos benefícios que o Relatório pode trazer para sua prática de trabalho.

Essa situação de reconhecimento da dificuldade da escrita de elaborar o Relatório Descritivo Individual se confirma com as orientações da Secretaria de Educação de Juiz de Fora quando coloca em reunião de diretores que os relatórios devam ser construídos com cautela, de modo a não rotular e estereotipar as crianças e a evitar futuros problemas para professores, escola e SE/JF.

As dificuldades também são ratificadas pela análise da escrita dos 18 Relatórios Descritivos Individuais onde há evidências de que a construção do RDI é de fato o grande problema da avaliação da rede municipal de Juiz de Fora, pois se constatou a falta de orientações dentro das próprias escolas quando são elaborados RDI muitos vagos e sem relatar a aprendizagem e as dificuldades das crianças, com relatórios que indicam como está ocorrendo o desenvolvimento das crianças. Há

também a utilização de palavras que vão contra as concepções de infância e de criança apontada pela proposta curricular da Educação Infantil, em que a criança deve ser considerada como protagonista na produção de cultura e não apenas como receptora de uma cultura produzida e introduzida para ela usufruir e interagir.

O documento em si pode ser considerado uma boa proposta avaliativa para a Educação Infantil e proporcionar bons resultados para a equipe gestora das escolas, mas constata-se a falta de consistência da SE/JF em direcionar a forma como o Relatório Descritivo Individual deve ser preenchido para que seja considerado eficiente e, assim, capaz de fornecer elementos para suprir as necessidades e carências dos professores para que estes sejam capazes de realizarem uma melhor avaliação na Educação Infantil.

Em busca de um direcionamento mais pertinente para avaliação na Educação Infantil na Rede Municipal de Juiz de Fora, recorre-se, na próxima seção, a estudos que podem servir de subsídios para a implementação de um melhor uso do RDI como instrumento avaliativo.

2.4. Subsídios para a Construção de uma Melhor Avaliação na Educação Infantil

Na Educação Infantil, a avaliação interna tende a ocorrer como uma avaliação informal¹³, que, de acordo com Villas Boas (2007), é aquela feita a partir das interações dos alunos com os alunos e dos alunos com os professores sem as características do modelo tradicional do ensino fundamental e do ensino médio, onde existem as chamadas provas, testes ou arguições. A avaliação se dá em benefício da aprendizagem dos alunos quando o professor se atenta para os seguintes princípios orientadores:

Dá ao aluno a orientação de que necessita, no exato momento da necessidade; manifesta paciência, respeito e carinho ao atender suas dúvidas; providencia os materiais necessários à aprendizagem; demonstra interesse pela aprendizagem de cada um; atende a todos

¹³ De acordo com Villas Boas (2007) avaliação Informal é aquela que ocorre sem a realização de provas, que é uma característica presente na Educação Básica tendo como exceção a Educação Infantil.

com a mesma cortesia e interesse, sem demonstrar preferência; elogia o alcance dos objetivos da aprendizagem; não penaliza o aluno pelas aprendizagens ainda não adquiridas, mas, ao contrário, usa essas situações para lhe dar mais atenção, para que ele realmente aprenda; não usa rótulos nem apelidos que humilhem ou desprezem os alunos; não comenta em voz alta suas necessidades ou fragilidades; não faz comparações; não usa gestos nem olhares de desagrado com relação à aprendizagem. (VILLAS BOAS, 2007, p.12).

Para Hoffman (2007) a avaliação não se pode prender a um jogo de regras fixas, pré-determinadas, pois, dessa forma, limita a interação, a continuidade e descontinuidades do conhecimento. Para a autora, alguns delineamentos são básicos para uma avaliação mediadora:

i) uma proposta pedagógica que vise levar em conta a diversidade de interesses e possibilidades de exploração do mundo pela criança, respeitando sua própria identidade sociocultural, e proporcionando-lhe um ambiente interativo, rico em materiais e situações a serem vivenciadas; ii) um professor curioso e investigador do mundo da criança, agindo como mediador de suas conquistas, no sentido de apoiá-la, acompanhá-la e favorecer-lhes novos desafios; iii) um processo avaliativo permanente de observação, registro e reflexão acerca da ação e do pensamento das crianças, de suas diferenças culturais e de desenvolvimento, embasador do repensar do educador sobre o seu fazer pedagógico (HOFFMAN, 2007, p.18).

Após apresentação de alguns subsídios importantes elencados por Villas Boas (2007) e Hoffman (2007) que ajudam o professor a realizar uma boa avaliação, segue o exemplo de alguns modelos avaliativos da educação infantil aplicados em países como Chile, Cuba, México e Portugal, os quais podem contribuir para a melhoria da construção da avaliação na Educação Infantil da rede municipal de Juiz de Fora. Posteriormente, aborda-se a proposta curricular do município de Salvador/BA, a qual apresenta situações semelhantes a da rede municipal de Juiz de Fora.

2.4.1. Alguns Modelos de Instrumentos Avaliativos da Educação Infantil

A avaliação tem sido considerada por alguns países como um dos mecanismos para se alcançar melhoras na Educação Infantil. Piotto *et.al.* (1988)

elencam alguns exemplos avaliativos dessa etapa de escolarização, considerando que a avaliação é um dos recursos para verificação da qualidade na educação – que também pode ocorrer através de fiscalização da aplicação de leis, da jornada de trabalho, do salário, do nível de formação dos profissionais que trabalham nessa fase de ensino. No que se refere à avaliação, a autora destaca que está intimamente relacionada não só à promoção, mas à definição de qual qualidade pretende-se alcançar na educação infantil. Assim, em seu texto, são apresentados instrumentos produzidos no Chile, na Itália, no México, em Cuba, com o objetivo de mostrar como a avaliação na Educação Infantil desses países ocorre e se essa etapa da educação é ou não valorizada nesses países. Os exemplos dados por Piotto *et.al.*(1988) seguem abaixo.

No Chile (cf. EDWARDS, 1996), o governo realizou estudos com sete mil crianças da fase pré-escolar durante o período de três anos no sentido de verificar os impactos da Educação infantil sobre as crianças e os resultados se deram em cima de avaliações cognitivas, de rendimento e socioemocional das crianças. Por meio desse estudo chegou-se a conclusão da viabilidade de uma avaliação em nível nacional e da possibilidade de comparação diante dos instrumentos aplicados às crianças.

Na Itália, também se verifica a realização de duas experiências de avaliação na região da Toscana, onde foram abordadas situações organizacionais de gerenciamento, de Projeto Político Pedagógico, recursos financeiros e de localização do centro de atendimento da criança e de cada instituição especificamente. O trabalho de Galardini (1996 *apud* PIOTTO *et. al.*, 1998) mostra que em uma das avaliações utilizou-se de uma escala que oportunizou aos professores a reflexão sobre seu trabalho. A avaliação teve caráter de promoção de melhorias devendo ser caracterizada como forma de envolvimento dinâmico e coletivo e de longo prazo. Outros países, como México e Cuba, relatam experiências avaliativas para a fase pré-escolar em tarefas que consta de linguagem, motricidade fina, raciocínio e percepção. Tal procedimento permite aos professores a oportunidade de detecção do nível de conhecimento e de desenvolvimento dos alunos e assim possibilita uma melhor intervenção pedagógica.

Embora esses países apresentem avaliação na Educação infantil, é necessário considerar, como aponta Piotto *et.al.* (1998), que apresentam focos

distintos, enquanto Cuba e Chile centram no aluno e nos resultados que esses alcançam, México e Itália se voltam para o processo, que envolve as estruturas físicas das instituições, a formação de professores e a participação da família e da comunidade.

Em Portugal, a avaliação na pré-escola nem sempre foi considerada importante, durante muito tempo as avaliações por parte das educadoras não aconteciam de forma sistematizada e também não havia a participação dos pais em estarem participando ou conhecendo esse processo. As conversas informais das professoras que aconteciam com os pais ou familiares durante a entrada ou saída dos alunos eram consideradas satisfatórias tanto pelos pais como pelas educadoras. Foi somente a partir de 1991 que o tema entrou em utilização na pré-escola, sendo relacionado ao trabalho pedagógico desenvolvido pelas instituições. A abordagem passou a exigir que a educadora procurasse atender aos interesses das crianças e a verificar a forma com que ela interagisse e integrasse ao seu meio e a professora deveria ser a pessoa a estimular, a confrontar e a permitir que as crianças se desenvolvessem em vários sentidos.

Além dos exemplos mostrados acima por Piotto et al (1988) também encontramos a adoção de outros modelos avaliativos e, no Brasil, ganha destaque a tentativa de Adoção de um Teste Avaliativo para a Educação Infantil o Caso do ASQ (Ages & Stages Questionnaires) no Município do Rio de Janeiro e a aplicação do Modelo Avaliativo Australiano Putting Children First - Quality Improvement and Accreditation System (Priorizando as Crianças – Sistema de Promoção de Qualidade e Credenciamento) para a Educação Infantil do município de Ribeirão Preto/ SP.

De acordo com o grupo de trabalho instituído pela Portaria Nº 1.147 de 2011, o Projeto de Lei nº 8.035 de 2010, que trata sobre o Plano Nacional de Educação de 2011 a 2020 que tem por objetivo universalizar a Educação Infantil até o ano de 2016, apresenta como uma de suas estratégias a avaliação da Educação Infantil a ser realizada a cada dois anos com base em parâmetros nacionais de qualidade a fim de verificar os indicadores mais relevantes para a Educação Infantil.

Recentemente também ocorreu a proposta por parte da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República como tentativa de utilizar o ASQ (Ages & Stages Questionnaires) como um teste para avaliação do desenvolvimento das crianças na educação infantil. Esse teste foi desenvolvido nos Estados Unidos

em 1997 e tem como objetivo apreciar o desenvolvimento das crianças em cinco áreas específicas de conhecimentos.

Durante o ano de 2010, o teste foi aplicado nas instituições públicas e conveniadas de Educação Infantil no município do Rio de Janeiro através de parcerias entre o Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS) e a Secretaria Municipal de Educação. Por meio desse Teste foi possível avaliar as crianças em cinco diferentes domínios: comunicação, coordenação motora ampla, coordenação motora fina, resolução de problemas e pessoal/ social. Após a realização dos testes, as crianças são classificadas em três níveis, a saber: a) necessidade de uma avaliação em profundidade, b) recomendação de monitoramento e estímulos adicionais, c) registro se encontra dentro do esperado ou programado (GT 1.147, 2011).

Segundo o Grupo de Trabalho do MEC, a utilização desse mecanismo avaliativo por parte do município do Rio de Janeiro sofreu fortes críticas por parte de pesquisadores, instituições e especialistas. Vários documentos de repúdio a utilização desse teste foram enviados ao MEC e lançados em redes sociais, blogs e sites, rejeitando a utilização do ASQ como instrumento geral para avaliação do desenvolvimento infantil dos estabelecimentos de ensino. Uma das justificativas para essa recusa se deve a já existência de outros instrumentos avaliativos para essa fase de ensino e que o foco não deve ser o aluno e sim as estruturas físicas, a formação de professores e as condições de ofertas.

No caso de Ribeirão Preto/SP, o modelo avaliativo australiano que verifica o trabalho da Educação Infantil, de acordo com Piotto *et.al.* (1988), foi escolhido para aplicação na cidade de Ribeirão Preto por possuir duas características essenciais para identificação do nível das escolas de Educação Infantil, que são a promoção da qualidade e a avaliação. Segundo a autora, esses dois requisitos devem andar juntos para uma efetivação da melhora da educação. Na verdade, o teste australiano trata de uma forma de verificação das condições de estruturas e de como se dá o atendimento as crianças e não se refere especificamente a realização do trabalho do professor sobre o desenvolvimento dos alunos. No teste podem ser observados os seguintes princípios, participação dos pais na definição dos objetivos, promoção da individualidade das crianças e estímulo da relação entre pais e professores.

Embora o teste aplicado no município de Ribeirão Preto não seja aplicado diretamente para a avaliação do trabalho do professor de Educação Infantil e do desenvolvimento dos alunos, fica visível que essa fase de ensino vem passando por um processo de consolidação da avaliação. A aplicação de outros testes em cidades e até mesmo em outros países acaba, diretamente, beneficiando as condições de estudos das crianças e, conseqüentemente, tende a provocar melhoras educacionais para os alunos dessa fase de ensino, o que vem de acordo com as colocações de Parente (2004) onde a avaliação na Educação Infantil se constitui em uma prática nova e até pouco tempo não era compreendida no sistema educacional. No entanto, para a autora:

Não avaliar a criança, de uma forma compreensiva e sistemática significa limitar o potencial de desenvolvimento de cada criança (Hills, 1993), não valorizar o trabalho profissional da educadora de infância¹, restringir o potencial de comunicação com os pais e com a comunidade educativa (Hills, 1993) e, deste modo, contribuir para uma menor valorização da educação pré-escolar (PARENTE, 2004, p.1)

Como fora apresentada por Parente (2004), a avaliação para a Educação Infantil trata-se de uma abordagem recente, uma situação nova, mas se constitui em uma importante ferramenta educativa para os profissionais que trabalham diretamente com as crianças pequenas e principalmente de grande contribuição para a aprendizagem das crianças.

Mesmo com a avaliação para essa etapa de ensino se constituindo em um fato novo como destacado anteriormente por Parente (2004) encontramos um exemplo de proposta curricular e de avaliação para a Educação Infantil que apresenta características semelhantes com as da rede municipal de Juiz de Fora, proposta essa que também valoriza a avaliação para crianças de quatro e cinco anos, como ferramenta para acompanhamento das dificuldades do avanço das crianças. Esse exemplo será apresentado a seguir.

2.4.2. Avaliação na Educação Infantil da Rede Municipal de Salvador e a Avaliação na Rede Municipal de Juiz de Fora: pontos em comum

A Coordenadoria de Ensino e Apoio Pedagógico (CENAP) da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Esporte e Lazer (SECULT) do município de Salvador/BA é o órgão que orienta como deve ser realizada a avaliação na Educação infantil para sua rede de ensino. A SECULT reconhece que a avaliação para essa fase de ensino é bastante complexa e deve ser feita de modo a resgatar o acompanhamento do desenvolvimento infantil e de proporcionar uma continuidade da prática pedagógica do professor (SECULT, 2014); e adota, preferencialmente, como práticas avaliativas instrumentos como: portfólios, registros e observação. Na construção do relatório descritivo individual – instrumento semelhante ao que é exigido na rede municipal de Juiz de Fora – é solicitado ao docente o registro de cada fase do desenvolvimento das crianças, sem deixar perder nenhum momento importante da aprendizagem ao longo da fase de escolarização. A avaliação da rede municipal de Salvador para a Educação Infantil deve obedecer aos seguintes princípios:

Desenvolver condições para que a criança viva a infância de forma saudável e cidadã. Possibilitar a experimentação das etapas do crescimento com qualidade e apoio à subjetividade. Mediar expressões e conquistas infantis. Suscitar o desenvolvimento da autonomia. Provocar situações de experimentação das emoções. Gerar rotinas que desenvolvam o amadurecimento emocional. Promover situações de aprendizagem de auto-cuidado e de cuidado do outro. Realizar intervenções didáticas provocativas, levando a criança ao desenvolvimento da linguagem, pensamento, socialização e afetividade (SECULT, 2014, p.21)

A SECULT (2014) orienta, ainda, os componentes que devem fazer parte da proposta curricular da Educação Infantil e esses conhecimentos são: Linguagem, Conhecimento de Mundo, Autonomia, Pensamento Lógico Matemático, Socialização, Valores. Dessa maneira, trabalhando com esses conhecimentos o currículo da rede municipal de Salvador/BA deve fazer a seguinte abordagem:

A abordagem acerca do desenvolvimento emocional, cognitivo, relacional, estético, social, das linguagens e das tecnologias. Os desdobramentos didáticos envolvem a construção da auto-representação, da representação das coisas e das relações: cores,

tamanhos, desenhos, número, numerais, letras, palavras, músicas, histórias, observações, experiências, valores, modelos, imagem da e na família, contato com o meio ambiente natural, uso dos recursos naturais, formas responsáveis de consumo, trocas e reaproveitamento de materiais, reconhecimento das manifestações sócio-culturais locais de diferentes origens e combinações de distintos atributos (SECULT, 2004, p. 23)

Diante do que foi exposto de orientação para a Rede Municipal de Salvador/BA, nota-se que a avaliação para essa rede apresenta definido os instrumentos a serem utilizados, podendo ser um desses o Relatório Descritivo Individual como um de seus instrumentos de avaliação e que já existe estabelecido os conteúdos ou conhecimentos a serem trabalhados para desenvolver a aprendizagem das crianças da Educação infantil do município de Salvador. Nessa direção, destaca-se que o Relatório Descritivo de Salvador possui um campo específico para participação dos pais e das crianças na escrita e na construção do Relatório de avaliação, conforme documento em anexo (ANEXO A).

Outra importante observação que se obtém das orientações da CENAP é que a Proposta Curricular na Educação infantil do município de Salvador/BA segue em conformidade com o estabelecido nas Diretrizes Curriculares Para a Educação infantil (DCNEIs) – as quais já foram apresentadas no Capítulo I – e visa oferecer a seus alunos o desenvolvimento integral. Segundo a CENAP, a avaliação para essa fase de ensino deve respeitar as diferenças existentes entre as crianças e servir como mecanismo de intervenção para que o professor possa refazer sua prática pedagógica e contribuir para a aprendizagem das crianças. Assim, por meio da avaliação,

[...] revelará dados e informações sobre o crescimento, necessidades e/ou dificuldades das crianças. Esse conjunto precioso de informações poderá ser sistematizado para orientar seu compartilhamento sobre a evolução da criança em entrevistas, durante plantões pedagógicos, por exemplo, nos quais cada família tem um atendimento personalizado para receber informações sobre as características dos processos revelados por sua criança (SECULT, 2014, p.25)

Desse modo, para a SECULT (2014, p.27), “avaliar representa uma etapa legítima e fundante para toda a *práxis* na Educação Infantil”.

Ainda sobre a proposta curricular, a SECULT aponta que diante do seu entendimento sobre a concepção de criança e de infância, resolve adotar “uma abordagem metodológica com ênfase na aprendizagem significativa em que essa pode ser mobilizada por projetos” (SECULT, 2014, p.23).

A utilização dessa abordagem metodológica vem ao encontro do que é adotado pela rede municipal de Juiz de Fora, uma vez que os docentes são orientados a utilizarem os projetos como desencadeadores de seus trabalhos e que esses devem partir principalmente daquilo que o aluno lhe fornece como ideia para o desenvolvimento do trabalho. O conhecimento dos alunos deve servir de ponto de partida para o trabalho dos professores e por isso a importância da observação, da rotina de registrar para uma boa construção do Relatório Descritivo Individual, de modo que os professores possam de fato aproveitar o conhecimento que os alunos trazem e tornar a aprendizagem mais significativa para eles, crianças.

Outro ponto em comum entre as propostas curriculares da rede municipal de Juiz de Fora e a rede municipal de Salvador são os fundamentos legais estabelecidos pela LDB 9.394/96, no que se refere à avaliação, visto que tanto a rede municipal de Juiz de Fora quanto o município de Salvador /BA realizam a avaliação para essa etapa de ensino, através do Relatório Descritivo Individual, podendo ser adotado também os demais modelos para a avaliação da educação infantil, como portfólios, fichas individuais etc. Ambas as redes adotam a avaliação como uma forma de rever e refazer a sua prática pedagogia e apresentam arcabouço teórico de autores em comum, como Hoffman (2007), Kramer (2006), Vigotsky (1994, 1998) e outros.

Tendo isso em vista, as contribuições dos estudos sobre essa temática são bastante válidas para se compreender quais intervenções podem surtir efeitos positivos no que se refere à construção de uma melhor avaliação na Educação Infantil. Visando ampliar as contribuições, recorre-se, na próxima seção, à visão de Hoffman (2007) e de Villas Boas (2007) e às opiniões de Micarello (2014) e Campos (2014) obtidas por meio de entrevista exclusivas para a presente investigação¹⁴.

¹⁴ As professoras, via e-mail, colaboraram com a pesquisa respondendo a uma entrevista com roteiro de perguntas sobre a avaliação na Educação Infantil.

2.4.3. A Visão de especialistas em Avaliação e/ou Educação Infantil

Diante do que foi apresentado pelos documentos legislativos sobre a avaliação para a Educação infantil, mais especificamente no que tange às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2010) pela LDB 9.394/96, pela Resolução Municipal 26/2008, pelo GT nº 1.147/2011 criado pelo MEC com objetivo de propor diretrizes na e da Educação Infantil, fica entendido que a avaliação na etapa de Educação Infantil deve ser realizada sobre uma perspectiva e olhar diferenciado aos modos existentes no Ensino Fundamental. Segundo as DCNEIs (2009) em seu art. 10 fica estabelecido que as instituições de ensino devem criar mecanismos para a avaliação do desenvolvimento e da aprendizagem das crianças sem o compromisso da seleção e classificação. Assim entende-se que na Educação Infantil o aluno deve ser o foco de atenção do professor de modo que o docente seja o principal elemento a instigar, a observar e a promover estímulos para que a criança se desenvolva. Nessa etapa da educação básica não pode haver retenção de alunos em hipótese alguma.

A LDB 9.394/96 coloca a avaliação como obrigatória para essa fase de ensino, mas ao mesmo tempo dá margem de que ela possa ser realizada através de vários formatos, por isso é preciso que a escola na figura dos gestores e professores siga princípios que não descaracterizem e não rotulem as crianças, pelo contrário devem adotar modelos que contemplem as potencialidades das crianças. A escola e professor devem ter de maneira clara e objetiva qual a concepção de criança, de infância e de currículo será adotada pela instituição, pois serão peças fundamentais para que as escolas juntamente com o seu grupo de professores consigam construir uma boa avaliação de modo a contemplar as potencialidades de seus alunos e de refazer sua prática pedagógica na intencionalidade de provocar mudanças nas dificuldades dos alunos.

Na análise da educadora e pesquisadora Hoffman¹⁵ (2007) em termos de avaliação na Educação Infantil é preciso:

[...] ressignificar a avaliação em educação infantil como acompanhamento e oportunização ao desenvolvimento máximo

¹⁵ Professora e pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul sobre o tema avaliação e educação infantil, possui doze livros publicados sobre o tema.

possível de cada criança, assegurando alguns privilégios próprios dessa instância educativa, tais como o não atrelamento ao controle burocrático do sistema oficial de ensino em termos de avaliação, e a autonomia em relação a estrutura curricular (HOFFMAN,2007, p.13).

Assim, Hoffman (2007), ao apontar que a avaliação na educação infantil deva ser ressignificada, de modo que não sirva às exigências burocráticas, também se mostra favorável a avaliação nessa fase de ensino. No entanto, deve, segundo a autora, a avaliação se fixar em princípios considerados fundamentais para essa etapa de ensino de modo que rompa com o que é estabelecido pela burocracia escolar em suas demais modalidades de ensino, como no Ensino Fundamental e Ensino Médio e que a mesma possa oportunizar momentos de aprendizagens significativas para as crianças.

Corroborando sobre como deve ser os processos avaliativos e qual deve ser o foco na Educação Infantil, Villas Boas (2007) apresenta que a avaliação não pode expor as crianças às situações constrangedoras e que deve ser realizada com ética e que as informações contidas nas avaliações não devem ser utilizadas para outros objetivos que não seja o de contribuir para a aprendizagem da criança, a avaliação deve ser sobre o processo de desenvolvimento e não sobre as características individuais dos alunos.

Buscando dar uma consistência teórica bem fundamentada sobre a importância da avaliação para a Educação Infantil este trabalho buscou apresentar diretamente a contribuição de professoras¹⁶, que são consideradas autoridades sobre a Educação Infantil, e dessa forma registramos a participação das professoras Hilda Micarello e Maria Malta Campos, que prontamente responderam as questões solicitadas e enriquecem em muito os dados e informações desse trabalho.

De acordo com um roteiro de perguntas elaborados pelo pesquisador do trabalho e enviadas via e-mail para a professora Hilda Micarello¹⁷ em maio de 2014, foi possível tecer algumas considerações que a professora considera ser importante para a avaliação na Educação Infantil, todas as seis respostas se encontram na íntegra, na sua totalidade. Assim o primeiro tema refere-se a necessidade da

¹⁶ Buscou-se a participação das professoras Sonia Kramer e Jussara Hoffman, porém não se obteve respostas nos contatos estabelecidos.

¹⁷ A professora Hilda Micarello teve a orientação professora Sônia Kramer em sua tese de doutorado. Sônia Kramer é uma das referências nos estudos da educação infantil e das crianças.

existência da avaliação para a Educação Infantil e segundo a professora Hilda Micarello (2014):

a educação infantil é uma etapa da educação básica. Não uma etapa de ensino. À medida que ela é reconhecida como parte da educação básica, é reconhecida também o fato de que as práticas que nela se realizam são educacionais, portanto requerem planejamento, intencionalidade, profissionais capacitados e também avaliação da contribuição que essas práticas estão ou não trazendo para o desenvolvimento das crianças.

Outro ponto perguntado a professora Hilda Micarello diz respeito às quais os fatores devem ser considerados na avaliação para a Educação Infantil e segundo a professora são:

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009) são bastante claras a esse respeito: a avaliação deve se pautar em práticas de observação e registro das etapas já alcançadas pelas crianças em seu desenvolvimento. Assim é necessário considerar o desenvolvimento global da criança: as interações que estabelece com outras crianças e com os adultos, seu envolvimento nas atividades.

Em relação a quais são as experiências utilizadas em outras redes municipais ou estaduais que configuram ser um bom exemplo de modelo de avaliação e que serviriam para a proposição de diretrizes na avaliação da educação infantil ou de modelo avaliativo a ser adotados por outras redes, conforme Hilda Micarello (2014), seriam:

As Diretrizes para a avaliação, como disse, se encontram no documento das Diretrizes e num texto que produzi para o MEC – e que envio em anexo – que trata do tema. Quanto às experiências vou enviar também o PDF de um livro do qual participo como autora e que trata de experiências nacionais e internacionais.

Sobre outros fatores a ser considerado na avaliação da educação infantil e mais precisamente no município de Juiz de Fora, para a professora Hilda Micarello (2014), os fatores seriam:

Para apontar esses fatores seria necessário, mais uma vez, recorrer às Diretrizes e à Proposta Curricular da rede, concluída recentemente. Os fatores a considerar são aqueles explicitados no referido documento.

Sobre quais os fatores são importantes para a construção de um bom relatório descritivo do desenvolvimento dos alunos, a professora Hilda Micarello (2014) aponta que são:

Justamente os fatores a serem considerados na avaliação. Mais uma vez é necessário retomar a proposta curricular da rede. Um princípio fundamental é que a criança deve ser considerada em sua singularidade, não devendo haver comparações entre ela e outras crianças e tampouco a ênfase no que a criança ainda não sabe ou não aprendeu.

Sobre a quem deve servir a avaliação na Educação infantil, ela apresenta:

A avaliação deve servir às crianças, permitindo que acompanhem suas conquistas, que observem o que já progrediram, como foram mudando com o passar do tempo. Nesse sentido, devem ser usados vários instrumentos como portfólios individuais e coletivos, fotos, filmagens, dentre outros.

O trabalho também contou com a colaboração da professora Maria Malta Campos, que respondeu o mesmo roteiro de perguntas enviadas à professora Hilda Micarello e apresentou as colocações que seguem na sua totalidade. Sobre a necessidade da existência da avaliação para essa etapa da educação básica, ela apontou que:

Sim, qualquer política pública deveria ser avaliada, para melhor controle social, transparência e melhorias de qualidade. Nesse aspecto, avaliações das condições de oferta da unidade e da gestão da respectiva rede são importantes. Quanto à avaliação das crianças, penso que deve ser atribuição dos educadores que com ela trabalham diretamente: professoras, com apoio dos coordenadores pedagógicos e da equipe.

No que se refere aos fatores que devem ser considerados na avaliação para essa etapa da educação:

São muitos, no caso da avaliação das condições de oferta. Veja, por exemplo, os documentos Indicadores¹⁸ da Qualidade na Educação Infantil e Parâmetros de Qualidade da Educação Infantil, ambos do MEC. Quanto à avaliação da criança, será preciso levar em conta:

¹⁸ Documento produzido pelo MEC buscando a avaliação das instituições de Educação Infantil, são avaliados sete itens: 1- planejamento institucional; 2-multiplicidade de experiências e linguagens; 3- interações; 4- promoção da saúde; 5- espaços, materiais e mobiliários; 6- formação e condições de trabalho das professoras e demais funcionários; 7-cooperação e troca com as famílias e participação na rede de proteção social.

sua fase de desenvolvimento, sua individualidade, o que o currículo adotado e o PPP da escola propõem para ser trabalhado com ela, entre outros aspectos.

Sobre o questionamento feito em relação a quais são os aspectos primordiais a serem considerados na avaliação da Educação Infantil, a professora Maria Malta Campos respondeu que os fatores são os mesmos apresentados na questão anterior.

No tocante às experiências utilizadas em outras redes municipais ou estaduais e que serviriam para a proposição de diretrizes na avaliação da educação infantil ou de modelo avaliativo a ser adotados por outras redes, a professora afirmou:

As diretrizes estão indicadas no documento Diretrizes curriculares para a educação infantil, do Conselho Nacional de Educação, que são mandatórias, inclusive para as escolas particulares. Há também o documento que foi elaborado por um Grupo de Trabalho do MEC, que está em discussão no INEP.

Em relação ao que deve ser considerado na construção de um Relatório Descritivo Individual, a professora encaminhou a pergunta para outra professora – Cristina Colasanto, que é sua orientanda na tese de doutorado que pesquisa sobre o tema “A Construção do Relatório Descritivo”. A professora Cristina Colasanto nos forneceu a seguinte resposta:

Com relação à construção do relatório, temos que considerar vários aspectos já citados pela Prof.^a Maria Malta, os documentos oficiais, a concepção de criança e o currículo adotado pela escola, a observação e o registro (como acontecem?) e a linguagem (organização textual) utilizada na elaboração do relatório, **eu sugiro a argumentação.**

Em relação à forma de utilização do resultado da avaliação para essa etapa da educação, a professora Maria Malta Campos sinaliza:

Os resultados devem ‘informar aos pais e à sociedade sobre os progressos das crianças, reformular o trabalho da escola com vistas a melhorias da qualidade e levar em conta, no planejamento da unidade e dos planos pedagógicos, as vozes da comunidade, dos professores e das crianças.

Pelo exposto nas considerações apresentadas pelas entrevistas das professoras Maria Malta Campos e Hilda Micarello, identifica-se que as

pesquisadoras se mostram favoráveis à realização de avaliações na fase da Educação Infantil, por considerarem essa etapa tão importante como as demais etapas da Educação Básica e, por isso, as práticas educacionais que se encontram nas demais etapas da Educação Básica também devem estar presentes na Educação Infantil, incluindo a avaliação, capacitação de profissionais, planejamento e atribuição de competência de professores com a devida orientação de toda uma equipe diretiva e pedagógica. Outra argumentação favorável à avaliação é de que a Educação Infantil por ser uma política pública também deve ser avaliada para que sua prática possa ser transparente e proporcionar melhorias em sua qualidade.

Em relação ao tema fatores primordiais que devem fazer parte de um bom Relatório Descritivo Individual, encontram-se similaridades nas respostas ao apontarem as propostas curriculares e a concepção de criança como elementos fundamentais que devem ser considerados na construção do relatório.

Sobre o tópico experiências e modelos adotados por outras redes e que serviriam de referência, as respostas também apresentam semelhanças entre as pesquisadoras ao afirmarem ser as DCNEIs os documentos a serem os orientadores para a avaliação na Educação Infantil.

Relacionado a quem deve servir a avaliação da Educação Infantil encontramos aspectos em comum as quais apontam que o objetivo principal da avaliação deve ser a própria criança permitindo identificar seus avanços e os seus progressos.

A utilização dos resultados da avaliação na Educação Infantil é outro ponto em comum entre as pesquisadoras, segundo elas a avaliação deve servir para que as crianças sejam as grandes beneficiadas e que possibilite que professores refaçam seus saberes e atuem com ações voltadas para acompanhamento e intervenção no avanço e nas dificuldades das crianças.

No entanto, essas avaliações devem seguir as orientações fornecidas pelas DCNEIs (2009), que sejam realizadas não com a intencionalidade burocrática, mas com a intenção de ação para que gestores e professores ofereçam melhores condições do acompanhamento da aprendizagem e do desenvolvimento das crianças.

Diante do exposto neste capítulo, é inegável a importância e necessidade da avaliação para a Educação Infantil. As especialistas Hoffman (2007), Kramer (2006),

Villas Boas (2007), Micarello (2010) e Campos (2006) comungam da visão de que a avaliação na Educação Infantil deve funcionar como instrumento de novas práticas pedagógicas para que o professor possa refazer seu trabalho, buscando a melhor forma de proporcionar aprendizagem para seus alunos. Tendo isso em vista, a análise das entrevistas com as gestoras das escolas pesquisadas evidenciou que os problemas na avaliação e do uso do Relatório Descritivo Individual na Educação Infantil do município de Juiz de Fora precisam ser resolvidos e, como mostrou Piotto et.al. (1988), há modelos de avaliação para a Educação Infantil em países como Chile, Cuba, México e Portugal, e até mesmo no Brasil (como em Salvador e Ribeirão Preto), que podem servir de subsídios para a melhoria da avaliação e do uso do Relatório Descritivo Individual. Dessa maneira, buscou-se extrair de cada modelo e de cada caso apresentado aquilo que pode ser aproveitado na Rede Municipal de Juiz de Fora.

A contribuição da avaliação do Chile sinaliza que a avaliação nessa etapa da educação permite verificar o impacto que a educação causa nas crianças que participam dessa fase de ensino e que, como conclusão, é viável a avaliação em nível nacional. Na Itália, a avaliação permitiu a reflexão sobre o trabalho do professor e a promoção de melhorias para a qualidade do ensino. No México e em Cuba, a avaliação possibilitou identificar o nível de aprendizagem das crianças e uma melhor intervenção pedagógica. Em Portugal, os estudos mostraram que o professor deve ser o maior responsável para fazer com que o trabalho com as crianças seja investigativo e coloca o professor como estimulador para o desenvolvimento das crianças. Já a proposta curricular de Salvador/BA, embora apresente semelhanças com as da Rede Municipal de Juiz de Fora no que se refere à utilização dos mesmos modelos avaliativos, apresenta um campo específico para participação dos pais e das crianças.

No próximo capítulo, será proposto um Plano de Ação Educacional com contribuições, diretrizes e subsídios para a avaliação na Educação Infantil do referido município.

3. PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL – CONTRIBUIÇÕES PARA UMA MELHOR AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

Este capítulo tem como objetivo apresentar o Plano de Ação Educacional (PAE) para um melhor uso da avaliação e do instrumento avaliativo Relatório Descritivo Individual na Educação Infantil da rede municipal de Juiz de Fora.

A avaliação da Educação Infantil da rede municipal de Juiz de Fora, segundo análise do resultado da pesquisa com seis gestoras, identificou problemas como: escrita na construção do Relatório Descritivo Individual pelos professores, periodicidade da avaliação e transição de documento entre as escolas. Percebeu-se também a falta de uma maior inserção dos pais na avaliação e de uma cultura nas escolas para leitura desses documentos para que professores e gestores possam ter melhor conhecimento dos alunos e, a partir daí, compreender melhor a criança em todas as suas especificidades e oportunizar novos avanços nas necessidades educativas.

A pesquisa mostrou também que não existe a obrigatoriedade de apresentação do Relatório Descritivo Individual no ato de transferências e matrículas de alunos que já se encontram na rede municipal de ensino. A resolução desses problemas pode trazer benefícios para a Rede Municipal, para os gestores, para os professores e, principalmente, para os alunos, que devem ser considerados os principais elementos no sistema educacional. Os benefícios para os alunos seriam, em especial, os de cunhos pedagógicos, quando a própria escola por orientação da SE/JF passar a utilizar a avaliação como uma possibilidade de intervenção na prática pedagógica dos professores.

Os referenciais teóricos de Kramer (2006), Villas Boas (2007), Campos (2006), Hoffman (2007), Micarello (2010), entre outros apresentados durante o transcorrer do trabalho também mostraram muitos dos problemas encontrados para a realização da avaliação na Educação Infantil, como os relacionados à dificuldade na transposição da observação do desenvolvimento e da aprendizagem das crianças no ato de construir o Relatório Descritivo Individual, o uso da avaliação como seletividade, rotulação de alunos, falta de transição adequada de

documentação e alunos entre as escolas de Educação Infantil ou da Educação Infantil para as escolas de Ensino Fundamental.

Todos os elementos destacados nos Capítulos II (a visão das especialistas, os exemplos de modelos avaliativos e as entrevistas) se configuram peças importantes para a caracterização da proposta do PAE.

Assim, o presente capítulo se organiza do seguinte modo: primeiramente, será apresentada a caracterização da Secretaria de Educação de Juiz de Fora (SE/JF) que, através do detalhamento de sua funcionalidade, abre possibilidades para a viabilidade de que as propostas encaminhadas por esse PAE tenham condições de se tornarem efetivas pela referida secretaria e assim chegarem as escolas de Educação infantil da rede municipal. Em seguida, serão descritas as propostas de ações do PAE e, por fim, são tecidas as considerações finais sobre este trabalho.

3.1. Estruturação da Secretaria de Educação de Juiz de Fora (SE/JF) para a Educação Infantil: Órgão Responsável Pela Implementação das Propostas do Plano de Ação Educacional

A justificativa da SE/JF como local para implementação desse PAE se dá em função desse órgão ser o responsável por planejar, executar, desenvolver e avaliar a política educacional na Educação Básica do município de Juiz de Fora. Dessa maneira todas as possíveis mudanças para se concretizarem na prática administrativa, legislativa ou diretamente em suas 101 escolas que compõem o quadro de escolas da rede municipal precisam passar pela aprovação da SE/JF antes que cheguem as escolas.

A rede de ensino municipal de Juiz de Fora através de sua Secretaria de Educação possui um departamento exclusivo da Educação Infantil, coordenado atualmente pela professora Ms. Renata Rodrigues Rainho¹⁹. A rede possui uma proposta curricular criada no ano de 2011, a qual contou com a imensa participação dos professores e com consultoria do professor Dr^o Jader Jane Moreira Lopes

¹⁹ Professora chefe do Departamento de Educação Infantil da rede municipal de Juiz de Fora com mestrado pela Universidade Federal de Juiz de Fora na área de currículo.

(professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (FEUFF)). Além disso, houve a chefia, orientação e coordenação da professora Lúcia Helena da Silva²⁰.

O departamento da Educação Infantil possui, também, um grupo de estudos voltados exclusivamente para assuntos da Educação infantil que se reúne mensalmente. Os participantes são voluntários e todos os profissionais da educação que se interessam pela temática da Educação Infantil podem participar.

A SE/JF conta também com reuniões mensais de gestores, apresenta a Resolução Municipal nº 26/2008 que é uma lei que dá sustentabilidade e embasamento legal que orienta como deve ser o trabalho e a avaliação na Educação Infantil, tem ainda a realização de Seminário de Educação Infantil, onde no ano de 2014 foi realizado o quarto seminário e o Circuito de Leitura que já faz parte da programação artística, pedagógica e cultural da programação da SE/JF.

Diante das condições apresentadas da SE/JF fica evidenciado que se trata de um departamento qualificado tanto nos aspectos técnicos, administrativos e humanos. Em virtude disso, acredita-se na viabilidade da implementação das ações aqui apresentadas, pois há a abertura da referida Secretaria de Educação para que ocorra a incorporação das ações propostas. Outro ponto que merece ser destacado é a exigência feita em relação à avaliação educacional, atrelada à proposta curricular da rede municipal, pois essa é que direciona como deve ser o trabalho para essa fase de ensino. Assim a proposta do PAE apresenta como justificativa de sua aplicabilidade um novo olhar e uma nova abordagem para com a avaliação e a utilização do Relatório Descritivo Individual para crianças da Educação Infantil por parte de escolas, gestoras, coordenadoras pedagógicas, professores e professoras da rede municipal de ensino de Juiz de Fora. O local de realização inclui, primeiramente, a SE/JF que, através de estudos, mudanças legislativas, irá repassar as orientações para as escolas de Educação Infantil da sua rede de ensino.

É válido ressaltar que a presente proposta não é de caráter definitivo. Ela pode ser adotada por um período de experiência a ser definido pela SE/JF e com novos estudos na área da avaliação na Educação Infantil sofrer novas alterações, sempre no sentido de beneficiar os alunos e o trabalho de professoras e gestoras. A

²⁰ Professora ex-chefe do departamento de Educação Infantil que atuou com determinação na busca da consolidação da proposta curricular da Educação Infantil da rede municipal de Juiz de Fora.

responsabilidade pela aplicabilidade de tais modificações e sugestões deve ser da SE/JF, que deve analisar criteriosamente se tais sugestões procedem e trarão benefícios para a avaliação da sua rede de ensino – que, conseqüentemente, pode trazer vantagens para alunos, professores e gestores.

O método para promover as mudanças é flexível e pode se adequar às práticas formativas já desenvolvidas pela SE/JF, ou seja, pode ser através de discussões em Seminários de Educação Infantil, através do Circuito de Leitura, por meio do grupo de estudos da Educação Infantil, o qual pode indicar alterações na proposta curricular e na Resolução Municipal 26/2008.

O custo de tais propostas deve ser levantado pela SE/JF visando cobrir o Seminário, o Circuito de Leitura, as mudanças no caderno curricular e em alterações da Resolução 26\2008. Considerando que o grupo de estudos, Seminário e Circuito de Leitura já faz parte do financiamento da SE/JF e que é realizado por orientação e organização da chefia do departamento de Educação Infantil, com profissionais do seu próprio quadro de funcionários e de que o município possui um quadro jurídico em seu quadro de pessoal e de que também possui a publicação das mudanças legislativas no seu sistema on-line que publica os atos do governo, acreditamos que as mudanças serão mais de orientações pedagógicas e administrativas do que propriamente dependentes de altos recursos financeiros.

Nesse Plano de Ação Educacional, a avaliação na Educação Infantil da rede municipal de Juiz de Fora deve acontecer de modo a possibilitar que gestoras e professores tenham conhecimento mais profundo sobre as especificidades dessa fase de ensino e que a partir dessa compreensão possam programar ações voltadas para sanar as dificuldades das crianças e assim melhorar a sua aprendizagem e o seu desenvolvimento em todos os aspectos. Compreende-se que a avaliação deve romper com a necessidade de realização para atender aos aspectos legais e burocráticos, a obrigatoriedade é sim uma aliada a favor da avaliação, mas, conforme a visão de Hoffman (2007), a avaliação não deve ser para fiscalizar o trabalho da escola e de professores, mas de permitir que seja mediadora e investigativa no trabalho com as crianças e é justamente esse caráter de investigação que justifica a avaliação na Educação Infantil.

Buscando a contribuição para um melhor entendimento e realização da avaliação e do uso do Relatório Descritivo Individual de avaliação na Educação

Infantil de Juiz de Fora, recorre-se ao que foi apresentado no Capítulo II, destacando as contribuições dos modelos avaliativos e da proposta curricular municipal de Salvador/BA.

3.2. Ações do Plano de Ação Educacional

A análise dos resultados da pesquisa direcionada às gestoras mostrou que a avaliação da Educação Infantil na Rede Municipal de Juiz de Fora apresenta problemas, conforme já foi exposto e enfatizado. A principal dificuldade detectada foi a construção do Relatório Descritivo Individual, ou seja, o momento em que os professores precisam registrar a observação da aprendizagem e das dificuldades das crianças no relatório escrito. Esse problema de construção do relatório também se confirma quando a SE/JF orienta seus diretores a pedirem mais atenção aos professores para o ato de escrever os avanços e as dificuldades que as crianças apresentam.

O Relatório Descritivo Individual como fora colocado pelas gestoras é um mecanismo de avaliação eficiente e muito eficiente, porém o grande entrave é que para os professores que são os principais atores envolvidos diretamente com as crianças e que tem a obrigação de construí-los, faltam orientações de coordenadoras pedagógicas, gestoras e SE/JF para que sejam bem construídos e cumpram aos objetivos da avaliação.

Diante disso, e com o objetivo de contribuir para que a SE/JF possa dar novas orientações para uma melhor utilização da avaliação e do Relatório Descritivo Individual, serão apresentadas as proposições desse Plano de Ação Educacional que se encontram no quadro 9 a seguir e que serão detalhadas no decorrer do trabalho. Todas as ações passam pela necessidade de inclusão da temática da avaliação e do Relatório Descritivo individual no Grupo de Estudos da Educação Infantil e no Seminário da Educação Infantil, locais propícios para debates, discussões e que contam com a participação de grande número de professores, gestores e de Técnicos da Secretaria de Educação, que são os atores envolvidos diretamente no processo avaliativo na Educação Infantil da SE/JF.

Quadro 9: Ações e Órgãos Executores do Plano de Ação Educacional

AÇÃO	OBJETIVO	PERÍODO	ÓRGÃO EXECUTOR
Estabelecer parâmetros para a avaliação por meio de discussões na SE/JF	Compreender como ocorre a avaliação na Educação Infantil	Fev/2015 Março/2015	SE/JF, através do Grupo de Estudos e Seminário de Educação Infantil
Realizar monitoramento e orientar as escolas sobre o uso do RDI	Orientar, monitorar e cobrar das escolas sobre o uso e a construção do RDI	1 vez por mês	SE/JF com Grupo de Estudos e Seminário de Educação Infantil
Criar estratégias e projetos para incluir a família no processo avaliativo	Estreitar a relação entre escola e família para que se tenha informações sobre as crianças	Realizar ações durante o ano inteiro	Escolas e SE/JF, por meio do Grupo de Estudos e Seminário de Educação Infantil
Orientar professores e gestores para a construção do Relatório Descritivo Individual	Melhorar a construção da linguagem escrita dos professores na construção do RDI	Ano Inteiro	Escolas, SE/JF com Grupo de Estudos, Seminário da Educação Infantil
Estabelecer a obrigatoriedade do RDI nas transferências e matrículas de alunos e elaborar estratégias de transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental	Adquirir conhecimento sobre os novos alunos e melhorar a transição dos alunos da Educação Infantil para o Ensino Fundamental	Ano inteiro	SE/JF com Grupo de Estudos, da Educação Infantil, Seminário de Educação Infantil e alteração na Resolução 26/2008
Definir a periodicidade das avaliações nas escolas de Educação	Facilitar o conhecimento dos novos alunos matriculados	Ano inteiro	SE/JF com Reuniões pedagógicas, reunião de diretores, Grupo de Estudos e

Infantil			Seminário da Educação Infantil
Promover cursos de formação de professores com a temática avaliação e RDI na Educação Infantil	Melhorar a prática do profissional da Educação Infantil na temática avaliação e construção do RDI	Ano inteiro	Escolas e SE/JF com Grupo de Estudos e Seminários da Educação Infantil
Implementar a Avaliação Institucional através dos Indicadores da Qualidade da Educação Infantil	Verificação das condições físicas, estruturais e profissionais das escolas	Fev/2015 Nov/2015	SE/JF com as Técnicas de Educação, Grupo de Estudos e Seminário da Educação Infantil
Estabelecer subsídios para um modelo de avaliação e disponibilizar um modelo detalhado para a avaliação	Fornecer informações para uma boa construção do RDI e construir um modelo para a avaliação da rede municipal	4 vezes ao ano	SE/JF com Grupo de estudos e seminário de Educação Infantil

Fonte: Elaboração do autor baseado na pesquisa “Avaliação na Educação Infantil: Análise e Uso do Relatório Descritivo na Rede Municipal de Juiz de Fora”.

3.2.1. Ação 01: Estabelecer Parâmetros Para a Avaliação Da Educação Infantil

A primeira proposta do Plano de Ação Educacional é estabelecer parâmetros para a fase da Educação Infantil e esse ato vai depender da concepção de criança, de infância, da proposta pedagógica e do currículo que a SE/JF possui e orienta as suas escolas. Os parâmetros deve, primeiramente, seguir as DCNEIs (2009) - que é um documento construído pelo Ministério da Educação (MEC) com a participação de educadores, movimentos sociais, pesquisadores e professores universitários que colocaram seus questionamentos em relação à Educação Infantil, ou seja, é um

documento consolidado que serve como base para o trabalho com as crianças (OLIVEIRA, 2010).

Em um segundo momento, deve-se verificar o que diz a proposta curricular municipal da SE/JF. De acordo com a SE/JF (2010), a proposta curricular da rede municipal de Juiz de Fora considera como currículo tudo o que acontece dentro de uma instituição de Educação Infantil, todas as situações que, ao serem vivenciadas pela criança e pelas demais pessoas que ali estão, permitem a construção do conhecimento e desenvolve aprendizagem. Dessa maneira, a avaliação na Educação Infantil da Rede Municipal de Juiz de Fora considerará a criança e sua relação com outras crianças, com os adultos, a interação que acontece dentro e fora da sala de aula, pois todos os ambientes na escola são considerados locais de aprendizagem. A avaliação da criança vai ser em todos os locais e em todos os aspectos possíveis como social, motor, cognitivo, de modo que não tenha um conteúdo específico e pré-determinado para se avaliar. O currículo da Educação Infantil da rede municipal é sobre todas as possibilidades das crianças dentro da escola e para elas nada são impossíveis, dessa maneira tudo aquilo que a criança faz e vivencia no ambiente escolar deve ser observado, registrado e avaliado.

De acordo com Hoffman (2007) ao considerar o currículo como tudo o que a criança realiza na escola evita-se a fragmentação do desenvolvimento, onde o conhecimento aparece dividido em áreas afetivas, cognitivas e psicomotoras, pois essas áreas são indissociáveis.

Assim pelas considerações das DCNEIs e pela proposta curricular da SE/JF, o currículo da Educação Infantil não se refere a uma listagem de conteúdos fixos e especificar o que avaliar irá contra o que dizem as DCNEIs e contra a proposição curricular da SE/JF. Então a proposta deste PAE se dá no sentido de que o professor tenha esse conhecimento e concepção bem definidos para o seu trabalho e, para isso, a SE/JF deve exercer papel fundamental para que o professor tenha esse claro entendimento do que avaliar. Essa proposta poderá ser consolidada com o incentivo (ou obrigatoriedade) da participação de professores da Educação infantil no Grupo de Estudos²¹ da Educação Infantil e nos Seminários de Educação Infantil.

²¹ O grupo de estudos atualmente se reúne uma vez por mês e é oportunizado a participação no turno da manhã e da tarde, atendendo assim aos profissionais dos dois turnos de trabalhos da SE/JF.

O Seminário da Educação Infantil pode vir a ser realizado tanto no turno da manhã, no turno da tarde ou da noite, ou em um final de semana, para, dessa forma, permitir a ampla participação dos profissionais da Educação Infantil.

Outro ponto favorável a essa aplicação é de que o professor da Rede Municipal de Juiz de Fora, de acordo com a Lei nº 11.738 que é a Lei do Piso dos Profissionais da Educação, recebe por um 1/3 de atividade extraclasse que pode ser utilizado para preparação de aulas, correção de provas e inclusive para estudos, tal como visa à ação nº 1 desse Plano de Ação Educacional.

3.2.2. Ação 02: Realizar Monitoramento e Orientar as Escolas sobre o Uso do RDI

Outro problema verificado na pesquisa com as gestoras se refere à falta de cobrança e de orientação por parte da SE/JF para que as escolas realizem as avaliações conforme estabelecido pela Resolução Municipal nº 26/2008, onde foi identificado por quatro gestoras que existem as cobranças e por outras duas gestoras de que não existem as cobranças e orientações. Para resolução desse problema, a proposta de ação nº 02 vem no sentido de apontar a necessidade de visitas mensais das técnicas de educação da SE/JF às escolas e que essas sejam no sentido de orientar e de estabelecer um permanente diálogo com as escolas de forma mais aberta, ouvindo as gestoras e professores e não simplesmente fiscalizando se as escolas estão cumprindo ou não as diretrizes determinadas pela SE/JF. As cobranças são importantes, mas as devidas orientações podem ser um instrumento mais efetivo para se alcançar melhores resultados.

As orientações também podem acontecer com a participação de membros da SE/JF e convidados especialistas nas reuniões pedagógicas de cada escola, onde por determinação da Lei nº 11.169 do município de Juiz de Fora as escolas realizam obrigatoriamente uma reunião mensal e os profissionais que dela participam recebem um adicional por participação. E dentro da observação diária enquanto gestor, não se identifica a ausência de professores nas reuniões pedagógicas, o que pode ser um fator aliado para a consolidação das orientações para o registro das avaliações.

A efetivação da participação dos professores e gestores nos grupos de estudos e no Seminário da Educação Infantil é também outra estratégia para que ocorram as orientações, discussões e cobranças para o uso da avaliação e do Relatório Descritivo Individual nas escolas.

3.2.3. Ação 03: Definir a Periodicidade das Avaliações de Forma Padronizada

A proposta de nº 03 desse Plano de Ação Educacional visa estabelecer como deve ser a periodicidade das avaliações na Educação Infantil. Os autores e documentos estudados no corpo desse trabalho como Jussara Hoffman, Hilda Micarello e outros e as DCNEIs não sinalizam de quanto em quanto tempo deve ser o melhor período para que essas avaliações ocorram. A Resolução Municipal nº 26/2008 determina que seja realizada no mínimo de três avaliações anuais, podendo as escolas adotarem a avaliação bimestralmente que dá um total de quatro avaliações ao ano ou trimestral, que possibilita três avaliações anuais.

Mesmo compreendendo que cada escola, grupo de crianças e comunidade são ambientes peculiares e que cada um desses locais, espaços apresentam suas próprias características, acreditamos ser necessário uma padronização na periodicidade da avaliação para a solução desse problema. A falta dessa sistematização pode resultar em prejuízos para os alunos em caso de transferências de escolas de Educação Infantil em que realizam avaliações trimestralmente e assim um aluno ao chegar a nova escola que realiza avaliação bimestral sem o documento de avaliação pode vir a ser prejudicado na identificação dos seus saberes e das suas dificuldades.

A definição da periodicidade da avaliação pode ser realizada através de discussões entre os participantes do grupo de estudos da Educação Infantil e por meio de encontros de professores e gestores e por meio de Seminário da Educação Infantil, lembrando que no ano de 2014 foi realizado o quarto seminário da Educação Infantil da rede municipal de Juiz de Fora em que houve a participação de profissionais da rede pública e particular e das professoras palestrantes Fátima Regina Teixeira de Salles Dias e Vitória Líbia Barreto de Faria, ambas professoras

da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e Ana Carolina Perrusi Alves Brandão, professora da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Por outro lado, mediante tudo que foi estudado neste trabalho, foi apontado que um dos objetivos da avaliação é permitir que o professor refaça sua prática pedagógica de modo a intervir com ações que possam transformar o conhecimento e as dificuldades das crianças. Desse modo, mesmo com a sugestão dos professores de que as avaliações fossem semestrais, compreende-se que uma avaliação bimestral possa de forma mais rápida e objetiva proporcionar essa intervenção pedagógica por parte do professor e permitir aos gestores das escolas de Educação Infantil tomar as devidas providências para que toda a equipe diretiva e pedagógica possa estar alinhada no propósito de amenizar as dificuldades das crianças e de reconhecer suas potencialidades.

Dessa maneira, acredita-se que uma avaliação bimestral pode contribuir de forma mais eficiente para a avaliação e a construção do Relatório Descritivo Individual de avaliação da rede municipal de Juiz de Fora, pois para rever a prática pedagógica é melhor que haja avaliações mais constantes, porque se fosse semestral, conforme sugestão dos professores, só haveria dois registros e todo o processo de desenvolvimento das crianças poderia se perder ou não ser enfatizado.

3.2.4. Ação 04: Criar Estratégias e Projetos Para Incluir a Família no Processo Avaliativo

A ação nº 04 desse Plano de Ação Educacional busca aumentar a participação da família no processo de avaliação e da construção do Relatório Descritivo individual de avaliação das crianças.

Em decorrência da modernidade, da competitividade e das necessidades de subsistência que se fazem presentes na atualidade e também com o objetivo de proporcionar melhores condições de vida para os filhos, muitas famílias acabam tendo simultaneamente os pais e mães no mercado de trabalho, o que dificulta a maior participação deles no contato com professores e com a gestão da escola e, conseqüentemente, do conhecimento da vida escolar dos filhos. Assim uma ação desse Plano de Ação Educacional e que vem de sugestão de Micarello (2010) é de

que a SE/JF oriente as escolas a adotarem o uso de um caderno de registro e recados entre pais e escola para que funcione de interação e intercâmbio para conhecimento das crianças. A utilização desse registro pode favorecer o professor que vai ter informações das crianças vindas diretamente dos pais e, ao mesmo tempo, propiciar aos pais uma maior segurança ao saber como que o filho está se desenvolvendo na escola. Para Micarello (2010) esse registro entre pais e escolas pode favorecer para estreitar os laços entre família e escola e dar aos pais um maior conforto e segurança e permitir que a relação entre escola e família seja mais efetiva.

Outra forma de buscar a participação dos pais, e compreendendo também que muitos pais não possuem escolaridade avançada, é estabelecer o contato direto com os responsáveis no momento de entrada ou saída das crianças, em reuniões coletivas ou particulares e, dessa forma, o professor e o gestor da escola trocam informações com as famílias passando e recebendo considerações que sejam importantes para o reconhecimento do processo de desenvolvimento da criança.

Também se propõe uma ação educacional para a SE/JF criar a “Semana dos Pais” na escola, na qual os responsáveis durante um dia na semana poderiam acompanhar mais de perto o trabalho do professor e da escola, assim os pais conheceriam a rotina daquilo que a criança vivencia e experimenta no seu cotidiano escolar e, assim, compreender melhor o trabalho pedagógico da instituição e, ao mesmo tempo, verificar a aprendizagem dos diversos momentos vividos pela criança. Essa ação pode resultar grandes interações com a família e possibilitar que os pais participem diretamente da avaliação e da construção do Relatório Descritivo Individual, fornecendo importantes elementos da vida da criança fora da escola.

Outra ação educacional na busca da inserção da família é a criação da “Escola de Pais”. Essa Escola de Pais é uma ação que já foi desenvolvida na Escola Municipal Pedro Nagib Nasser²², com a parceria do Departamento de Enfermagem da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e continha oficinas direcionada aos pais dos alunos e abordava diversos assuntos como saúde, alimentação, primeiros socorros, doenças sexualmente transmissíveis, atividades físicas e hábitos de higiene. Através dessas oficinas, pode-se não só consolidar a relação direta da

²² Escola Municipal de Educação Infantil e Primeiro Ano do Ensino Fundamental na qual o pesquisador deste trabalho atua como gestor educacional.

escola com os pais, mas também identificar várias situações que as crianças apresentam em seus lares e que não são identificadas pelo professor no seu cotidiano e que impactam diretamente o processo de desenvolvimento e a aprendizagem das crianças.

Corroborando essa ação educacional e a ideia de integrar a participação da família no processo educativo e especificamente na avaliação, Lusardo (2007)²³ apresenta as seguintes considerações, é preciso que a família seja vista como parceira da aprendizagem das crianças e para isso elas devem ser convidadas a participarem de atividades com as crianças, conhecer a sala de aula e os outros ambientes que a criança frequenta dentro da escola e que a escola mostre para os pais as produções das crianças. Dessa forma, para Lusardo (2007) a participação dos pais na avaliação rompe com a tradicional participação em que consiste em comparecer as reuniões, ter acesso às avaliações das crianças e assinar e devolver para os professores os referidos documentos.

Acredita-se que com a adoção das seguintes medidas sugeridas neste item, a SE/JF conseguirá com que as escolas de sua rede de ensino tenham uma maior participação dos pais nas atividades escolares, inclusive no que se refere à avaliação e à construção do Relatório Descritivo Individual, que os pais tenham maior conhecimento do trabalho desenvolvido nas escolas e, conseqüentemente, ocorra por parte dos pais uma maior valorização do importante trabalho educacional da Educação Infantil.

3.2.5. Ação 05: Estabelecer e Exigir a Obrigatoriedade do RDI nas Transferências e Matrículas de Alunos e Elaborar Estratégias de Transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental

A transição dos alunos da Educação Infantil para o 1º Ano do Ensino Fundamental também se mostrou um problema, não havendo na pesquisa nenhuma indicação relatada pelas gestoras que demonstre que exista um acompanhamento ou uma relação de transição entre os alunos das escolas de Educação Infantil e

²³ Mestre em Educação com a dissertação defendida em 2007, "Avaliação em Educação Infantil: Concepções de professoras sobre o papel do portfólio".

entre as escolas do Ensino Fundamental. De acordo com as DCNEIs na transição para o Ensino Fundamental as propostas pedagógicas das escolas de Educação infantil devem:

Prever formas para garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, respeitando as especificidades etárias, sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental.

No exposto pelas DCNEIs se verifica que as escolas devem criar condições para que as crianças, ao mudarem de etapas de escolarização, tenham uma transição nesse processo. Assim, a primeira proposta desta ação de nº 05 do Plano de Ação Educacional está relacionada à transição de documentos entre as escolas e, para isso, é necessário que a SE/JF através de modificações na Resolução Municipal 26/2008 efetive a obrigatoriedade do acompanhamento do Relatório Descritivo Individual de avaliação entre todas as escolas da Rede Municipal, inclusive para as escolas de Ensino Fundamental que recebem os alunos da Educação Infantil. Dessa maneira, com a obrigatoriedade na transição do Relatório Descritivo Individual de avaliação entre as escolas, ao chegar um novo aluno e se matricular com toda a documentação que é exigida, inclusive do Relatório Descritivo Individual de avaliação, o professor já terá um conhecimento mais profundo daquele novo aluno com quem estará trabalhando.

Essa obrigatoriedade deve ser entendida como uma forte aliada a favor da criança e para o seu processo de desenvolvimento e não como uma forma de dificultar a chegada de novos alunos e impedir que a criança tenha acesso à escola.

Ao encontro dessa obrigatoriedade, há um forte argumento em Piotto *et. al.* (1998), a qual aponta que uma das formas de promover a melhoria na qualidade da Educação Infantil é através de avaliação, leis e fiscalização e, mesmo que esses direitos estabelecidos e conquistados por leis não sejam respeitados, estão assegurados pela legitimidade que é o primeiro passo para o cumprimento da lei. Dessa maneira, o uso da avaliação e do Relatório Descritivo Individual é legal e legítimo e compete a SE/JF cobrar e orientar as escolas para que elas cumpram com qualidade o que determina a Resolução nº 26/2008.

Na mesma direção da ação nº 05 desse Plano de Ação Educacional referente à importância do conhecimento anterior sobre o que a criança já possui,

encontramos Hoffman (2007), Micarello (2010) e Pollard (2002) *apud* Parente (2004, p.51) que apresentam considerações de que o conhecimento anterior sobre a criança é uma excelente forma de conhecer a aprendizagem das crianças, dar continuidade ao processo de ensino e proporcionar segurança para as crianças.

A segunda proposta dessa ação de nº 05 está relacionada à transição nos aspectos de conhecimento do espaço físico, da proposta pedagógica e da adaptação dos alunos da Educação Infantil às escolas de Ensino Fundamental e, de acordo com Micarello (2010), para se efetivar a transição entre os alunos da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, os gestores exercem um importante papel para construção nas práticas de integração entre as propostas pedagógicas e entre professores das diferentes instituições. Assim esta ação se dá no sentido de que as crianças das instituições de Educação Infantil conheçam a nova escola e o novo ambiente a qual estarão frequentando em ano posterior. Para isso é preciso que as escolas de Educação Infantil ao participarem do “Circuito de Leitura²⁴” devam automaticamente visitar essas instituições, levando os alunos da Educação Infantil a apresentarem seus trabalhos para a escola de Ensino Fundamental e a assistirem os trabalhos dos alunos da outra escola.

Outras sugestões para a resolução dessa falta de transição de propostas pedagógicas e de conhecimento de espaços das escolas por parte das crianças das escolas de Educação Infantil vêm de Micarello (2010), que aponta que as escolas podem organizar visitas a essas instituições, festas ou outros eventos.

Considerando que a obrigatoriedade de prestação do governo municipal, conforme LDB nº 9.394/96 em seu artigo 11, parágrafo V e que a maioria das crianças permanece na própria Rede Municipal de ensino, essa articulação de contato de conhecimento das instituições e de estudos de propostas pedagógicas entre escolas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental não seja uma ação de difícil realização por parte da SE/JF e pode acontecer por meio do grupo de estudos da Educação Infantil.

²⁴ O Circuito de Leitura é uma programação com atividades culturais de apresentação de música, dança, teatro, e que já faz parte do calendário escolar da rede municipal de Juiz de Fora, onde as escolas visitam outras instituições e também recebem outras escolas para apresentação de trabalhos entre elas.

3.2.6. Ação 06: Orientar Professores e Gestores para a Construção Do Relatório Descritivo Individual

Consideramos ser a construção da escrita do RDI o maior problema da avaliação da Rede Municipal de ensino, conforme relatado indiretamente pelas professoras através da entrevista com as gestoras e pelos trechos dos modelos de RDIs que se encontram no capítulo I deste trabalho e, principalmente, pelas orientações em reunião de diretores da SE/JF que se encontram em anexo (Anexo B) e que orientam para que as escolas tenham prudência redobrada quanto à correção dos textos e uma visão crítica em relação a expressões ambíguas ou pejorativas que por ventura apareçam. Ainda de acordo com a SE/JF é importante que as escritas dos Relatórios sigam os princípios éticos e apresentem o desenvolvimento da criança (SE/JF, 2013).

Retomando a apresentação de um modelo de Relatório Descritivo Individual de avaliação é possível confirmar de que a escrita é realmente o problema como demonstrado no recorte do RDI-08 quando a avaliação indica que a criança apresenta um desenho bem primitivo, ou do RDI- 05 que coloca a criança como emburrada. Esses relatos vão contra as proposições da SE/JF que orientam para que as avaliações não estereotipem e rotulem as crianças.

Para orientação, visando melhorar a construção da escrita dos RDIs das crianças pelos professores, indica-se a ação educacional de que a SE/JF em seu grupo de estudos da Educação Infantil aborde e focalize estudos diretamente relacionados à temática da construção da escrita dos Relatórios Descritivos Individuais, visto que a construção dos RDIs é realmente um assunto que deve ser abordado com prioridade para que tais problemas não se repitam e que não prejudiquem as crianças. Para tal, são apontadas como sugestões as leituras de autoras que fundamentam este trabalho como Maria Malta Campos, Jussara Hoffman, Hilda Micarello, Sonia Kramer, Fúlvia Rosemberg, Débora Cristina Piotto, Maria Cristina Cristo Parente, Carol Weiss, e Maria Benigna Villas Boas.

Fazem-se, também, algumas considerações que se adotadas pela SE/JF e repassadas para as escolas de Educação Infantil podem contribuir para que o professor tenha maiores possibilidades de conhecimento sobre as crianças com as quais trabalham e facilitar a escrita na construção dos Relatórios.

A primeira consideração vem de Micarello (2010) a qual indica a necessidade de registrar aquilo que é observado, para que não se percam e possam ser compartilhadas com os demais professores, gestores, crianças e pais. A autora, na entrevista feita para esta pesquisa, também ressalta que um dos fatores a serem considerados na construção do Relatório Descritivo deve ser “considerar a criança em sua singularidade, evitando comparações e não dar ênfase no que a criança ainda não aprendeu ou não sabe”.

Corroborando a importância da observação e do registro, Souza e Lacerda (2013) apontam que a observação é a metodologia apropriada para a Educação Infantil, pois permite ao professor a tomada de decisões na direção da aprendizagem das crianças. Buscar saber se o aluno aprendeu e se desenvolveu é uma função imprescindível para o trabalho do professor da Educação Infantil.

Hoffman (2007) também recomenda que para que um relatório de avaliação contemple todas as potencialidades de desenvolvimento da criança, é necessário que o professor use de registros e anotações diárias sobre aquilo que ele considera ser importante. Assim, esse procedimento lhe permitirá uma maior possibilidade de transpor as ações e reações das crianças e de acompanhar de forma mais efetiva seus avanços, dificuldades e possibilidades.

Outra contribuição de Micarello (2010) está relacionada à concepção de infância e criança que as instituições apresentam e que essas devam ser incorporadas pelos professores, pois, ao registrar, o professor deverá saber de maneira clara a compreensão de como é vista a criança dentro da proposta pedagógica da escola, e essas concepções devem fundamentar a realização de seu trabalho e da avaliação.

Diante das exposições relacionadas ao papel da observação e do registro como componentes imprescindíveis para a construção do RDI, torna-se fundamental que a SE/JF oriente às escolas e disponibilize estudos para que os professores saibam observar e registrar as experiências de aprendizagens vivenciadas pelas crianças nas escolas. Considera-se esta proposta de grande importância, pois, com a experiência do pesquisador há três anos na gestão escolar de Educação Infantil e participando do grupo de estudos e de Seminários da Educação Infantil, verifica-se que não há nenhuma orientação formalizada sobre o importante papel da

observação e do registro das atividades desenvolvidas pelas crianças na construção do Relatório Descritivo de avaliação.

3.2.7. Ação 07: Cursos de Formação de Professores com a Temática Avaliação e RDI na Educação Infantil

Um aspecto a ser considerado pela SE/JF que foge da intenção desse Plano de Ação Educacional, mas que não deve ser desconsiderado como uma ação que possa trazer bons benefícios às escolas e as crianças, pois afeta o processo de ensino e aprendizagem como um todo, é o que se refere à formação de professores para a etapa da Educação Infantil. Considerando que a cidade de Juiz de Fora é referência na área de educação devido à Universidade Federal de Juiz de Fora e outras instituições como Centro de Ensino Superior (CES), Universidade Presidente Antonio Carlos (UNIPAC), Faculdade Metodista Granbery, Faculdade Machado Sobrinho e Faculdade Estácio de Sá, cabe a SE/JF buscar parcerias educativas com as instituições que ofereçam a formação de professores no sentido de estarem ocorrendo um constante diálogo para verificação das necessidades das escolas de Educação Infantil da rede municipal de Juiz de Fora. Dessa maneira, os cursos podem estar formando profissionais que venham a ser mais capacitados e que tenham conhecimentos específicos que são dessa etapa da Educação Básica e a SE/JF em contrapartida entra como parceira com essas instituições, oferecendo os estágios acadêmicos para os futuros profissionais da educação em suas escolas municipais.

Essa proposta encontra fundamentação em Hoffman (2007) que aponta que formar professores da Educação Infantil é proporcionar ao educador um espaço de reflexão, de estudos e de dar-lhe autonomia e iniciativa para o desenvolvimento do seu trabalho, inclusive no que se refere à avaliação. Continua a autora que não se observa do poder público a preocupação com a formação e a valorização das profissionais que lidam com as crianças e que se constata nas escolas da infância a improvisação de profissionais e que muitas vezes o trabalho do professor acaba sendo o de um executor de atividades sem planejamento e elaboradas por outros profissionais (HOFFMAN,2007).

De encontro a essa argumentação Piotto *et al* (1998) coloca que a formação de professores para crianças de zero a seis anos é o principal obstáculo para a efetivação da qualidade da educação dessa etapa de ensino e que essa situação pode ser em decorrência da deficiência da formação do curso de magistério e dos currículos da formação de professores, onde os aspectos da Educação infantil não são abordados.

3.2.8. Ação 08: Implementar a Avaliação Institucional através dos Indicadores da Qualidade da Educação Infantil

A avaliação da Educação Infantil está diretamente ligada à proposta curricular, ao Projeto Político Pedagógico e a concepção de criança e de infância que se encontram estabelecidas na forma como o professor e a escola desenvolvem o seu trabalho. No entanto, para que se oportunizem várias possibilidades de aprendizagem para as crianças não basta apenas ter um bom alinhamento educacional entre proposta curricular, proposta pedagógica e realização de trabalho, é preciso que se tenham bons profissionais na sala de aula, na gestão escolar e, principalmente, que se tenham boas condições nas condições físicas, estruturais, com instalações adequadas, com organização de espaço e do tempo.

Dessa maneira, compreendendo que, para que as crianças se desenvolvam integralmente em suas várias dimensões, é preciso que as condições das escolas sejam propícias. Assim não basta avaliar somente o processo de desenvolvimento das crianças é preciso que se avaliem também as condições em que os trabalhos são realizados, ou seja, é preciso realizar uma avaliação institucional.

Ao encontro do entendimento da avaliação como forma de conhecimento da instituição e de todo o processo educativo que acontece dentro da escola, Villas Boas (2007) apresenta que a avaliação não deve se pautar exclusivamente no aluno, deve-se avaliar as atividades da escola, conselho de classes, reuniões de pais, reuniões de professores, na escola todos avaliam e são avaliados.

A ação nº 08 desse Plano de Ação Educacional é de que as escolas de Educação infantil da rede municipal de Juiz de Fora passem pelo processo de

avaliação institucional a partir do instrumento avaliativo dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil²⁵.

Essa ação é originária das interpretações avaliativas do Grupo de Trabalho da Educação Infantil criado pela Portaria nº 1.147/2011 do Ministério da Educação, que estabelece haver a necessidade da avaliação na Educação Infantil e da Educação Infantil. A primeira seria sobre os processos de aprendizagem das crianças e o foco de atenção seria o desenvolvimento a partir das práticas pedagógicas escolares sobre as crianças. A segunda refere-se à avaliação da Educação Infantil em que essa abrangeria aspectos relacionados à oferta de ensino, sobre quem realiza esse trabalho, e as condições do espaço e do local onde se realiza o trabalho. A utilização desse instrumento deve contar com a participação de atores escolares como professores, gestores, pais, coordenadores, conselheiros de educação, conselheiros tutelares e dirigentes da comunidade como os presidentes da associação de moradores do bairro. Esse instrumento avalia sete dimensões que são consideradas fundamentais para a qualidade nas instituições de Educação Infantil, vejamos: 1- planejamento institucional; 2- multiplicidade de experiências e linguagens; 3- interações; 4- promoção da saúde; 5- espaços materiais e mobiliários; 6- formação e condição de trabalho de professores e demais funcionários; 7- cooperação e troca com as famílias e participação na rede de proteção social (GT nº1147, MEC, 2011).

Acreditamos que essa ação permitirá que se tenha conhecimento específico e detalhado da forma como se encontram as escolas de Educação Infantil da rede municipal e que compete a SE/JF orientar as escolas através de seu grupo de estudo e por meio da reunião de diretores para a utilização correta desse instrumento, que pode vir a ser um grande aliado para a verificação da qualidade das escolas e conseqüentemente influenciar o processo de aprendizagem das crianças.

²⁵ Documento produzido pelo MEC (2008) que apresenta uma proposta de autoavaliação das instituições educativas que conta com a participação de pais, professores, gestores e comunidade.

3.2.9 Ação 09: Estabelecer Subsídios para a Construção de um Modelo para a Avaliação da Educação Infantil

Esta proposta do Plano de Ação Educacional visa apresentar alguns elementos essenciais que devem constar na avaliação da Educação Infantil por meio do Relatório Descritivo Individual, os quais servirão de norte para o registro dos professores.

Cabe ressaltar que o objetivo desta proposta não é o de apresentar uma listagem de conteúdos determinados, pois isso iria contra a Proposta Curricular da Rede Municipal de Juiz de Fora (2011) e contra as DCNEIs (2009), mas sim por considerar que esses elementos devam ser trabalhados no cotidiano das escolas e, conseqüentemente, devam ser avaliados.

Nessa direção, recorre-se à contribuição de Reimers (2014) no que tange à necessidade das escolas desenvolverem competências do século XXI e liderança escolar para garantir um futuro melhor aos alunos e ao país.

Dentre as competências citadas por Reimers (2014) se encontram as habilidades cognitivas, interpessoais e intrapessoais. Nas habilidades cognitivas aparecem: pensamento crítico, resolução de problemas, análise, habilidade de comunicação e letramento, letramento digital, criatividade e inovação. Como habilidades interpessoais são apresentados o trabalho em equipe, cooperação, confiança, comunicação, resolução de conflitos negociação, liderança, colaboração. As habilidades intrapessoais aparecem como abertura intelectual, adaptabilidade, apreciação artística e cultural, curiosidade e interesses intelectuais, persistência, ética, integridade, orientação para o trabalho, capacidade de aprender por toda a vida, competência intercultural, saúde física e mental. Ainda de acordo com Reimers (2014), as relações entre liderança pedagógica e as competências do século 21 não são apenas lineares. As mesmas ações de aprendizagem podem desenvolver diversas competências. As mesmas formas de liderança pedagógica podem apoiar diversas práticas pedagógicas. Reconhece-se que muitas dessas habilidades já são trabalhadas no dia-a-dia das escolas, mas nem sempre com sistematicidade e enfoque necessários. Assim, essa contribuição de Reimers (2014) merece um pouco mais de atenção por parte da SE/JF, dos gestores e dos professores.

No âmbito prático, a SE/JF deverá orientar os gestores e professores para que, ao realizarem seus trabalhos, incluam estratégias para o desenvolvimento dessas habilidades e também às incluam nas avaliações e registrem no Relatório Descritivo Individual de avaliação das crianças. Portanto, além das DCNEIs e das Diretrizes Municipais da Rede Municipal de Juiz de Fora para a Educação Infantil (2010) – apresentadas no Capítulo 1 –, é importante que a Educação Infantil desenvolva e avalie as “competências do Século XXI” (REIMERS, 2014). Para implementação desse modelo de avaliação, deve haver discussão sobre sua viabilidade através do Grupo de Estudos e do Seminário de Educação infantil, momento que pode ser oportuno para apresentação e estudos de outros modelos ou para a construção de um modelo padronizado para a Educação Infantil da rede municipal de Juiz de Fora.

Além desse aspecto atrelado ao enfoque do RDI, propõe-se também uma mudança em sua forma. Como exposto, foi verificado, através da análise dos 18 RDIs, que não existe um exemplo de RDI que seja padrão e referência a ser seguido pela Rede Municipal de Juiz de Fora. O modelo do RDI adotado nas escolas da SE/JF é muito amplo e, ao mesmo tempo, não oferece uma sistematicidade entre os docentes e entre as escolas. Nessa direção, apresenta-se também um novo modelo de RDI para a SE/JF, com base no que é adotado em Salvador (cf. seção 2.4.).

O RDI proposto é dividido em três partes, sendo uma direcionada ao docente, outra aos pais e/ou responsáveis, e outra para a própria criança. Portanto, serão três folhas, que devem ser preenchidas separadamente e, depois, agrupadas para a análise e discussões junto ao professor e à gestão escolar.

A parte destinada ao docente possui espaços para o professor transcrever suas observações a respeito do desenvolvimento das habilidades pelas crianças, considerando: i) as habilidades cognitivas; ii) as habilidades interpessoais; iii) as habilidades intrapessoais; iv) as habilidades motoras e um espaço reservado para as demais observações. O modelo proposto encontra-se a seguir:

Quadro 10: RDI preenchido pelo professor da Educação Infantil da Rede Municipal de Juiz de Fora

 PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE JUIZ DE FORA- MINAS GERAIS	
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL RELATÓRIO DESCRITIVO INDIVIDUAL	
ESCOLA MUNICIPAL: _____	
ALUNO (A): _____	
PROFESSORA: _____	
PERÍODO: _____ DATA: _____	
HABILIDADES COGNITIVAS	
HABILIDADES INTERPESSOAIS	
HABILIDADES INTRAPESOAIS	
HABILIDADES MOTORAS	
OUTRAS OBSERVAÇÕES	

A participação das crianças no RDI se dará através da representação de um desenho, da linguagem escrita de um bilhete, de um recado ou da escrita do nome ou de letras do seu próprio nome ou de nomes de outros colegas, dos pais ou dos professores, em consonância com o que for desenvolvido pela criança durante o período avaliado. O importante é que a própria criança seja autora. O RDI poderá ser preenchido na escola, durante uma atividade reflexiva de autoavaliação, mediada pela professora. Segue o modelo:

Quadro 11: RDI preenchido pela criança da Educação Infantil da Rede Municipal de Juiz de Fora

	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE JUIZ DE FORA- MINAS GERAIS</p>
<p>AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL RELATÓRIO DESCRITIVO INDIVIDUAL</p>	
<p>ESCOLA MUNICIPAL: _____</p>	
<p>ALUNO (A): _____</p>	
<p>PROFESSORA: _____</p>	
<p>PERÍODO: _____</p>	<p>DATA: _____</p>
<p>ESPAÇO RESERVADO À CRIANÇA</p>	

A parte destinada aos pais e/ou responsáveis no RDI servirá para que os mesmos relatem como que a criança se adaptou a escola, como que ocorre sua relação com os demais colegas, professores e funcionários sob a ótica de seus pais e/ou responsáveis, as atividades preferidas das crianças, se elas gostam ou não de frequentarem a escola, se gostam da merenda servida na escola, se realizam as atividades programadas como os deveres de casa e, ainda, destacando as dificuldades que as crianças apresentam no seu dia-a-dia. Trata-se de um modelo menos específico, mas com orientações previamente dadas nas reuniões de pais. Segue o modelo:

Quadro 12: RDI preenchido pelos pais dos alunos da Educação Infantil da Rede Municipal de Juiz de Fora

	PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE JUIZ DE FORA- MINAS GERAIS
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL RELATÓRIO DESCRITIVO INDIVIDUAL	
ESCOLA MUNICIPAL: _____	
ALUNO (A): _____	
PROFESSORA: _____	
PERÍODO: _____	DATA: _____
AVALIAÇÃO DOS PAIS E/OU RESPONSÁVEIS	

Vale destacar que a inclusão dos pais e/ou responsáveis no processo avaliativo da criança pode ocorrer de modo contínuo durante todo o ano através de contatos diários na entrada ou saída de alunos ou com a direção escolar, bem como nas reuniões com os pais, onde seria explicado aos pais como ocorrerá a dinâmica de preenchimento do RDI. Dessa maneira, os pais teriam acesso a esse documento e saberiam como participar juntamente com o professor da avaliação de seu filho.

A participação dos pais na avaliação não se limita a esse documento, uma vez que deve se dar continuamente, por meio de conversas no dia-a-dia escolar, ou por agendamento para contato direto com os pais ou responsáveis, em que os pais recebem a folha do RDI que deve ser preenchida separadamente da avaliação dos professores, evitando assim a influência do professor e da escola.

No momento de reflexão do período avaliativo bimestral, conforme sugerido na ação educacional 03 deste PAE, professores e pais fariam a apresentação da avaliação das crianças em reunião de pais e trocariam informações que podem ser importantes para ambos os lados compreenderem melhor o processo de desenvolvimento e da aprendizagem das crianças.

Portanto, o novo modelo de RDI proposto busca envolver a criança, a família, professor e a gestão da escola, em um processo colaborativo que vai além do diagnóstico e do registro. O objetivo maior é um melhor uso da avaliação na Educação Infantil, na medida em que irá possibilitar uma análise mais ampla do desenvolvimento da criança e uma reflexão para intervenções pedagógicas mais efetivas.

As demais ações deste PAE visam discussões pelo Grupo de Estudos e no Seminário da Educação Infantil de tal modo que possa ouvir a todos os professores e escolas de Educação Infantil e melhorar o processo de avaliação da Educação Infantil da Rede Municipal de Juiz de Fora.

Assim, acredita-se que as ações propostas neste PAE sejam capazes de darem um novo direcionamento para professores, gestores e repercutir em melhoras na aprendizagem das crianças. Dessa forma, a avaliação na Educação Infantil na Rede Municipal de Juiz de Fora através do uso do RDI poderá ser, de fato, um instrumento capaz de dar uma nova diretriz para professores, gestores e repercutir em uma educação de qualidade para as crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo descrever e analisar a avaliação e o uso do Relatório Descritivo Individual na Educação Infantil da Rede Municipal de Juiz de Fora através da percepção das gestoras escolares e da leitura crítica e reflexiva dos Relatórios Descritivos Individuais das escolas. A partir dessa análise faz-se a proposta de um Plano de Ação Educacional direcionado à Secretaria de Educação de Juiz de Fora, para que essa secretaria possa reorientar as escolas na resolução dos problemas encontrados por essa pesquisa.

A partir do uso dos questionários com as seis gestoras e da leitura dos dezoito RDI das escolas, os resultados encontrados mostraram que existem problemas nos aspectos de periodicidade de avaliação, na transição dos alunos da Educação Infantil, da pouca participação da família na avaliação das crianças e que o grande problema da avaliação e do uso do RDI se encontra na construção da escrita dos relatórios o que confirmaram a hipótese da pesquisa.

A caracterização da SE/JF apontou que essa Secretaria a partir de seu quadro de funcionários que conta com pessoas capacitadas, e da sua programação cultural, administrativa e pedagógica que envolve o Grupo de Estudos da Educação Infantil, Seminário da Educação Infantil, Circuito de Leitura, reunião de diretores mensais, Resolução Municipal nº 26/2008 e principalmente com uma proposta curricular que foi fruto da participação de grande número de profissionais, está em plenas condições de discutir a viabilidade da implementação das propostas desse Plano de Ação Educacional.

O Plano de Ação Educacional tem como objetivo melhorar a forma como a avaliação e principalmente o uso do Relatório Descritivo vem sendo construído pelas professoras. Para isso, apontou a necessidade da SE/JF orientar as escolas sobre a concepção de infância e de criança que dá fundamentação para o trabalho das escolas e da avaliação para essa etapa de ensino, visto que a avaliação deve ser uma aliada para o desenvolvimento das aprendizagens das crianças.

Outra ação é a SE/JF promover a participação dos professores, coordenadoras pedagógicas e gestoras em seu Grupo de Estudos e desses profissionais participarem também do Seminário da Educação Infantil, pois esses

espaços se constituem em ótimas oportunidades para uma formação continuada e para o aprimoramento do trabalho de gestores e professores.

O instrumento RDI como modelo avaliativo adotado pelas escolas da SE/JF é na visão dessa pesquisa uma ferramenta valiosa para registrar o processo de desenvolvimento das crianças. O documento permite que o professor avalie a criança em sua totalidade e em seus vários ambientes e não somente responda a uma lista de conteúdos específicos. No entanto a forma que se constrói e o uso que se faz desse instrumento é que deve ser revisto pela SE/JF para que possa dar um novo significado para a avaliação e para uma melhor compreensão da importante fase que se encontra as crianças na Educação infantil. Esse novo significado passa pela necessidade de ações mais humanizadas, sensíveis e afetivas por todos os segmentos que trabalham com as crianças, como Secretaria de Educação, funcionários, gestores e professores. É necessário que as relações sociais das crianças e educadores sejam consideradas instrumento precioso para uma melhor compreensão do que vem a ser “criança”, do que vem a ser “infância” e de que para se realizar a avaliação o professor e todas as demais pessoas que trabalham com crianças devem ter esse entendimento bem claro.

No presente estudo, as considerações das professoras e professores apareceram de forma indireta através do relato das gestoras, em função da limitação do escopo de investigação. No entanto, reconhece-se que se deve dar voz e permitir a participação direta e efetiva dos docentes no que se refere ao RDI. Esses atores devem ser ouvidos, pois são os principais elementos que participam na construção dos relatórios e que trabalham diretamente com as crianças e tem muito a contribuir para a elaboração do instrumento de avaliação.

Outra importante consideração da pesquisa é que a avaliação é um instrumento que se faz presente no dia-a-dia da instituição escolar e tem grande relevância pelas políticas educacionais da atualidade onde oferece importantes resultados de como se encontra o nível de aprendizagem e a educação do município, do estado, país e das escolas. Entretanto mesmo com as peculiaridades da avaliação para a Educação Infantil, ela se mostra como uma ferramenta significativa para que o professor e a escola possam refazer a prática pedagógica na intenção de contemplar o avanço e as dificuldades das crianças e por isso deve ser realizada. De encontro a necessidade da avaliação na Educação Infantil

encontramos as professoras e pesquisadoras da temática criança e Educação Infantil, Hilda Micarello e Maria Malta Campos que em resposta a entrevista a essa pesquisa, apontaram ser favoráveis a avaliação para essa etapa da educação. Pois na visão das autoras a Educação Infantil como etapa da educação básica deve ter as mesmas práticas, intencionalidades e avaliação para contribuição do caminhar e desenvolver das crianças. E de que também a Educação Infantil como política pública deve ser avaliada para melhor transparência, controle social e melhoria da qualidade e de que é papel fundamental para as atividades dos educadores.

A pesquisa veio reforçar a importância da Educação Infantil como componente da Educação Básica e que essa etapa quando bem trabalhada pode promover aprendizagens que contribuem para o desenvolvimento integral das crianças nos seus diversos aspectos físicos, emotivos, sociais e cognitivos.

Por fim, é preciso entender que a avaliação na Educação Infantil merece e precisa de novos olhares por todos aqueles que trabalham direta ou indiretamente com as crianças. Para isso, a Secretaria de Educação de Juiz de Fora, como órgão responsável pela política educacional do município, juntamente com escolas, coordenadoras pedagógicas, gestoras, pais e/ou responsáveis e professores deverão exercer um papel de articulação de conhecimentos, práticas, estratégias pedagógicas em prol de ações que busquem, em primeiro lugar, as crianças.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Aloísio. **A qualidade da educação e a necessidade da educação infantil no Brasil**. Rio de Janeiro: EPGE, FGV, IMPA, 2006.

BARRIGA, Angel Diaz. Uma polêmica em relação ao exame. In, Esteban, Maria Teresa. (org.). **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos**. 5ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em 25 ago. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** /Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2009.

BRASIL. MEC/SEB. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil**, 2009.

CAMPOS, Maria Malta; FULLGRAF Jodete; Wiggers, Werena. **A qualidade da educação infantil brasileira: alguns resultados de pesquisa**. Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 127, p. 87-128, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/eixostematicos/educacaoinfantil/pdf/aqualidadedaeducacaoinfantilbrasileira.pdf>> Acesso em 11 mar. 2014.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de. **Sistemas de avaliação da educação no Brasil, avanços e novos desafios**. São Paulo. Perspect., São Paulo, v. 23, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2009.

CIASCA, Maria Isabel Filgueiras Lima; MENDES, Débora Lúcia Lima Leite. **Estudos de avaliação na educação infantil**. São Paulo, v. 20, n. 43, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1494/1494.pdf>>. Acesso em 07 set. 2013.

CURY, C. R. J. A educação básica no Brasil. **Educ. Soc., Campinas**, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 168-200. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em 15 nov. 2013.

_____. A Educação básica como direito. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 134, maio/ago. 2008. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/cp/v38n134/a0238134.pdf> Acesso em 16 nov. 2013.

EDUCAÇÃO INFANTIL: **A construção da prática cotidiana**. Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, 2010.

EDUCAÇÃO INFANTIL: Subsídios para construção de uma sistemática de avaliação. Documento produzido pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria número 1.147/2011, do Ministério da Educação. Brasília, outubro de 2012.

ESTEBAN, Maria Tereza. Considerações **sobre a política de avaliação da Alfabetização: pensando a partir do cotidiano escolar.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v17n51/05.pdf>> Acesso em 29 agosto de 2013.

FRANCO, Crêso; ALVES, Fátima; BONAMINO, Alicia. **Qualidade do ensino fundamental: políticas, suas possibilidades, seus limites.** In: Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n.100 – Especial p. 989 – 1014, out. 2007.

GATTI, Bernadette A. **Avaliação de sistemas educacionais no Brasil. Sísifo/Revista de Ciências da Educação.** Nº 9. Mai/Ago 09. Disponível em: <<http://sisifo.fpce.ul.pt/?r=23&p=7>> Acesso em 29 agosto 2013.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação na pré-escola um olhar sensível e reflexivo sobre a criança.** Editora Mediação. 14ª edição, Porto Alegre, 2007.
Indicadores da Qualidade na Educação Infantil / Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica – Brasília: MEC/SEB, 2009.

JUIZ DE FORA (MG). Secretaria de Educação. Resolução nº 026/2008. Juiz de Fora, janeiro, 2008.

KRAMER, Sônia. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e é fundamental. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial p. 797-818, out. 2006. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 14 jun.2014.

LACERDA, Andreza Calhau; SOUZA, Marisa Gonçalves de Souza. **Revista Encontro de Pesquisa em Educação.** Uberaba, v. 1, n.1, p. 20-29, 2013. Disponível em: <<http://revistas.uniube.br/index.php/anais/article/view/826>> Acesso em: 23 de jun.2014.

Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/conade2.htm>>. Acesso em 20 out. 2012.

LUCKESI, Carlos Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições.** 16 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LUSARDO, Raquel Costa Cardoso. **Avaliação em educação infantil: concepções de professoras sobre o papel do portfólio.** Dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007.

MICARELLO, Hilda. Avaliação E Transições na Educação Infantil. Disponível em: <portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=&gid=6671&option=com>. Acesso em 29 agosto de 2013.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **O currículo na educação infantil: o que propõem as novas diretrizes nacionais?** Anais do I Seminário Nacional: Currículo Em Movimento – Perspectivas Atuais. Belo Horizonte, nov. 2010. Disponível em: <portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task> Acesso em 05 jun 2013.

PARENTE, Maria Cristina Cristo. **A construção de práticas alternativas de avaliação na pedagogia da infância:** sete jornadas de aprendizagem. Tese de Doutorado. Braga, Portugal: Universidade do Minho, 2004. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/888/1/TESE_CD_IEC_UM.pdf>. Acesso em 14 nov.2013.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação:** da excelência à regulação das aprendizagens. Porto Alegre: Artmed Editora, 1999.

PIOTTO, Débora Cristina. et al. **Avaliação na educação infantil: uma experiência.** Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP. Cad. Pesq. N.105 p.52-77 nov.1988. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/1528/arquivoAnexo.pdf>>. Acesso em:20 mar.2013.

RAMIRES, Jussara Martins Silveira. **A construção do portfólio de avaliação em uma escola municipal de educação infantil de São Paulo: um relato crítico.** Tese apresentada a faculdade de educação da universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde.../TeseJussaraRamires.pdf>> Acesso em: 14 nov 2013.

RAMPAZZO, Wânia Cristina Tedeschi. Avaliação na educação infantil: uma análise da prática pedagógica. Campinas, 2006. 31.f. **Monografia** – Curso de Pós-Graduação Latu-Sensu em psicopedagogia e Educação. Pontifica Universidade Católica de Campinas, 2006.

REIMERS, Fernando. **Liderança educacional e competências para o século XXI.** Juiz de Fora: In Curso de Aperfeiçoamento para Gestores da Educação Pública. CAED/UFJF. 2014. Disponível em: <<http://www.ppgp.caedufjf.net/course/view.php?id=117>>. Acesso em 20 jan.2014.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Avaliação de programas, indicadores e projetos em educação infantil.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n16/n16a02.pdf>>. Acesso em 20 out. 2012.

Prefeitura Municipal de Salvador. Salvador, Cidade Educadora: Novas Perspectivas Para a Educação Infantil, 2014. Disponível em: <<http://www.educacao.salvador.ba.gov.br/site/documentos/diretrizes-pedagogicas-SSA.pdf>> Acesso em 24 MAI. 2014.

VIGOTSKY, L.S. Pensamento e Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

_____. O Desenvolvimento psicológico na infância. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. O portfólio no curso de pedagogia: ampliando o diálogo entre professor e aluno. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol.26, n.90, p.291- 306, Jan.Abr.2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em 14 nov.2013.

WEISS, Carol. **Evaluation**. Upper Saddle River: Prentice-Hall, 1998.

APÊNDICES

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO PARA LEVANTAMENTO DE DADOS PRELIMINARES SOBRE AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA

Prezado (a) gestor (a)!

Este questionário integra uma pesquisa sobre Avaliação na Educação Infantil no Município de Juiz de Fora que realizo para a dissertação de mestrado a ser defendida no Programa de Pós Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública – CAEd/UFJF. Sua colaboração, fornecendo respostas às questões abaixo, será de grande importância ao estudo pretendido.

Nome:

Instituição:

Função:

1- Na sua escola é realizado o relatório descritivo individual para avaliação dos alunos de todas as turmas?

() SIM () NÃO

Por quê?

2-Existe alguma cobrança da secretaria de educação de Juiz de Fora a respeito da realização do relatório descritivo individual, como prevê a resolução 26/2008?

() SIM. Especifique _____

() NÃO

3. Como gestor, como você considera esse mecanismo de avaliação na etapa da educação infantil?

() pouco eficiente

() eficiente

() muito eficiente

() indiferente

4. Em sua Escola de atuação quais instrumentos são utilizados para a avaliação da Educação Infantil?

() portfólios () fichas individuais () relatórios descritivos

Se outros, quais?

R-----

5. Qual a periodicidade das avaliações?

R-----

6 .A família é convidada a participar desse processo avaliativo?

() SIM. _ Como isso ocorre?

R-----

() NÃO

7 - Como a escola utiliza os resultados das avaliações?

R-----

8. Existe alguma dificuldade relatada por parte dos professores para a realização do registro no relatório? Se sim, cite as principais.

R-----

9. Esses relatórios acompanham os alunos para as suas respectivas turmas em anos posteriores?

R-----

10. Os relatórios acompanham os alunos para uma nova escola, em caso de transferência?

() SIM

() NÃO

11- Quando novos alunos transferidos chegam à escola, os professores tem acesso ao relatório para conhecimento desses alunos?

R-----

12- O relatório acompanha o aluno na transição da educação infantil para o ensino fundamental?

() SIM

() NÃO

13- Como é feita a utilização do relatório na transição do aluno do segundo período para o ensino fundamental?

R-----

APÊNDICE B - ROTEIRO DE PERGUNTAS ENVIADO VIA E-MAIL PARA A PROFESSORA HILDA MICARELLO E MARIA MALTA CAMPOS

1. Existe de fato a necessidade da avaliação para essa etapa de ensino?
2. Quais são os fatores que devem ser considerados na avaliação para essa fase de ensino?
3. Quais são as experiências utilizadas em outras redes municipais ou estaduais que configuram ser um bom exemplo de modelo de que serviriam para a proposição de diretrizes na avaliação da educação infantil ou de modelo avaliativo a ser adotados por outras redes?
4. Quais devem ser outros fatores a ser considerado na avaliação da educação infantil e mais precisamente no município de Juiz de Fora?
5. Quais considerações são importantes para a construção de um bom relatório descritivo do desenvolvimento dos alunos?
6. A quem deve servir a avaliação na Educação Infantil?

AUTO AVALIAÇÃO DO (A) ALUNO (A)**MINHAS CONQUISTAS** (registrar com desenhos ou palavras do seu jeito)

Aluno (a)**OBSERVAÇÕES DOS PAIS****Senhores Pais,**

Este espaço servirá para que você, papai, mamãe ou responsável, registre dados significativos de seu (a) filho (a) sobre o seu crescimento e as suas conquistas na escola.

Prof.^a,

Papai / Mamãe / Responsável

ANEXO B - Reunião de Diretores da Secretaria de Educação de Juiz de Fora

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

Reunião de diretores 20/08/13:

TEMA 1 – LEI N.º 12.796 ALTERA A LDB 9394/96

Seção II

Da Educação Infantil

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I - creches, ou entidades equivalentes para crianças de até três anos de idade.

II – pré-escolas, para crianças de 4 (quatro) anos a 5 (cinco) anos de idade.

Art. 31 A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I - avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção mesmo para acesso ao ensino fundamental;

II - carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional;

III - atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7(sete) horas para a jornada integral;

IV - controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas;

V - expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança.

Comentários sobre Lei n.º 12.796 que altera a LDB 9394/96

- Precisamos fazer ampla divulgação da obrigatoriedade do ensino a partir dos 4 anos.

- Em relação ao acompanhamento da frequência devemos continuar com o nosso trabalho junto aos familiares destacando a importância da assiduidade das crianças. Cabe lembrar, que a criança não pode ser retida na educação infantil, nem mesmo por infrequência.

- Entendemos que “expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança“, na prática oficializa os RELATÓRIOS avaliativos individuais já construídos pelos professores atualmente. Os relatórios passarão a circular entre as escolas como documento oficial. Solicitamos atenção redobrada quanto à correção dos textos e um olhar crítico em relação a expressões dúbias ou pejorativas, que por ventura apareçam. É importante que os textos sigam os princípios éticos e apresentem o desenvolvimento da criança. Contamos com a colaboração das coordenadoras pedagógicas para esta tarefa. É preciso deixar claro que as alterações na Lei não indicam que teremos uma lógica similar a do ensino fundamental. Não teremos notas, conceitos, boletins e grade curricular engessada na educação infantil.

TEMA 2 – AMPLIAÇÃO DO ATENDIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

a) O Programa “Expansão no atendimento da Educação Infantil” da PJF/SE prevê a inauguração de quatro novos prédios do PRÓINFÂNCIA e duas novas creches em 2014.

ANEXO C – RELATÓRIO DESCRITIVO INDIVIDUAL Nº 01

A criança foi matriculada nesta escola em 14/12/2012, no primeiro período da Pré-escola. Em 2014, no segundo período, ■■■■ é muito discreto e muitas vezes arredio. Ainda não compreende a dinâmica da sala de aula e a rotina diária.

Relaciona bem com colegas e professores. É uma criança muito inquieta, tem dificuldade de sentar e realizar qualquer proposta de trabalho. Nas rodas de conversa não para e se distrai com pequenos detalhes. Na hora da história se mostra disperso e desinteressado, na maioria das vezes.

No início do ano letivo não escrevia seu nome nem com apoio da ficha. Atualmente já consegue escrever.

Muitas vezes resiste em fazer as atividades propostas, demandando *incentivo o tempo todo; algumas vezes não aceita realizar as atividades, ficando sem fazê-las.

Apresenta dificuldade na fala.

Tem dificuldade para se alimentar na escola. É preciso incentivá-lo muito e às vezes dar na boca. Ainda não sabe portar-se à mesa.

Na hora do repouso demora um pouco para relaxar, mas dorme tranquilamente.

Este relatório foi solicitado pelos pais para encaminhamento ao neurologista.

ANEXO D - RELATÓRIO DESCRITIVO INDIVIDUAL nº 02

O ALUNO É FREQUENTE AS AULAS. RELACIONA-SE BEM COM O GRUPO. EXPRESSA COM FACILIDADE SUAS EMOÇÕES. TEM BONS HÁBITOS DE HIGIENE. TEM ALIMENTADO MELHOR NAS REFEIÇÕES PRINCIPAIS E RELAXA NO PERÍODO DO REPOUSO. PARTICIPA COM ENTUSIASMO DAS BRINCADEIRAS. COLABORA COM A ORGANIZAÇÃO SALA. PARTICIPA DAS ATIVIDADES PROPOSTAS E COMPARTILHA SEUS BRINQUEDOS E AS BRINCADEIRAS.

COMPREENDE AS EXPLICAÇÕES DADAS, OUVI HISTÓRIAS COM ATENÇÃO E ESTÁ EM DESENVOLVIMENTO NA ESCRITA DAS LETRAS. RECONHECE O NOME E ESTÁ INICIANDO SEU PROCESSO DE ESCRITA. DISCRIMINA AS CORES PRIMÁRIAS E FAZ RELAÇÃO NÚMERO/QUANTIDADE. O ESQUEMA CORPORAL ESTÁ EM DESENVOLVIMENTO. USA CORRETAMENTE A TESOURA E RECORTA SOBRE AS LINHAS. JÁ CONSEGUE FAZER O RECONTO DE HISTÓRIAS UTILIZANDO INFORMAÇÕES ANTERIORES E CRIANDO OUTRAS.

ANEXO E - RELATÓRIO DESCRITIVO INDIVIDUAL nº 03

O ALUNO É FREQUENTE AS AULAS. RELACIONA-SE BEM COM O GRUPO, MAS PRECISA DE AJUDA PARA RESOLVER CONFLITOS COM OS DEMAIS COLEGAS. TEM BONS HÁBITOS DE HIGIENE, ALIMENTA-SE SATISFATORIAMENTE, MAS ÀS VEZES NÃO RELAXA/DORME NO PERÍODO DO REPOUSO. PARTICIPA COM ENTUSIASMO DAS BRINCADEIRAS PROPOSTAS COLABORA COM A ORGANIZAÇÃO DA SALA.

COMPREENDE AS EXPLICAÇÕES DADAS, OUVI HISTÓRIAS COM ATENÇÃO E ESTÁ EM DESENVOLVIMENTO NA ESCRITA DAS LETRAS. RECONHECE O NOME E ESTÁ INICIANDO SEU PROCESSO DE ESCRITA. DISCRIMINA AS CORES PRIMÁRIAS E FAZ RELAÇÃO NÚMERO/QUANTIDADE. O ESQUEMA CORPORAL ESTÁ EM DESENVOLVIMENTO. USA CORRETAMENTE A TESOURA E RECORTA SOBRE LINHAS. JÁ CONSEGUE FAZER O RECONTO DE HISTÓRIAS UTILIZANDO INFORMAÇÕES ANTERIORES E CRIANDO OUTRAS. AINDA NÃO MANTÉM CONCENTRAÇÃO ATÉ O TÉRMINO DAS ATIVIDADES.

ANEXO F -RELATÓRIO DESCRITIVO INDIVIDUAL nº 04

Distingue os diferentes momentos e situações dentro da Escola e adapta-se a eles de acordo com a professora que está na sala.

Expressa e verbaliza as suas necessidades ou pedidos até fazer-se entender. Já pronuncia algumas palavras e até pequenas frases com mais clareza.

Manuseia as letras do alfabeto e do nome. Seleciona livros de preferência com gosto.

Realiza com autonomia a alimentação e higienização, tem cuidado com seus pertences.

Participou de algumas atividades desenvolvidas pela Escola (circuito de leitura e brincadeiras do folclore).

Continuaremos a propor a Lucas atividades que promovam com sucesso sua aprendizagem em especial a linguagem oral alfabetização e letramento.

ANEXO G - RELATÓRIO DESCRITIVO INDIVIDUAL nº 05

Neste trimestre ■■■■ está bem mais tranquilo, convivendo melhor com os colegas e professores, não fica mais emburrado, ao contrário, escuta e atende prontamente o que foi pedido.

Gosta de brincar de carrinho e jogos de montar e no parque tem preferência pelo trepa-trepa.

Aprecia assistir vídeo e ouvir histórias, canta e dança com satisfação.

Participa com interesse de todas as atividades propostas.

Continuaremos a proporcionar uma variedade de oportunidades de aprendizagem para criança, incluindo suas atividades práticas favoritas e mais oportunidades de fortalecer suas habilidades sociais como a comunicação oral e a criatividade.

ANEXO H - RELATÓRIO DESCRITIVO INDIVIDUAL nº 06

██████ teve uma adaptação tranquila,mas desde os inícios constatamos que ██████ ainda não manifesta uma boa capacidade de interação com os colegas e de compreender as bases das relações sociais.

Prefere brincar sozinho com carrinhos e jogos de encaixe,montar,folhear os livros.Adora assistir atividades de teatro,vídeo e dança.

Quase não fala,mesmo quando é estimulado a falar não conseguimos compreender a mensagem.

Nas atividades físicas não demonstra interesse,preferindo brincar sozinho no espaço do parquinho.

Interessa-se pelas aulas de Artes,com a ajuda da professora colore,desenha e usa massinha,tem preferência por usar tinta.

Alimenta-se pouco contando com a paciência e insistência das professoras,que criam meios lúdicos para que ele se alimente mesmo que pouco.

██████ é um aluno infrequente,a mãe sempre justifica suas faltas por problema de saúde ou por tê-lo que levar a algum lugar. Ele já é atendido pelo NEACE.

Continuaremos a proporcionar uma variedade de oportunidades de aprendizagem para ██████ incluindo suas atividades práticas favoritas e mais oportunidades de fortalecer suas habilidades sociais,como a comunicação oral e a interação com os colegas.

ANEXO I – RELATÓRIO DESCRITIVO INDIVIDUAL nº 07

1.º Bimestre:

É um menino esperto. Gosta de realizar atividades como correr, jogar bola e brincar de pique. Na sala de aula, prefere brincar com os jogos de montar e com os brinquedos, mas realiza as atividades propostas com envolvimento. Reconhece o nome e sabe grafá-lo com o auxílio da ficha. É frequente e alimenta-se bem.

2.º Bimestre:

Obs.: O parecer do 2º bimestre está junto com o do 3º bimestre devido ao movimento de greve dos professores/2013

3.º Bimestre:

Ainda prefere brincadeiras ao ar livre como correr, brincar com os pneus e no parque. Gosta muito de brincar com os pinos mágicos e montar robôs, dinossauros, círculos, espada e armas. Também gosta de realizar atividades como quebra-cabeças e modelagem com a massinha. Escreve o nome com o auxílio da ficha e está aperfeiçoando cada vez mais. Nos seus desenhos já aparecem formas e contornos figurativos. Interage bem com todos da sala, mas às vezes demonstra resistência em dividir os brinquedos e entra em conflito com algum colega. Gosta de ouvir histórias e sempre participa da roda de conversas. Algumas vezes demonstra resistência em atender a professora, sobretudo quando é levado a pensar sobre suas atitudes indevidas. Durante o bimestre apresentou momentos de choro na hora da entrada, mas ultimamente isso não tem ocorrido. É assíduo e alimenta-se bem.

ANEXO J - RELATÓRIO DESCRITIVO INDIVIDUAL nº 08

(1º bimestre)

É uma criança tranquila, educada, esperta, entende e transmite recados de forma clara e compreensível. Possui boa dicção e bom entendimento do que é falado com ela e explicado para a turma.

Reconhece e escreve o próprio nome. Conhece todas as letras do alfabeto. Conhece a maioria dos nomes dos colegas. Seus desenhos são ainda bem primitivos (tipo batatinha para representar o corpo humano)

Às vezes demonstra vontade de ficar em casa em vez de vir para a escola.

(2º/3º bimestres)

É uma criança inteligente, alegre, criativa, solidária, compreensiva e concentrada nas atividades desenvolvidas dentro e fora de sala. Apresenta bom convívio com todos os colegas.

Realiza as atividades propostas com entusiasmo, dedicação e interesse. Gosta de participar da rodinha contando casos e cantando. Reconhece visualmente o nome próprio e dos colegas, sabe grafar seu nome e o de alguns colegas. Diferencia números de letras. Reconhece os numerais até o décimo primeiro.

Gosta de desenhar e produz traços figurativos bem elaborados demonstrando coordenação motora fina adequada para a idade.

(4º bimestre)

██████████ apresentou um ótimo desenvolvimento. Neste bimestre seus desenhos já apresentam maior riqueza de detalhes.

A aluna tem demonstrado interesse e percepção do tempo cronológico e evidencia isto ao indicar que está na hora do almoço, pois o ponteiro pequeno está no 11 e o grande no 2. Nosso horário de almoço é 11:10)

Reconhece graficamente os numerais até o 19 e faz contagem oral até o número 29. Associa quantidade ao número até o 10, mas apresenta ainda dificuldades no reconhecimento das formas geométricas.

ANEXO K – RELATÓRIO DESCRITIVO INDIVIDUAL nº 09

1.º Bimestre:

O aluno [REDACTED] demonstra ser muito comunicativo, possui um vocabulário, se interage bem com os colegas, porém apresenta dificuldade em dividir objetos, principalmente a massa de modelar, e que às vezes gera situações desagradáveis. É independente na alimentação e higienização. Adora ouvir histórias, músicas. Tem grande interesse em jogos de construção, e na representação gráfica de desenhos.

2.º Bimestre:

O aluno [REDACTED] continua falante, adora contar histórias, tem criatividade e imaginação.

Possui grande habilidade na realização das atividades desenhos, recortes, colagens e pintura.

Já reconhece as letras do alfabeto, está evoluindo seu aprendizado diariamente. Já sabe brincar com as letras e formar seu nome. Consegue copiar seu nome da ficha, está radiante com suas conquistas.

3.º Bimestre:

O parecer do 3.º bimestre está junto com o do 2.º bimestre devido ao movimento de greve dos professores / 2013.

4.º Bimestre:

O aluno [REDACTED] chegou ao 4.º bimestre satisfatoriamente conseguindo alcançar todos os objetivos propostos.

Conhece todas as letras do alfabeto e números trabalhados. É muito inteligente e observador, já escreve seu nome sem a ajuda e está ainda mais feliz com suas conquistas.

É totalmente independente nas rotinas diárias.

ANEXO L - RELATÓRIO DESCRITIVO INDIVIDUAL nº 10

Período avaliativo: 1º trimestre

De acordo com as observações diárias, [REDACTED] já chegou ao segundo período muito bem adaptada. Demonstra gostar de seus colegas e da professora. Gosta muito de ser solicitada para ajudar. Nas atividades em grupo é muito colaboradora. É uma criança muito alegre que gosta de cantar e dançar. É muito falante, gosta de contar casos e falar de sua família. Adora ouvir histórias e recontá-las do seu jeitinho. Adora brincar com seus colegas e criar inúmeros faz de conta. Reconhece e escreve seu nome. Reconhece e relaciona as letras trabalhadas. Reconhece os números trabalhados e tem noção de quantidade. É muito curiosa, está sempre perguntando alguma coisa para a professora. [REDACTED] acompanhou muito bem as atividades propostas neste primeiro trimestre.

Período avaliativo: 2º trimestre

De acordo com as observações diárias, [REDACTED] Identifica e escreve o seu nome sem o auxílio da ficha. Identifica o nome de alguns colegas e sabe escrevê-los. Reconhece os números trabalhados e tem noção de quantidade. Reconhece e relaciona as letras trabalhadas. Quando as letras trabalhadas são apresentadas em conjunto, Ana Lorena não apresenta dificuldades para identificá-las e também de relacioná-las. Reconhece as formas geométricas trabalhadas. Apresenta criatividade nos desenhos livres e semi-dirigidos. Sabe usar a tesoura com destreza. [REDACTED] é uma criança curiosa e tem muito interesse em aprender coisas novas. Gosta de assumir liderança no grupo. [REDACTED] é uma criança muito alegre e gosta de demonstrar seus sentimentos, principalmente para as professoras. Participa de todas as atividades propostas com muita motivação e interesse. Neste 2º trimestre avaliativo esteve mais assídua às aulas.

Período avaliativo: 3º trimestre

De acordo com as observações diárias, [REDACTED] já identifica e escreve o seu nome e sobrenome com o auxílio da ficha. Reconhece os números trabalhados e tem noção de quantidade. Reconhece e relaciona as letras trabalhadas. [REDACTED] não apresenta dificuldades para identificar e relacionar as letras, quando apresentadas em conjunto. Continua muito curiosa e interessada em aprender a escrita de algumas palavras. Apresenta habilidade nas atividades de recorte e colagem. Seus desenhos são criativos e enriquecidos com detalhes. Teve ótima participação nas atividades propostas do Projeto Viviana a Rainha do Pijama.

ANEXO M - RELATÓRIO DESCRITIVO INDIVIDUAL nº11

PERÍODO AVALIATIVO: 1º TRIMESTRE 01/02/2012 A 14/05/2012

É uma criança criativa e comunicativa. Expressa-se muito bem e transmite recados com facilidade. Além das observações diárias, foi possível constatar que [REDACTED] reconhece o próprio nome e o escreve com auxílio de ficha. Ele identifica as cores primárias e secundárias, reconhece as vogais traçadas "A" e "E" e os numerais até o 10, fazendo associação à quantidade. Sua noção corporal é ótima e ele apresenta bons hábitos de higiene. [REDACTED] se interessa e participa com alegria de todas as atividades propostas. Adora os jogos de encaixe, pinturas, atividades de escrita e as idas às trilhas.

PERÍODO AVALIATIVO: 2º TRIMESTRE 15/05/2012 A 15/09/2012

É uma criança participativa, compreende regras simples e interage bem com os(as) amigos(as) e com a professora. É atento às histórias narradas pela professora e as compreende globalmente. Sempre faz inferências nas informações a partir das histórias e as reconta com disemulação. Reconhece e escreve as vogais através de cópia. [REDACTED] está iniciando a escrita do segundo nome ([REDACTED]), com o auxílio de ficha. Conta até 20 e reconhece os numerais. Ele manipula com habilidade diferentes materiais: giz de cera, lápis, massinha, tinta. Apresenta criatividade nos desenhos, com traçado firme. ☺

ASSINATURA DO(A) PROFESSOR(A): _____

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL: _____

DATA: ____/____/2012 ☺

cumpriu todos os objetivos propostos no período.

PERÍODO AVALIATIVO: 3º TRIMESTRE 17/09/2012 A 21/12/2012

desempenhou satisfatoriamente todas as atividades propostas neste período. Seus desenhos e pinturas são muito criativos. Ele identifica e escreve todas as vogais e reconhece algumas letras de alfabeto. [REDACTED] conta até 20, reconhece os numerais e os escreve através de cópia. No projeto "animais", desenvolvido neste período, ele muito contribuiu com suas questionamentos e conclusões. Enfim, [REDACTED] cumpriu todos os objetivos propostos no período assim como no ano letivo.

ANEXO N- RELATÓRIO DESCRITIVO INDIVIDUAL 12

... chorou um pouco no início do ano, mas agora já está adaptado à escola, aos colegas e à professora. Às vezes ainda chora durante a aula, mas não gosta muito de conversar quando está aborrecido. É um menino esperto e muito amigo de todos. Tem boa oralidade, se expressa bem e articula muito bem o pensamento à fala. Participa com entusiasmos das atividades, mas às vezes reclama estar cansado ou com sono. Gosta de brincar com as peças de montar, de desenhar e de brincar com massinha. Já escreve seu nome sem o auxílio da ficha, faz escritas espontâneas de algumas letras e numerais. Reconhece todas as letras e numerais trabalhados, faz associações e tem boa noção de quantidades. Tem ótima noção corporal e espacial. Neste período esteve bastante infrequente.

PERÍODO AVALIATIVO: 2º TRIMESTRE 11/05/ 2013 A 16/09/2013

... esteve mais frequente neste período e desenvolveu-se muito. Está mais alegre, quase não chora mais e é muito querido por todos os colegas. Adora brincar e é líder nas brincadeiras, principalmente nas de mais movimento. Adora ouvir histórias, manusear livros, brincar de massinha e jogos de encaixe. Tem ótima oralidade e muita facilidade em reproduzir e interpretar informações. Já escreve seu nome e o sobrenome "Silva" sem o auxílio da ficha. Começou a ler espontaneamente e já está lendo de tudo. Já faz escritas espontâneas com palavras de sílabas simples e pede sempre para eu soletrar palavras mais complexas. Reconhece os numerais, quantidades e conceitos trabalhados, tem muita facilidade em fazer associações e já faz pequenas adições e subtrações. É muito organizado com seus objetos e os de uso coletivo. Tem muita habilidade com o uso da tesoura, seus recortes e colagens são muito criativos. Adora desenhar e seus desenhos tem uma riqueza muito grande de detalhes e cores. É frequente.

ANEXO O - RELATÓRIO DESCRITIVO INDIVIDUAL nº13

1º Período Letivo:

Manifesta timidez;
 • Pedir ajuda quando necessita;
 Modela massinha com criatividade;
 Participa de jogos e brincadeiras contadas
 e ritmadas
 Relaciona-se bem com o grupo

2º Período Letivo:

Reconhece o nome e a sua inicial;
 Modela massinha com criatividade;
 Nomeia partes do seu corpo;
 Tem gosto de trabalhar com argila;
 É criativo! Produz trabalhos de artes utilizando
 a linguagem de desenhos e pintura

3º Período Letivo:

Lê texto (oralmente) a partir de gravuras;
 Diferencia roupas e objetos que surgem em
 desenhos e em fotos de revistas;
 Reconhece no alfabeto as letras A, E,
 J, T, V, X, Z e Y; Associa o nome com o
 auxílio da ficha; Reconhece partes do próprio
 corpo; Nomeia figuras e objetos;

4º Período Letivo:

Interage através da linguagem
 através de conversas informais, etc.
 Nomeia figuras e objetos;
 Desenha e explica aquilo que idealizou;
 Classifica objetos segundo cores
 (materiais coloridos e cores primárias);
 Reconhece as cores: vermelho, preto, marrom
 alaranjado;

ANEXO P- RELATÓRIO DESCRITIVO INDIVIDUAL nº14

1º Período letivo:

Relata acontecimentos pessoais. Nomeia figuras, e objetos. Descreve nome dos desenhos. Utiliza o conteúdo de leitura. Escreve o nome completo com o auxílio da ficha. Classifica, ordena e compara objetos segundo determinadas critérios (cor, tamanho, faz contagem oral. Produz trabalhos de arte, utilizando a sugestão do desenho, da pintura e modelagem.

2º Período letivo:

Identifica partes do corpo e suas funções. Participa da hora da novidade. Recorta em linhas retos e sinuosos. Escreve o 1º nome. Reconhece as letras (A, E, L, U, B, M, V, C, H, T, S, X); Identifica as cores já estudada;

3º Período letivo:

O aluno mesmo utilizando a ficha escreve o nome trocando as letras de lugares. Reconhece as vogais. Identifica o alfabeto completo e os algarismos de 0 a 9. Forma e completa conjuntos;

4º Período letivo:

Reconhece as formas geométricas, curvas abertas e fechadas. Esquema corporal em desenhamento. Realiza desenhos nos conteúdos estudados;

ANEXO Q - RELATÓRIO DESCRITIVO INDIVIDUAL nº15

1º Período letivo:

Identifica letra inicial do nome. Reconhece o nome. Imite e repete os movimentos dos outros. Segue ordens. Cuida dos seus objetos pessoais. Demonstra interesse pelos assuntos novos. Participa dos trabalhos de artes, utilizando a linguagem de desenho, de pintura, de modelagem e de colagem.

2º Período letivo:

Iniciou o trabalho com tesoura nos pés de abelha/mais. Identifica pessoas que trabalham na escola e suas funções. Conhece as letras (A, G, U, Z, O, D, J, S e X). Escreve o 1º nome sem o auxílio da ficha. Reconhece as cores já estudadas. A aluna não adquiriu noção de quantidade, números e conjuntos, está em fase de aprendizagem.

3º Período letivo:

Escreve o nome completo com o auxílio da ficha (às vezes troca letras). Identifica figuras geométricas (triângulo, círculo e quadrado). Traça uma coroa com desenhamento. Demonstra interesse pelos assuntos novos. Traz de casa as sugestões feitas.

4º Período letivo:

Reconhece as partes do próprio corpo. Identifica membros da família. Participa e diverte durante a aula. Bom desempenho nos conteúdos estudados.

ANEXO R - RELATÓRIO DESCRITIVO INDIVIDUAL nº16

1º período.

Tranquilo, sempre sorrindo sem humorada. Interage bem com todos, mas demonstra preferência em se agrupar com algumas colegas. Comunicativo, escreve histórias com atenção, fala de si e fatos que acontecem com ele, sempre diz que gosta muito da galinha pintadinha. Partilha de dramatizações, danças, músicas e brincadeiras com insistência. Participa de atividades propostas, demonstrando habilidade ao manipular objetos operados como tesoura, massinha, giz, lápis. Seus desenhos são bem definidos e coloridos. Reconhece o nome de alguns colegas, reconhece letras, escreve seu nome sem auxílio de ficha. Apresenta desenvolvimento satisfatório de acordo com objetivos propostos.

2º período.

Mantém o desenvolvimento satisfatório do 1º período.

Comunica uma ansiedade em abrigar desenhos, pintura chegando até encobrir o desenho.

Gosta de brincar com quebra-cabeças, no entanto desanima quando não consegue concluir a atividade. Gosta de brincar com Beatriz, Brenda, Diferia, Yasmim.

Faz parte de atividades motoras com habilidade segurando e entusiasmado, reconhece seu corpo (partes / membros) e nome das partes e suas consequências se expressa quando solicitado, respeita os combinados e regras.

3º período.

O aluno mantém o mesmo ritmo do 2º período tendo mudanças consideráveis

em relação aos desenhos estão mais definidos e esboçados? sem encobri-los, copia, palavras de quadro na ordem correta obedecendo espaço. Passou a interagir mais com os meninos pedindo para sentar na mesma mesa e brincando com eles, mas ainda gosta muito de estar com as meninas de forma amigável e interativa.

EF- Coordenação entre os movimentos dos vários segmentos corporais com ótimo equilíbrio nação espacial em progressivo desenvolver to' e com mais iniciativa para expor suas sugestões.

4º período.

Mostrou desenvolvimento satisfatório de acordo com objetivos propostos no 4º período.

Desenvolveu-se consideravelmente, na realização de atividades como recorte, escrita, desenho, pintura.

EF. Utiliza com mais e controla muito bem a função da sua mão e suas possibilidades na relação com o meio e os outros.

ANEXO S - RELATÓRIO DESCRITIVO INDIVIDUAL Nº17

Registro do desenvolvimento

É uma criança agitada, conversa muito. Suas atividades são realizadas com rapidez e sem muita atenção, não gosta de obedecer regras. Gosta de brincar e de ler histórias. Quando chama sua atenção fica quieto. Foi observado da creche.

17/04/12

Neste período obtive uma melhora muito boa. Ficou mais interessado em realizar as atividades, mais participativo. Conversei com sua mãe e ela quis eu elaborar e isto surtiu muito efeito.

29/06/12.

É uma criança que conversa bastante, isto dificulta a realização de suas atividades. Neste período houve uma melhora significativa ao escrever e reconhecer algumas letras do seu nome. Gosta de ler histórias. Às vezes apresenta alguma (s) dificuldade(s) em realizar e entender alguma ordem e atividade. Precisa de um acompanhamento mais individualizado.

09/10/12

Registro do desenvolvimento

Houve uma melhora no seu comportamento. Apresenta dificuldade em realizar as atividades. Exige um acompanhamento mais individualizado.

21/12/12

ANEXO T- RELATÓRIO DESCRITIVO INDIVIDUAL Nº18

1º PERÍODO LETIVO

Durante esse período, percebi em [REDACTED] crescente interesse e desenvolvimento da escrita. Ela gosta de realizar desenhos, copiar palavras e brincar com as fichas dos nomes, bingo de letras e alfabeto. Seus desenhos ganharam formas mais definidas e detalhadas. Ela representa a figura humana e as brincadeiras que realizamos com perfeição.

[REDACTED] interage bem com todas as demais crianças da turma e é compreensiva, companheira e uma ótima ajudante. É uma criança segura e autônoma que desempenha muito bem as tarefas propostas e ainda auxilia os amigos nas atividades e brincadeiras. Geralmente brinca com as meninas de casinha, bonecas, jogos de encaixe ou no quadro de giz. Percebo grande afinidade de Vitória com Tayane e Samira.

Em situações de conflito, procura conversar com os colegas e é capaz de ceder quando necessário.

É muito participativa, esperta, observadora e gosta de ajudar na organização da sala e das atividades. É cuidadosa com os materiais escolares e caprichosa em seus trabalhos. Escreve corretamente seu nome, reconhece o nome dos colegas de turma, realiza contagens, sugere atividades, brincadeiras e gosta de ouvir e contar histórias. Também participa das encenações propostas não se sentindo envergonhada perante a turma.

[REDACTED] se expressa muito bem oralmente e sabe argumentar. Transmite recados, convida as outras crianças para as brincadeiras, relata fatos de seu cotidiano e adora cantar e dançar.

Continua se alimentando bem e se desenvolvendo satisfatoriamente.